

cadernos do

terceiro mundo

Mensal • Outubro/Novembro • Esc. 80\$00 • Kz 60.00 • Mt 80.00 • PG 80\$00 • CV 80\$00 • Cr\$ 260\$00 • Ano V • n.º 48

A CRISE DO AUTORITARISMO

CHILE ARGENTINA URUGUAI BRASIL



A CIMEIRA DA PRAIA



TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA



ANGOLA AIRLINES

Aos leitores

Os caminhos da democracia

A nossa matéria de capa deste número põe em questão um fenómeno que, a cada dia, se torna mais transparente no quadro político-económico do continente americano: a falência do modelo autoritário instalado em alguns países por diversos golpes militares nos últimos decénios. Das Caraíbas à Patagónia, como bem assinala o nosso director Neiva Moreira no seu artigo, os militares encontram-se às voltas com a irreversibilidade do processo democrático latino-americano.

Enquanto na América Central e nas Caraíbas esse processo atravessa uma trágica etapa de guerra popular prolongada, no Cone Sul do continente as ditaduras começam a ceder lugar diante das pressões populares: fala-se novamente em eleições na Argentina e no Uruguai; no Brasil, os partidos políticos, reorganizados a partir da abertura, empenham-se na luta eleitoral; no Chile, já se comenta abertamente que o regime de Pinochet entrou em crise; na Bolívia, o panorama (apesar de nebuloso) começa a mudar radicalmente com a tomada de posse do presidente e vice-presidente da República democraticamente eleitos, Siles Suazo e Paz Zamora. São factos que permitem vislumbrar profundas transformações no cenário político da América Latina nos próximos dois anos.

E mais: uma actualização da questão do Médio Oriente, nesta hora em que a situação no Líbano se torna mais candente, com o problema palestino a exigir, cada vez com maior urgência, uma solução: a criação de um Estado independente.

Um grupo de teatro — o «Tá na Rua», orientado por Amir Haddad, laureado director de espectáculos de sucesso — é focado por **cadernos** pelo facto de sair à praça pública em busca de uma linguagem que desenrente as raízes da colonização e aí plante as verdadeiras sementes da tradição popular brasileira.

Em África, destaque especial para a cobertura do encontro, havido na Cidade da Praia, dos chefes de Estado de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau, onde, para além de questões candentes da política internacional, foram discutidas perspectivas de cooperação entre aqueles cinco Estados de expressão oficial portuguesa. Contamos, aliás, incluir no próximo número uma desenvolvida reportagem de Carlos Pinto dos Santos sobre os caminhos que se abrem a esta cooperação, bem como uma outra sobre a realidade de Cabo Verde, país onde aquele nosso companheiro ainda se encontra no momento em que fechamos esta edição.



PORTE PAGO
REVISTA MENSAL

cuadernos del
tercer mundo

third world

cadernos do
terceiro mundo

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bisso

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Editor e Director: Altair L. Campos
Propriedade:
Tricontinental Editora, Lda.
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-1.^o
tel. 320650 1200 Lisboa
Tiragem desta edição: 36.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito
Legal: 789/82

● Edições em português

ANGOLA — CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE
PORTUGAL — S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Administrador

Ernesto Pádua

Redacção

Baptista da Silva

Carlos Pinto Santos

Leonardo Mourão

Revisão

Estevam Reis

Documentação e Arquivo

Cristina Assis

Serviços Comerciais

José C. Figueiredo

Publicidade

José Ferreira

Composição e Impressão

Renascença Gráfica e Gráfica Europam, Ld.^a

Distribuição

CDL, Central Distribuidora Livreira S.A.R.L.

Representantes

Angola

Luís Henriques, C.P. 3593, Luanda

Moçambique

Etevaldo Hipólito e João Escadinha

Rua Kongwa, 153, Maputo

tel. 25140

BRASIL

Director e Editor

Neiva Moreira

Director Administrativo

Altair L. Campos

Secretário de Redacção

Carlos Castilho

Representantes

Clóvis Sena (Brasília)

Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)

C.P. 60086, CEP 05033

Arte

Carmem Saporetto (editor)

Samara e Amaury dos Anjos

Tradução

Vanize Campos

Revisão

José Carlos Gondim

Cláudia Guimarães

Assinaturas

Márcia Mourthé

Documentação e Arquivo

Lídia de Freitas

Composição

Ronaldo Fonseca

Distribuição

Homero Souza

Fotolito e Impressão

Ébano Gráfica e Ed. Ld.^a

Rua do Senado, 349

editora terceiro mundo ltda.

Rua da Glória, 122 — grupo 105/106

Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR

CEP 20.241 — Rio de Janeiro — RJ

Registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291

C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32

Inscrição Estadual n.º 81.341.400

Registro no INPI n.º 013.539

Registro no SCDP/SR/DPF

n.º 2.195 — P. 209/73

● Edições em espanhol

MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS

Editor

Roberto Remo

Gerente Geral

Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a.c.

calle Califórnia, 98A — Coyoacán

México, 21 DF — telefone: 689-1740

Correspondência: Apartado Postal, 20 572

México, 20, DF

BOLÍVIA — CHILE — COLÓMBIA
EQUADOR — PERU — VENEZUELA

(Edição Andina)

Publicada por DESCO: Centro de Estudios y

Promoción del Desarrollo

Avenida Salaverry, 1945

Lima, 14 Peru — Telefono. 724-712

● Edições em inglês

ESTADOS UNIDOS — CANADÁ
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor

Fernando Molina

Editor Consultivo

Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências:
ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Ser-
vic), SHIHATA (Tanzania), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos
Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva
(Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily
News de Dar-es-Salaam (Tanzania).

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Tua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. CABO VERDE: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontário, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLÓMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 N.º 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanário Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Edicionesociales, Córdova 801 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colómbia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517590, Reg. Sempit Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 València St. San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria «José Trinidad Reyes», Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humbolt N.º 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas N.º 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. PANAMÁ: Librería Cultural Panameña, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marin P.O. Ave Gonzalez, Rio Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Rio Pedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramirez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

Terceiro Mundo? Será último e multa
grande faveis a saber porque é que um
continente como África se manda duas
equipes de futebol no Mundial.

Editorial

5 Discórdia no Atlântico Norte

Matéria da capa: A crise do autoritarismo

- 8 Das caraíbas à Patagónia, *Neiva Moreira*
- 13 **Chile:** Contagem decrescente para Pinochet, *Maria Rojas*
- 17 **Argentina:** Agora a batalha das finanças, *Carlos Castilho*
Entrevista com Pérez Esquivel, *Cê Ralph* e *Pupo Simonelli*
- 23 **Uruguai:** Os votos e as botas, *Emilia Hernández*
- 25 O partido internacional dos banqueiros
- 30 Liberdade para Seregni
- 35 **Brasil:** O modelo num beco-sem-saída, *Francisco Viana*

América Latina

- 41 **Panamá:** Que futuro para o «torrijismo»?
- 45 **México:** Ainda a nacionalização da banca
- 49 **Guatemala:** A revolta dos Índios, *Duarte Vilar*
- 51 O EGP e o trabalho de massas, *Marta Harnecker*

África

- 59 A cimeira da Praia, *Carlos Pinto Santos*
- 62 **Namíbia:** Pretória tenta ganhar tempo
- 66 **Zimbábwe:** A luta contra o cerco racista

Médio Oriente

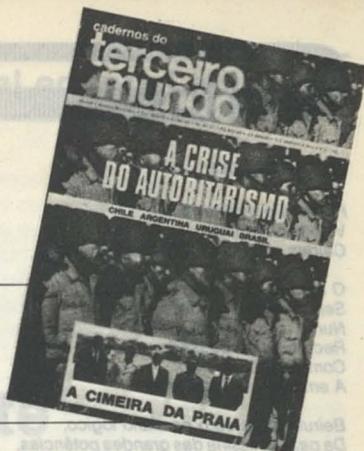
- 69 **Libano:** Operação Fénix, *Roberto Remo*
- 72 À procura de um Napoleão, *Beatriz Bissio*
- 75 «Foi obra de Israel», *Natal Vaz*
- 77 «Depois da Revolução, encontramos-nos em Jerusalém»
- 80 **Médio Oriente:** A guerra dos planos, *Alice Nicolau*
- 84 Três círculos para a guerra mundial?, *Esteban Valenti*

Norte-Sul

- 86 FMI: Sob o signo da crise
- 88 **Panorama Tricontinental**

Cultura

- 94 «Tá na rua»: um teatro que descoloniza



Nino e Aristides Pereira



Médio Oriente:
A «opção» jordana



Cartas

O massacre

*Homens e mulheres,
Velhos e meninos,
Caíram vítimas no inferno de Beirute.*

*O mundo despertou horrorizado,
Sem palavras de definição,
Numa interrogação muda,
Recuando no passado recente,
Com a barbãrie nazi,
A emergir no consciente.*

*Beirute torna-se o corolário lógico,
Da paz assassina das grandes potências,
Da inação convíte à acção,
Dos assassinos contratados a prazo,
P'los mesmos que assinam acordos,
Pra serem cumpridos p'los outros,
No silêncio sem fim dos cemitérios.*

*E chamamos-lhes um massacre,
Porque o plural de algumas palavras,
Choca corações mais sensíveis,
Que só hoje descobrem Beirute,
Quando à bela Beirute,
Quase lhe roubaram o direito à existência,
Em massacres outrora silenciados.*

*E na verdade,
Quantos massacres esquecidos,
Inundaram de sangue,
O corpo da bela cidade?...*

*São tantos e tantos,
Qua a sua memória s'escoa,
Na voragem dos números,
E os números gelam,
Como os corpos incontáveis,
Num cemitério chamado Beirute.*

*E são tristes os números,
Quando contabilizam as mortes,
Os corpos metralhados na agonia do desespero,
Na fuga sem fuga da rua sem saída,
No mundo sem fuga,
Dum povo de pátria negada.*

*Corpos indefesos metralhados,
No silêncio de pequenos e escuros quartos,
Onde a vida era fugaz e ténue,
Mas apesar disso vida,
E quiçá,
Uma pequena réstea de esperança.*

*Esperança confiante em demasia,
Nos confortáveis gabinetes dos políticos,
Em acordos fictícios e logos traídos,
No desarme consentido dum povo,
Cujo holocausto vem sendo executado,
Por herdeiros actuais do extermínio nazi.*

*A carnificina ininterrupta,
Que de cadáveres fez montanha,
Em negra tarde de Setembro,
Despertou sonos profundos,
Ao atirar pró outro lado,
Uns meninos cujo único crime,*



*Era sonharem com uma pátria,
Onde pudessem brincar em descanso.*

*Em descanso...
No cemitério da Beirute - cemitério...
Jazem em paz...
Amén...*

Carlos Marinheiro

Lisboa - Portugal

O desporto do Terceiro Mundo

As minhas fraternais saudações.
Tendo lido no n.º 44 dos Cadernos do Terceiro Mundo que estava em marcha a criação de um Clube de Amigos do Terceiro Mundo, gostaria de colocar algumas questões, já que não fiquei esclarecido sobre certos pormenores relacionados com o Clube.

1) - Se o Clube de Amigos do Terceiro Mundo vai também funcionar em Portugal? E fundamental que sim.

2) - Se qualquer leitor dos Cadernos pode pertencer ao Clube? E sem ser leitor?

3) - Se o Clube de Amigos do Terceiro Mundo funcionar como deve em Lisboa, como vão os amigos do resto do País participar nas realizações desse Clube?

4) - Como se pode fazer a inscrição nesse Clube de Amigos do Terceiro Mundo?

Postas estas questões e como sendo leitor dos Cadernos desde o seu n.º 1 gozaria de fazer um reparo. Penso que no que se refere a material de estudo, cultura e sociologia os Cadernos são sem sombra de dúvidas a melhor fonte de informação editada e a circular neste País. Só que a nível de (in) formação desportiva do Terceiro Mundo pouco ou nada se tem visto publicado nos Cadernos. É assim que se quisermos saber alguma coisa mais de profundo sobre, por exemplo, os Jogos da África Central realizados na RPA ou o Campeonato Mundial de Basquetebol recentemente realizados na Colômbia (participavam a Colômbia e os Camarões como equipas do T.M.), temos que recorrer ao trisemanário desportivo «A Bola». Pouco ou nada se soube sobre as equipas de Futebol do Terceiro Mundo presentes em Espanha no Mundial 82, a não ser o que as grandes multinacionais da informação desinformaram.

Será que os Cadernos não poderão abrir 3 ou 4 páginas sobre o Desporto, dificuldades e avanços nesse campo, do

Terceiro Mundo? Seria óptimo e muita gente ficava a saber porque é que um continente como África só manda duas equipas de futebol ao Mundial.

Augusto Fernandes, Coimbra, Portugal

Angola Moçambique e Guiné-Bissau

Gostaria de saber, através dessa revista que sempre acompanho, se existem no Brasil representações diplomáticas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, e de que forma me é possível entrar em contacto com essas representações.

Romiel Lamara, Belo Horizonte, Brasil.

NR - Temos recebido constantes pedidos a esse respeito. Informamos aos interessados que nenhum desses países possui representação diplomática no Brasil, assim como Cabo Verde. Para consultas sobre assuntos específicos ou não, escrevam directamente para os Ministérios de Relações Exteriores dos respectivos países.

Intercâmbio

- **Dias Filipe Dourado**
S.P.M., C.P. 2814
Maputo, Rep. Pop. de Moçambique
- **João Moniz**
C.P. 13, Maquela do Zombo
Rep. Pop. de Angola
- **Carlos Tavares**
C.P. 18212 - CEP 01000
S. Paulo - Brasil
- **Miguel Sebastião**
Escola Nacional de Adiação
C.P. 69 - Negage - Uige
Rep. Pop. de Angola
- **Ussumane Seidi**
Ao c/ de Henrique Baldé
C.P. n.º 67 - Bissau
República da Guiné-Bissau
- **Carlos Alberto Araújo Pinto**
C.P. n.º 9
Ribáue - Nampula
Rep. Pop. de Moçambique
- **A.M. N'kosi**
C.P. 1397
Huambo
Rep. Pop. de Angola
- **Wilson da Silva**
C.P. n.º 13 Bissau
Rep. da Guiné-Bissau

Discórdia no Atlântico Norte

UM dos factos mais significativos da actual situação mundial é a deteriorização das relações económicas e políticas entre a Europa e os Estados Unidos, que — juntamente com o Japão — constituem as praças-fortes do capitalismo transnacional.

Existem e continuarão a existir numerosas e sólidas coincidências de interesses entre essas regiões. Mas também há contradições objectivas não menos permanentes e firmes. Na medida em que estas prevaleçam ou cresçam em importância, as relações recíprocas estarão caracterizadas por um estado conflituoso que irá diminuir a sua capacidade de influir no resto do mundo.

Daí decorre o significado que tem essa avaliação, sob este ponto de vista, para o Terceiro Mundo. A deterioração dos vínculos entre os aliados do Atlântico Norte obedece substancialmente a três razões:

1) O empenho do presidente Ronald Reagan em dar à liderança norte-americana sobre os seus aliados do Norte um carácter hegemónico tão claro que o leva a tomar decisões sem consultar ninguém e a pretender que aqueles o sigam docilmente. Essa atitude não é nova mas adquiriu com Reagan a sua expressão máxima, motivando numerosos protestos dos governos europeus.

2) O facto do presidente Reagan fazer do confronto Leste-Oeste o eixo da sua política e pressionar energicamente os seus aliados para que apresentem uma frente compacta na sua retaguarda. A elevação da tensão mundial a um tal grau de perigo motivado pelos contínuos desafios que Washington faz a Moscovo e aos seus aliados é causa de preocupação nos governos europeus. Não se trata apenas de diferenças

ideológicas, ainda que elas existam em vários casos. É que, na eventualidade de uma conflagração mundial, a Europa seria o teatro central do embate, a área em grande parte destruída até à extinção da vida.

Que os estrategos de Reagan prevejam nesse cenário um desenvolvimento bélico para o qual se preparam freneticamente, causa alarme e desejos de moderação aos dirigentes do velho continente.

3) A crise económica do capitalismo transnacional manifesta-se numa profunda e prolongada recessão. A fim de abrandar os seus efeitos, as potências procuram aumentar as suas exportações a todo o custo, num quadro de *deficits* comerciais generalizados. Esse processo acentua notavelmente a competição no mundo desenvolvido. Assiste-se, assim, à «guerra do aço» e à «guerra do gasoduto», entre a Comunidade Económica Europeia (CEE) e os Estados Unidos. A primeira é estritamente comercial. A segunda também, embora simultaneamente se tenha politizado pelo carácter de ruptura com a União Soviética que o presidente Reagan lhe quis dar.

Esses são os dois exemplos mais notórios. E eles foram acompanhados por outros sintomas que, pela primeira vez desde o pós-guerra, fazem com que governos e organismos internacionais temam a formação do prelúdio de uma guerra de mercados e de um generalizado recurso ao proteccionismo.

Se isso acontecesse, todo o sistema de relações comerciais do capitalismo transnacional, que se orientou, desde o pós-guerra, para a criação de um mercado unificado por meio de uma intensa e ampla circulação de bens e capitais (o

«Mercado Uno», segundo a denominação de alguns economistas), entraria em crise.

Seria exagerado supor que essa crise significaria o princípio do fim do capitalismo e que este a não poderia superar. Mas constituiria uma fase de competição encarniçada e daria lugar a uma nova ordenação, cujas formas e projecções são difíceis de prever.

O extremo da guerra de mercados é, por enquanto, apenas uma possibilidade. Mas os três factores citados combinaram-se para determinar a tensão actual no Norte capitalista industrializado, do qual o Japão e o Canadá são as únicas potências que foram protagonistas de choques directos nos já citados conflitos económicos.

Assim como a recessão está a aprofundar as contradições económicas, o projecto de Reagan está a alimentar as geopolíticas. O propósito do presidente norte-americano consiste em assegurar a sua hegemonia sobre os aliados de forma a apresentar um bloco firmemente alinhado com Washington face a Moscovo.

O adiamento *sine-die* do gasoduto, as sanções económicas à URSS (limitação do intercâmbio e dos créditos), e um programa armamentista sem precedentes e em rápida execução, são as cartas principais com as quais Reagan gostaria de sentar-se para negociar com o seu par soviético, Leonid Brejnev, esperando assim extrair o máximo de concessões. Esse procedimento não torna apenas vulneráveis os interesses e a segurança do velho continente. Implica também o menosprezo da soberania e da autonomia política desses aliados que deveriam reconhecer a sua subalternidade. Estes, no entanto, resistem a isso.

Não obstante a nitidez das contradições, é difícil prever o seu desenrolar. Entre outras razões, pelo peso dominante que os Estados Unidos têm na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). A superpotência tem a chave militar e conservá-la-á durante muito tempo dado o seu incontestável poderio no bloco ocidental. Mas no nível económico, os países da CEE no seu conjunto têm, no mínimo, um poderio equivalente ao dos Estados Unidos.

Acontece, no entanto, que a Comunidade Europeia é uma obra a meio da sua construção. Segundo os seus promotores, a CEE deveria ser muito mais que um simples mercado comum de

intercâmbio comercial para se converter num organismo com maiores faculdades supranacionais, capaz de integrar económica e politicamente a região. Os interesses nacionais contraditórios impediram até agora que se avance em direcção a esse objectivo, dificultado por conflitos reais, embora de natureza secundária, como são os relacionados com alguns produtos agrícolas. E, naturalmente, é grande a resistência em ceder atribuições próprias das jurisdições nacionais em favor do organismo comunitário.

Neste contexto, a investida norte-americana é vista pelos europeístas radicais como um factor que pode dar coesão à região e impulsioná-la para que supere as suas contradições. Este influente sector aspira a que a CEE consiga articular um centro de poder tão homogéneo como aquele que os Estados Unidos e a União Soviética (e, guardadas as proporções, o Japão) representam.

Existe algo de utópico nesta pretensão, já que dificilmente um grupo de países, por mais afinidades que possuam, poderia actuar como um só Estado.

Apesar disso, é possível superar muitos dos obstáculos que impedem a construção comunitária e é viável o objectivo dos europeístas realistas: consolidar a instituição até ao ponto em que possa negociar os seus próprios interesses globais com uma representatividade semelhante à dos outros pólos de poder.

Segundo um ponto de vista internacional, nessa hipótese, estaríamos perante um multipolarismo aperfeiçoado. O multipolarismo tem, no fim de contas, vantagens relativas em comparação com o bipolarismo passado.

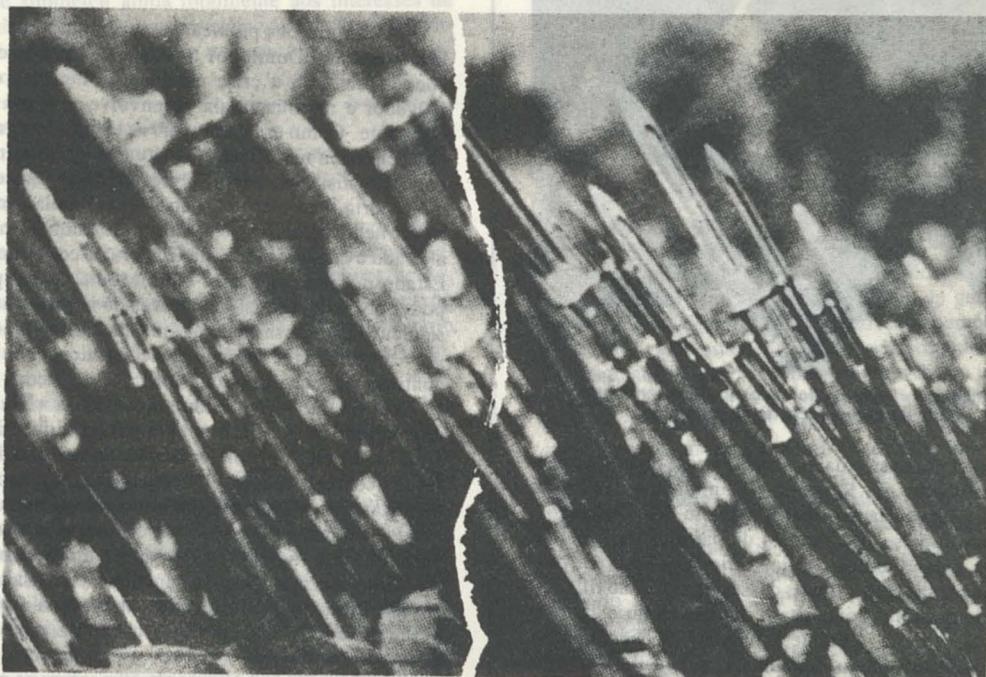
Que os Estados Unidos exerçam uma hegemonia-sem contestações na área ocidental é algo que não convém aos seus aliados, nem ao Terceiro Mundo, nem ao bloco socialista, mas somente aos Estados Unidos. Além disso, é uma ilusão superada pelos factos.

Que o presidente Reagan pretenda que a história retroceda no seu caminho agrava perigosamente a tensão mundial, mas não contribui para a modificação da realidade.

Mais provável seria que a insistência de Reagan o transformasse em estímulo involuntário em prol da consolidação europeia. A história é pródiga em ironias.

Chile - Argentina - Uruguai - Brasil

A CRISE DO AUTORITARISMO



Diante do estrondoso fracasso do modelo económico imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelos «Chicago Boys», os alicerces do autoritarismo no Cone Sul latino-americano começam a estremecer. A unidade «monolítica» das cúpulas militares mostra já rachas evidentes e os povos descem às ruas exigindo pão e democracia

Enquanto nas Caraíbas e na América Central a guerra é um dado do quotidiano, no sul discutem-se já as perspectivas após o fracasso do modelo autoritário

Neiva Moreira



Das Caraíbas à Patagónia: Impedir uma nova Beirute



A eleição do presidente dominicano representa uma vitória da democracia latino-americana

POR ocasião da tomada de posse do novo presidente da República Dominicana, Salvador Jorge Blanco, realizou-se em São Domingos, capital do país, uma reunião de partidos da América Latina e das Caraíbas, cujos dirigentes estavam presentes à cerimónia. Alguns desses partidos são filiados na Internacional Socialista e outros, como o Partido Aprista Peruano, a Frente Sandinista da Nicarágua, o Partido Democrático Trabalhista do Brasil, o Partido Revolucionário Institucional do México, o Nova Jóia, de Granada, o Revolucionário Democrático, do Panamá, e alguns outros mais, estão relacionados com a Conferência Permanente de Partidos Políticos Latino-Americanos (COPPAL). Outros, como a União Cívica Radical do Povo ou o Partido Intransigente da Argentina, não são filiados nem têm ligações com nenhuma organização continental ou internacional.

As conversações interpartidárias foram dominadas por dois grandes temas: a crise do modelo autoritário no Cone Sul e o agravamento da situação político-militar na América Central e nas Caraíbas.

Região agitada

As informações públicas ou reservadas que circulavam em São Domingos traduziam sérias preocupações gerais com a crise na região. A guerra em El Salvador e na Guatemala desenvolve-se a um ritmo constante. Como era de prever, as eleições salvadorenhas em nada modificaram a situação político-militar naquele país. Não sendo representativas da vontade maioritária, não contribuíram para estimular uma solução negociada para o conflito. E também não foi alterado o quadro interno da Guatemala com o golpe de Estado do general Efraín Ríos Montt, que esperava poder obter um armistício através de invocações messiânicas e promessas inócuas que não iam ao fundo dos graves problemas sociais e económicos. A guerra continua no seu ritmo anterior.

As operações militares contra a Nicarágua intensificaram-se. Com o apoio franco dos Estados Unidos, Honduras transformou-se numa base de operações contra a revolução sandinista. Os guardas somozistas que ali se refugiaram já não actuam como bandos armados mas sim como um exército regular perfeitamente instruído e dotado de um poderoso armamento pesado. Grupos vinculados a essas forças tentam diariamente infiltrar-se através da fronteira, desenvolvendo uma intensa e cada vez mais ampla acção de sabotagem.

Navios norte-americanos movimentam-se ostensivamente nas águas nicaraguenses, enquanto os seus aviões violam, sem cessar, o espaço aéreo desse país. Todo esse conjunto de agressões e provocações está ligado às actividades dos remanescentes do somoismo ou de alguns sectores liberais que nada têm em comum com um verdadeiro processo revolucionário e que hostilizam o governo de Manágua por meio de diversas formas de luta que ainda estão ao seu alcance. Sectores da Igreja — sobretudo de padres espanhóis — associam-se a esse esforço de sabotagem do processo revolucionário.

Também o Panamá e a Costa Rica

O Panamá está a sofrer um processo de desestabilização que se agravou com a morte, ainda não esclarecida, do general Omar Torrijos. Tal como nos outros três países já mencionados (Guatemala, El Salvador e Nicarágua), o governo norte-americano está também por detrás de todas as manobras antipanamianas. As violações dos tratados do Canal (Tratados Torrijos-Carter) são diárias e as tropas norte-americanas que ali continuam instaladas assumem novamente, em relação ao governo do Panamá e à sua Guarda Nacional, atitudes arrogantes e provocadoras.

Aproveitando a grave crise económica que a Costa Rica atravessa, a administração Reagan está a pressionar o governo desse país para que este se transforme numa base de operações contra a Nicarágua e o Panamá. O governo do presidente Monge está a assumir posições cada vez mais reaccionárias. A Costa Rica só não se submeteu ainda totalmente aos interesses de Washington mercê da resistência verificada no seio do próprio partido dominante e de outros grupos democráticos do país.

Operações contra Cuba

Como peça do conjunto desse esquema geoestratégico, o Senado norte-americano acaba de aprovar uma lei que permite ao Executivo o uso da força militar contra Cuba. Esta decisão causou profundas preocupações em todos os partidos latino-americanos, inclusive naqueles que, como o Partido Aprista, do Peru, ou o Liberal, da Colômbia e o Partido Revolucionário Dominicano, não têm grandes afinidades com o regime cubano.

Um facto associado a essa política anticubana dos Estados Unidos teve grande repercussão entre os líderes políticos presentes em São Domingos. Um dos membros mais destacados da COPPAL, o presidente do Partido Independentista de Porto Rico, Rubén Berríos, foi a Havana a fim de assistir aos Jogos Centro-Americanos. Ao regressar a Porto Rico, deparou com um processo que poderá valer-lhe dez anos de prisão ou 50 mil dólares de multa. Berríos é porto-riquenho, não se considera norte-americano, luta pela independência da sua pátria, mas, devido à situação em que vive o seu país, está ameaçado por um dispositivo da legislação norte-americana.

O agravamento dessas pressões levou vários políticos presentes em São Domingos a proporem a convocação de um congresso anti-imperialista que pudesse estimular a unidade continental e fortalecer as resistências nacionalistas à tutela norte-americana. Ao ser lançada a ideia, foi assinalado que o melhor contexto histórico para um acontecimento desse género será a comemoração, no próximo ano, do bicentenário do nascimento do libertador Simón Bolívar.



O exemplo dominicano

Nesse quadro de conflitos localizados, mas onde existe também uma verdadeira ameaça de guerra regional, a instalação de um novo governo democrático na República Dominicana foi saudada por todos como um facto auspicioso. Esse país emergiu de um período ditatorial de 30 anos, sob a tirania da família Trujillo. Depois de libertado do domínio desse despotismo, teve de enfrentar uma ditadura disfarçada, no período de Joaquín Balaguer. Acobertando-se sob uma aparência democrática, existia, de facto, um certo tipo de continuação do regime anterior. Essa etapa obscurantista foi interrompida pela eleição do presidente Antonio Guzmán, um dos dirigentes do Partido Revolucionário Dominicano, PRD. Guzmán suicidou-se poucas semanas antes de completar o seu mandato por motivos ainda não suficientemente claros.

Pensavam todos que o exército dominicano — que ainda está cheio de quadros trujillistas, sobretudo nos mais altos escalões — iria aproveitar a oportunidade para impedir a posse do presidente eleito. No entanto, o vice-presidente Jacobo Majluta assumiu o governo nos 42 dias que faltavam para completar o mandato de Guzmán e transmitiu, normalmente, o cargo a Salvador Jorge Blanco, que obteve mais de 40% dos votos, cabendo ao Partido Reformista de Balaguer o segundo lugar, com pouco mais de 30%. O novo Congresso é assim composto: 17 senadores do PRD, contra 10 do Partido Reformista (Balaguer); 62 deputados do PRD

contra 50 do PR, 7 do Partido de Libertação Nacional (Juan Bosch) e 1 do Partido Acção Constitucional.

A vitória de Blanco, importante em si mesma, tornou-se ainda mais expressiva devido à eleição do líder do PRD, José Francisco Peña Gómez, como prefeito da capital, São Domingos. Peña Gómez, um dirigente negro oriundo de uma das camadas mais pobres da população do interior do país, é conhecido pelas suas posições progressistas.

Blanco não é radical, nem tampouco antinorte-americano. Mas não é de esperar que ele venha a transformar-se num peão da estratégia da Casa Branca na região. Ele tem, pelo contrário, legitimidade e condições políticas suficientes para exercer uma certa influência mediadora que desencoraje as acções agressivas dos Estados Unidos na América Central e nas Caraíbas.

Uma das suas primeiras medidas foi eliminar a censura cultural. No aeroporto de São Domingos, a polícia era extremamente rigorosa para impedir a entrada no país de livros considerados de esquerda, proibidos de exibir nas montras das livrarias. Essa situação mudou totalmente.

Perguntei a um dos dirigentes do PRD se ele considerava superada a perspectiva de um golpe militar. Respondeu-nos que seria difícil fazer uma previsão a esse respeito, mas que há dois factores favoráveis à experiência democrática: com a queda do preço do açúcar tornou-se sensivelmente mais aguda a crise económica na República Dominicana. Os militares podem não considerar de interesse assumir o poder nesse quadro de crise. Por outro lado, o PRD tem uma grande capacidade de mobilização popular e, conseqüentemente, de resposta a um *putsch*. E isso desencoraja a aventura militar.

A crise do autoritarismo no Cone Sul

A situação dos países do Cone Sul (Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai) e do Brasil foi objecto de uma análise muito meticulosa em São Domingos, num ambiente dominado por uma espécie de clima «pós-Malvinas». A tónica das volumosas informações apresentadas na reunião dos partidos políticos era a da crise do modelo autoritário que domina as nações do sul do continente, particularmente desde os anos 60.

Os dados foram definitivos. Todos os países da região estão a atravessar uma situação extremamente difícil. Há uma crise internacional e é inegável que os países industrializados, e particularmente os do Terceiro Mundo, enfrentam problemas de inflação, desemprego e recessão. O México é o exemplo mais recente, mas não será certamente o último. Porém, nos países do Cone Sul, mais do que uma crise de conjuntura vive-se o irremediável fracasso de um modelo político e económico dominado pelos interesses transnacionais e apoiado pelo autoritarismo militar.

Cada país tem, dentro da sua crise, características peculiares e têm sabido, uns mais do que outros, enfrentar a conjuntura desfavorável. Mas a origem do colapso económico é comum a todos eles.

Lembremos que, em pouco mais de uma década (de 1964 a 1976), todos os governos da região — com excepção do Paraguai, cuja ditadura já completava então as suas bodas de prata — foram varridos por golpes militares. Começou com o derrube de João Goulart, no Brasil, seguido da queda de Paz Estenssoro, na Bolívia, Salvador Allende, no Chile, do governo peronista argentino e do regime constitucional no Uruguai. De uma maneira ou de outra, os Estados Unidos estiveram comprometidos nesses golpes.

Outra característica dos processos ditatoriais estabelecidos é que todos partiram da mesma premissa: deter o avanço comunista, dominar a «subversão» social, sanear a economia de cada país.

Mesmo que cada nação tivesse a sua versão peculiar da doutrina de segurança nacional, as linhas gerais e o fundamento básico das mesmas eram muito semelhantes e coincidentes com as doutrinas do Pentágono e do Departamento de Estado a esse respeito. Em nome da liberdade económica, foram efectuadas experiências capitalistas que os europeus jamais poderiam aceitar, nem sequer nos casos mais extremos, como o do governo da sra. Thatcher.

Um conluio de empresas transnacionais e tecnocracia, com o apoio militar, permitiu a desnacionalização da economia e transformou cada um desses países em cobaias, não só do monetarismo da Escola de Chicago, como também de um modelo de dependência imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Conseqüentemente, as empresas nacionais foram absorvidas pelo capital estrangeiro, os bancos assumiram uma posição supervisora do conjunto da economia, asfixiando as pequenas e médias empresas e impondo ao trabalhador a destruição das suas conquistas, com o conseqüente aviltamento salarial num clima de intolerância e repressão.

Os resultados estão à vista e são mais ou menos os mesmos em todos os casos. É evidente que não se pode comparar a situação do Brasil com o caos da economia na Argentina e no Chile. Mas todos esses países tiveram, à sua maneira, «milagres» económicos, que foram apresentados anos atrás como experiências vitoriosas de uma economia ultraliberal e encontram-se hoje num beco onde as saídas não são fáceis de descortinar.

Modelos condenados

Com excepção do Paraguai, cuja ditadura foi muito bem alimentada pelo apoio que recebeu durante muitos anos do Brasil e da Argentina — via Itaipu e Yaciretá —, todos os demais regimes autoritários entraram em crise. E com maior ou menor amplitude estão a ceder às poderosas pressões populares em



O agravamento da situação político-militar na América Central e nas Caraíbas foi um dos temas que dominaram a última reunião dos partidos latino-americanos, realizada na capital dominicana

IMPEDIR UMA NOVA BEIRUTE

busca da redemocratização. Seria precipitado pensar que há uma Primavera democrática nesses países. Mas existe um facto concreto: generalizou-se, inclusive nas classes médias altas, que foram o sustentáculo dessas experiências, a convicção de que esses modelos autoritários estão irremediavelmente condenados. É possível que Pinochet ou Gregorio Alvarez, ou o general de plantão na Bolívia, recorram ainda, no entanto, a medidas de violência. Mas elas não terão base política — e inclusive militar, em muitos casos — que lhes ofereça maior continuidade.

Entre os políticos reunidos em São Domingos, como já tinha ocorrido anteriormente em Manágua e Panamá, especulou-se muito sobre o qual será a estratégia norte-americana nessa nova etapa política da América meridional. Já a partir de Carter, a Casa Branca achava necessário mudar a face desses regimes e abrir algumas válvulas de escape às pressões populares, com medo de uma explosão social.

Embora menos comprometida com essa estratégia, a administração Reagan encaminhou a linha de acção no sentido de ampliar o formalismo democrático e a aparência de uma legalidade constitucional, sempre que o governo que substituir uma ditadura siga na direcção dos grupos conservadores, comprometidos

com os interesses transnacionais dominantes em cada um desses países.

A falta de forças renovadoras com essas características — principalmente no Chile e Argentina — tem dificultado a transição de uma ditadura quimicamente pura para um regime formalmente democrático.

No entanto, é uma opinião generalizada que o nível de mobilização política e popular na região pode conduzir a soluções ou fórmulas que não sejam propriamente as previstas pelos Estados Unidos e pelas oligarquias nacionais. Mesmo que se trate de um processo lento, complexo e a longo prazo.

No que todos estão de acordo é quanto ao total fracasso do modelo político autoritário, em cujo seio se desenvolveu uma economia dependente e anti-social que; em determinado momento, transformou os países da região em teatro de operações contra os seus próprios povos. A etapa que segue será determinada pelo papel que possam vir a representar as grandes forças políticas sul-americanas e pela eficácia da mobilização dos movimentos populares, reprimidos até há pouco tempo e que agora irrompem de novo no cenário de cada país. □



GALUCHO

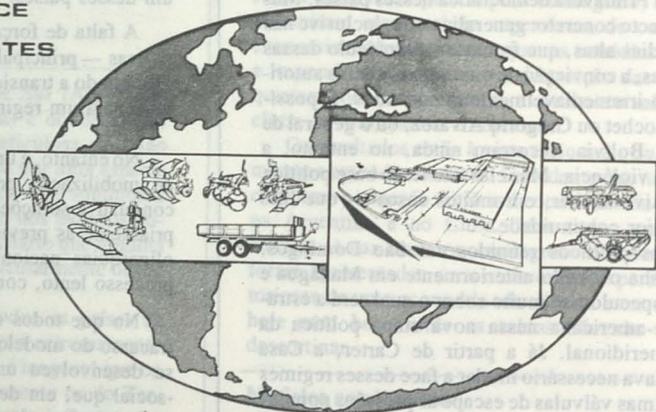
UMA MARCA DO PRESENTE
COM A TECNOLOGIA
DO FUTURO



QUANDO NA LUA
HOVER AGRICULTURA,
AS ALFAIAS E REBOQUES
"GALUCHO" LÁ ESTARÃO

ASSIM ACONTECE
JÁ NOS SEGUINTES
PAÍSES:

ANGOLA
ARÁBIA SAUDITA
AUSTRÁLIA
ÁUSTRIA
BRASIL
CABO VERDE
CAMARÕES
COSTA DO MARFIM
ESPAÑA
FRANCA
GANA
GUINE-BISSAU
GUINE CONAKRI
GUINE EQUATORIAL
HONDURAS
INDONÉSIA
JAMAICA
JORDÂNIA
MARRÓCOS
MÉXICO
MOÇAMBIQUE
NIGÉRIA
QUÊNIA
R. P. CONGO
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
SENAGAL
SUDÃO
TUNÍSIA
VIETNAME
ZAIRE



JOSE FRANCISCO JUSTINO (HERD.), LDA.

APARTADO 3 - S. JOÃO DAS LAMPAS - 2711 SINTRA CODEX - PORTUGAL
TELEFS 9277185/6/7/8/9 - END. TELEG. GALUCHO - TELEX 13858 GALUXO P

Chile

O fracasso da política económica dos «Chicago Boys»
rompe a unidade do regime instalado em 73
e estimula as correntes oposicionistas

Maria Rojas



Contagem decrescente para Pinochet



«NÃO me surpreenderei se, um dia destes, abrir o jornal e tomar conhecimento de que Pinochet renunciou por razões de saúde e vai retirar-se para alguma ilha do sul do país.»

Esse comentário, feito no estrangeiro por um empresário chileno, pareceria absurdo há poucos meses. Hoje em dia, no entanto, fala-se abertamente em Santiago na possibilidade de um afastamento do general Augusto Pinochet, do seu cargo e, certamente, isso não será devido a razões de saúde, mas à profunda crise do sistema que ele mesmo fundou depois do sangrento golpe de Estado de 11 de Setembro de 1973.

Contudo, ninguém espera que Pinochet saia antes de jogar todas as cartas que ainda tem na manga. A reorganização do gabinete ministerial anunciada para o fim do mês de Agosto passado, juntamente com a promessa de novos «pacotes» de medidas económicas, é uma dessas cartas. Mas em vez de acalmarem os ânimos, esses pacotes deixaram-nos ainda mais agitados. Com efeito, até pouco tempo atrás, o Chile seguia ao pé-da-letra as receitas do modelo monetarista apli-

cado pelos *Chicago Boys*, que tinha pelo menos, a virtude de ser coerente. Agora, em compensação, segundo as versões de um jornalista, é como se essas medidas fizessem parte de um documento de várias páginas. «Mas do qual só nos deram a ler a página dois, a cinco e a sete. Não se pode compreender para onde isto vai tudo».

Acontece que, na condução da política económica há, pelo menos, duas linhas que se defrontam e cada uma delas conseguiu arrancar «páginas à proposta da sua opositora, deixando o discurso sem sentido e a economia sem rumo».

O Chile sofre uma recessão profunda, com um desemprego de 21%, segundo números oficiais (na realidade, um em cada três chilenos encontra-se desempregado, asseguram os economistas independentes) e uma redução drástica da produção industrial. Segundo a recém-criada Associação de Comerciantes de Santiago, as vendas baixaram 60% na capital chilena nos últimos meses. E não se trata apenas dos cortes previstos nas economias domésticas, onde a primeira coisa a ser eliminada é o consumo supérfluo (as vendas de electrodomésticos diminuíram 65%), mas de um empobrecimento dramático: em Agosto, em pleno Inverno, foram vendidos somente dois pares de sapatos para cada cinco vendidos no último Verão.

Contudo, não é o sofrimento popular que preocupa o governo ou cria o clima actual de instabilidade política. A crise já chegou lá acima. Depois de causar estragos nas fileiras das camadas médias, comerciantes e empresários médios, a recessão bate às portas dos próprios bancos, dos templos sagrados do modelo monetarista, que estão praticamente na falência porque não podem receber dos seus devedores falidos.

Para evitar uma bancarrota formal dos bancos, foi adiada a data do encerramento dos balanços; aqueles teriam demonstrado a total incapacidade de continuarem a funcionar. Além disso, o governo ofereceu-se para se encarregar das «carteiras vencidas» (dívidas sem pagamento) que representavam, em 31 de Maio, 50% do capital dos bancos comerciais. Quase ao

mesmo tempo, o peso chileno sofreu uma desvalorização (como forma de estimular as exportações e reduzir as importações), foram concedidos créditos aos exportadores e promoveu-se a entrada de capitais estrangeiros, visando, entre outras coisas, aumentar a oferta de dinheiro e, portanto, a procura de bens e serviços.

Mas enquanto a equipa chamada «reactivadora» faz aprovar essas páginas do seu pacote, outros assessores chegados a Pinochet tiram das suas pastas medidas de efeito totalmente contrário: elevação de impostos, restrição da despesa pública, baixa dos salários da burocracia estatal, diminuição do «tecto» para a negociação colectiva dos sindicatos, com a subsequente redução das receitas — e, portanto, do consumo — da maioria dos chilenos.

A confrontação entre «reactivadores» e «recessionistas» é a primeira fractura dentro de um poder que parecia, até agora, monolítico. Mas não é a única.

Nos meios militares, circulam queixas sobre a «personalização do poder» nas mãos de Pinochet e a marginalização das forças armadas da tomada de decisões. E entre os representantes civis do regime, cujas discordâncias são, por razões óbvias, muito mais conhecidas que as polémicas internas dos militares, os chilenos identificam, pelo menos, oito vertentes diferentes.

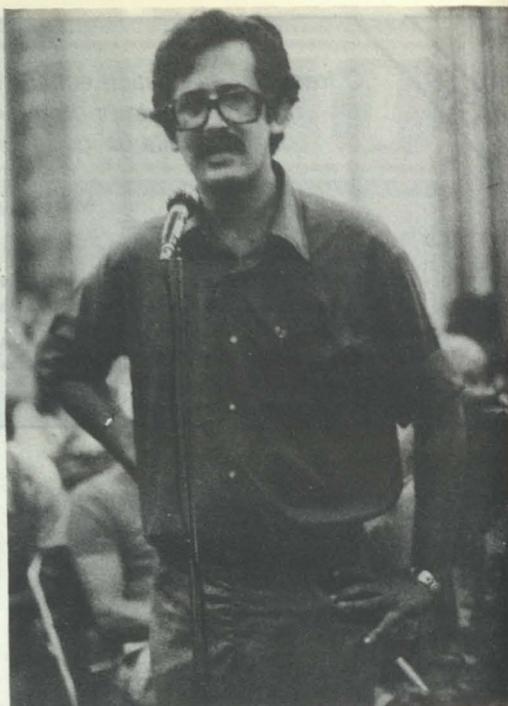
O mapa da direita

O desfecho da actual crise vai depender de alianças e confrontações entre essas tendências civis, os militares e o ditador. Os prognósticos podem ser variados, mas o «mapa» em que se movimentam os protagonistas está sujeito às tensões das seguintes forças:

1) Augusto Pinochet, cuja trajectória vai de chefe da Junta a chefe de Estado, e depois presidente, ordenou a passagem à reforma dos generais que deram o golpe com ele, reforçou os mecanismos da disciplina nas forças armadas e concentrou sob o seu comando um aparelho repressivo centralizado e aperfeiçoado (a antiga Dina, substituída, em 1977, pela CNI). Essa personalização do poder diferencia o modelo chileno do argentino (onde o poder recai sobre a Junta de comandantes e o presidente é apenas um «quarto homem»), ou do uruguaio (onde quem decide é uma Junta de 25 generais, brigadeiros e vice-almirantes), para assemelhar-se ao da Espanha franquista.

2) As forças armadas aceitaram essa personalização «para não abrirem a caixa de Pandora através de uma politização», segundo palavras do sociólogo chileno Manuel Garretón. Contudo, não deve ser afastada a hipótese de que, com o agravamento da crise, a direita civil torne a bater à porta dos quartéis a pedir uma intervenção redentora dos militares.

3) A tecnoburocracia, isto é, os *Chicago Boys*, profissionais que tanto ocupam um ministério como a presidência de uma empresa (e passam com facilidade de um a outro cargo). Com o descalabro do seu modelo perderam poder e coerência.



Para Pascal Allende, dirigente do MIR, diante da ausência de qualquer via legal, só restou a opção da «guerra popular prolongada»

4) O movimento «sindicalista» surgido na Universidade Católica nos anos 70, controla a militância juvenil partidária do regime e actua como um virtual partido político, através da Secretaria Nacional da Juventude e da Frente Juvenil. Aderiu às ideias neoliberais dos *Chicago Boys* e divulga-as através do seu «Centro de Estudos para uma Sociedade Livre».

5) A direita política tradicional dos velhos partidos Liberal e Conservador Unido tenta reorganizar-se numa opção diferente à do sindicalismo, para formar um partido de «direita civilizada». Procura diferenciar-se das correntes parafascistas do Partido Nacional, movimentando-se com uma certa autonomia em relação aos grupos económicos e exige a vigência de um Estado de Direito.

6) O empresariado, até há pouco tempo subordinado aos grupos económicos e aos economistas neoliberais, anda à procura de canais próprios de defesa dos seus interesses diante da política económica do regime.

7) Os grandes grupos económicos, que controlam cadeias de empresas, bancos e meios de comunicação (o mais famoso é o de Edwards, dono de *El Mercurio*) foram atingidos, de formas diferentes, pela crise dos bancos privados e encontram-se em luta contra os *Chicago Boys*, ao mesmo tempo que se reorganizam para adaptar-se à nova situação.

8) Os ideólogos corporativistas actuam dentro do regime, em confronto com os grandes grupos económicos. Expressam as suas ideias através das colunas dos jornais e das cátedras da Universidade do Chile. Dividem-se, por causa das suas concepções, entre aqueles que aspiram a uma economia regida por associações de empresários e operários, os que querem um «sistema político orgânico» similar ao fascismo europeu clássico, e os que defendem um sistema político sob uma tutela militar permanente, mas com uma economia regida pelo mercado.

Uma nova democracia-cristã

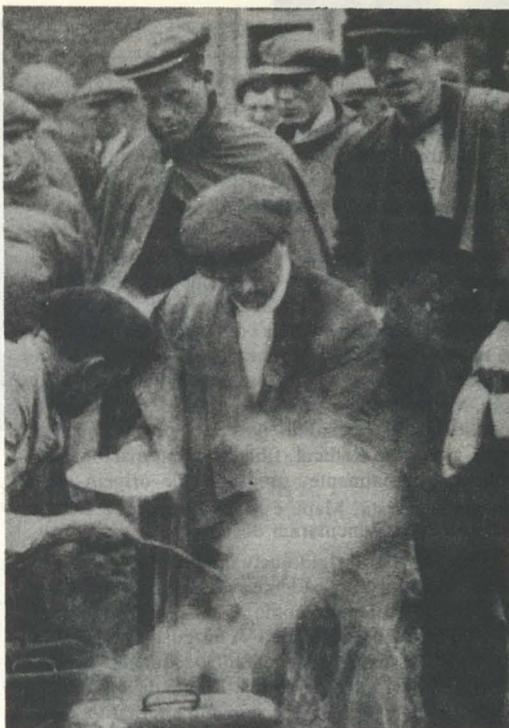
Este «mapa» sucinto caracteriza uma situação complexa que, segundo a opinião da revista *Mensaje*, «embora não implique necessariamente um colapso, apresenta um regime à deriva, sem projecto, que só procura prolongar-se e tapar buracos, sujeito a um processo de erosão e ruptura com os sectores que o apoiaram».

Apesar da crise surgir e exprimir-se como crise *no* regime, a democracia-cristã e a esquerda são forças que terão uma certa influência na resolução da mesma. E estão a produzir-se em ambas as forças transformações que as tornam diferentes do que tradicionalmente sempre foram.

A democracia-cristã opôs-se activamente ao governo socialista de Salvador Allende e contribuiu para a sua desestabilização. Por ocasião do golpe de Pinochet, o seu sector maioritário colocou-se numa posição favorável ao novo governo, embora mantendo uma distância prudente. Quando os militares optaram pela alternativa neoliberal (e não por uma fórmula que pudesse levar rapidamente a democracia-cristã ao poder), o PDC apresentou princípios opostos, mas rejeitando qualquer aliança com a esquerda, como se esperasse uma morte natural do regime.

Nas vésperas do plebiscito de 1980, o ex-presidente democrata-cristão, Eduardo Frei, foi o orador principal do acto que encerrou a campanha oposicionista, no qual participou toda a esquerda e alguns pinochetistas arrependidos. A morte de Frei, em 1982, deixou o partido privado de uma liderança forte, mas, por isso mesmo, abriu uma fase de remodelização e reactivação do PDC, que trata de se transformar na alternativa viável ao actual regime. O ex-chanceler Gabriel Valdés foi eleito o novo presidente do PDC, com grande apoio interno. O seu passado, não comprometido com o golpe de 1973, abre para o partido possibilidades inéditas de diálogo, tanto com a direita como com a esquerda.

Valdés permaneceu fora do Chile durante muitos anos, à frente da direcção do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Nesse alto cargo, adquiriu um prestígio internacional e nacional que facilita o seu diálogo com tecnocratas e empresários. O seu nome é respeitado inclusive nas fileiras



A recessão económica do Chile está estreitamente ligada à falência do sistema surgido do golpe de 73

militares, já que durante a sua gestão, à frente da pasta das Relações Externas, foi traçada a actual política chilena no que diz respeito ao problema fronteiriço com a Argentina na região de Beagle. Os argumentos jurídicos chilenos foram tão eficazes que a Argentina não conseguiu tirar partido do isolamento internacional de Pinochet para melhorar a sua posição perante árbitros e mediadores.

Ao mesmo tempo, Valdés apresenta, para a esquerda, uma imagem de progressista que facilita, sem dúvida, o diálogo, e o seu passado pessoal não está marcado, como esteve o de Frei, por um antagonismo em relação ao presidente Allende e uma participação activa nos esforços para desestabilizar o seu governo.

Essa capacidade de estender pontes entre ambos os extremos do panorama político não se deve exclusivamente às condições pessoais de Valdés, mas também à flexibilidade e indefinição programática da DC. No fundo, argumentam dirigentes da esquerda chilena, a estratégia não mudou. A DC esperou sempre um desmantelamento espontâneo dos pilares do regime em vez de lançar-se activamente num esforço para corroê-los. Agora que a crise chegou, passou apenas da espera à «espreita». Entretanto, não deve ser afastada a hipótese de que, se Pinochet começar a cambalear, o centro político do Chile venha a juntar-se a aqueles que querem dar-lhe um empurrão decisivo.

A esquerda

A crise política abriu também novos espaços à esquerda chilena, que desde o golpe de 1973, nunca esteve tão activa e organizada como agora. Mas também dentro da esquerda o mapa político se modificou.

Até 1973, a esquerda estava dividida em dois grandes grupos: os partidos membros da Unidade Popular, a coligação que levou Salvador Allende ao poder e obteve 51% da votação nas eleições legislativas daquele ano, e o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), que não integrou a UP por considerar inviável a perspectiva da construção do socialismo no marco da «legalidade burguesa», como pretendia Allende. Dentro da UP, podiam alinhar-se, de um lado, os chamados «partidos operários» (o Comunista e o Socialista, presidido por Salvador Allende) do outro, o Partido Radical, filiado na Internacional Socialista, e, finalmente, os grupos de origem cristã (Esquerda Cristã, Mapu e Mapu-Operário e Campônês, que se desvincularam do PR).

Para o MIR, dirigido actualmente por Pascal Allende, sobrinho do presidente assassinado, o **pinochetazo** foi interpretado como uma demonstração da exactidão do seu prognóstico. A burguesia não hesitou em violar a sua própria legalidade quando os seus interesses se viram ameaçados. Diante da ausência de qualquer via legal, só restaria como alternativa a luta armada. Depois de um longo período de reorganização, o MIR lançou-se numa etapa ofensiva nos últimos meses, aumentando o ritmo da sabotagem e das acções armadas no âmbito de uma estratégia de «guerra popular prolongada».

O Partido Comunista, que antes e depois do golpe condenava essas acções, baseou a sua estratégia até 1980 na formação de uma grande frente de oposição, incluindo a Democracia-Cristã. Diante das reiteradas negativas da DC de comprometer-se em qualquer aliança, a institucionalização da ditadura através do plebiscito fraudulento de 1980 e as lições políticas da insurreição popular na América Central, o PC modificou a sua linha, anunciando que passaria a considerar como válidas «todas as formas de luta» (incluindo a luta armada), embora sem renunciar à sua aspiração de instrumentar uma ampla aliança democrática. Concordam também com essa estratégia o Partido Radical e a facção do Partido Socialista dirigida pelo ex-chanceler Clodomiro Almeyda.

O «direito do povo à insurreição» foi defendido por Anselmo Sule, presidente do Partido Radical, numa conferência realizada no México com o apoio dessas forças. Esse sector registou, nos últimos meses, no Chile, um aumento da sua capacidade de mobilização e de organização, com uma influência crescente nos meios sindicais, o seu baluarte tradicional.

Finalmente, as forças da fracção socialista encabeçada por Carlos Altamirano, os dois Mapus, a Esquerda Cristã e militares independentes de diversas



O PC chileno passou a considerar válidas «todas as formas de luta», incluindo o recurso à revolta armada. Na foto o secretário-geral do PCC, Luis Corvalán

procedências, empenharam-se em construir «uma nova fase político-cultural que defina um conteúdo popular para a democracia e um conteúdo democrático para o socialismo no Chile».

Essa *convergência socialista* é mais um processo que uma proposta já elaborada e difícil, portanto, de ser catalogada dentro dos parâmetros tradicionais. Apesar de, pela posição renovadora, ela ter formulado severas críticas à esquerda «ortodoxa», não renega a unidade da esquerda e propõe-se conseguí-la como parte da «construção de um movimento muito mais amplo pela democracia, capaz de substituir o autoritarismo e assegurar, no futuro, as bases de uma nova estabilidade orientada pelos interesses nacionais e as necessidades das maiorias».

As crescentes reivindicações dos sindicalistas chilenos por fórmulas de unidade que definam melhor os interesses dos trabalhadores no seu conjunto, a renovação da liderança dentro da Democracia Cristã e os avanços registados pelas organizações de esquerda em momentos em que a direita assiste perplexa ao fracasso de todas as suas fórmulas, talvez indiquem que essa alternativa não está distante. □

Argentina

O país encontra-se virtualmente falido, e depois da guerra das Malvinas tem de enfrentar um outro adversário: o capital financeiro internacional

Carlos Castilho



Agora, a batalha das finanças



CADA argentino, perderá, nos próximos dois anos, cerca de 1500 dólares do seu orçamento pessoal para que o governo pague a dívida externa de 40 mil milhões de dólares. Este seria o preço teórico que cada um dos 27 milhões de argentinos teria que pagar para tentar resolver a caótica situação económica legada por seis anos de regime militar.

É um preço teórico, porque a dívida da Argentina, se nada mais for pedido emprestado, cresce seis mil milhões de dólares ao ano, ou quinhentos milhões por mês só com os juros. Acontece que o país já tem contas vencidas no valor de 800 milhões de dólares, que deixaram de ser pagas desde Maio passado. E tem novos débitos no valor de 15 mil milhões de dólares com vencimento a curto prazo.

Actualmente, a Argentina exporta por ano mercadorias e produtos no valor de 10 mil milhões de dólares e importa cerca de seis mil milhões de dólares. A diferença de quatro mil milhões é insuficiente até mesmo para o pagamento dos juros. Como reservas monetárias, o Governo tem a ridícula quantia de quinhentos milhões de dólares. Por isso, não restam muitas dúvidas sobre a insolvência da economia argentina. O país, faliu simplesmente e isto não foi admitido com todas as letras devido a motivos externos e internos.

Externamente, os credores da Argentina tentam a todo custo dissimular a falência para evitar o agravamento das preocupações do cambaleante sistema monetário internacional, depois que o México disse que não terá condições para pagar uma dívida de 80 mil milhões de dólares. Assim, os banqueiros norte-americanos que detêm o controlo de quase 40% da dívida argentina, fazem o possível para escamotear o conteúdo dramático da crise económica. Procuram, acima de tudo, fazer com que a renegociação da dívida argentina, escorregue quase que imperceptivelmente através de conversas secretas e acordos em Nova Iorque, Londres e Frankfurt.

O pior que poderia acontecer aos banqueiros mundiais era os argentinos resolverem perder os pruridos moralistas e, a exemplo dos mexicanos, declararem, pura e simplesmente, a falência. Por isso, os banqueiros tentam mascarar a crise argentina com todo o decoro possível, tarefa na qual contam com a valiosa colaboração de homens como Krieger Vasena, Alvaro Alzogaray, Roberto Alemann, Martinez de Hoz, todos ex-ministros da economia e intimamente ligados ao sistema bancário internacional.

O preço da dívida

Mas não haverá outra solução. A Argentina terá que renegociar os seus pagamentos externos nos próximos anos. O país terá, principalmente, de pedir socorro ao Fundo Monetário Internacional (FMI), sem o qual poucos bancos aceitarão assumir sozinho o risco de emprestar mais dinheiro à Argentina. E o receituário do FMI para sanar dificuldades de países em apertos financeiros é a chamada terapia de choque, com recessão económica, salarial e cortes nos benefícios sociais.

No caso argentino, esta terapia não deverá ser adoptada na sua forma mais brutal, porque os próprios responsáveis pelo FMI temem uma «explosão» social e política se as medidas draconianas de «moralização»

financeira forem adoptadas. Os dirigentes do FMI sabem que, no caso argentino, a contabilidade deve ser flexível, de maneira a evitar que uma compressão excessiva acabe por provocar uma revolução social ou política. A mesma preocupação é partilhada pela equipa da Casa Rosada que, no momento, possui uma credibilidade quase nula perante a opinião pública. Um regime militar marcado pela vergonhosa campanha das Malvinas não tem força política para impor sacrifícios drásticos à população.

A factura das Malvinas apresentada pelo povo argentino ainda não foi resgatada pelos militares que não podem agora apresentar outra conta aos irritados contribuintes, que já não mostram qualquer entusiasmo, nem sequer pela saída eleitoral. O preço político exigido pelo FMI para impedir a bancarrota argentina é elevado, mesmo que no final venha a ser considerado brando, comparado com o que aconteceu noutras ocasiões em que países do Terceiro Mundo se submetem às imposições do Fundo.

A nova humilhação

Uma das condições iniciais impostas pelo FMI ao governo do general Bignone foi a suspensão das relações económicas entre a Argentina e a Inglaterra. Os militares argentinos tentam em especial manter o estado de guerra económica como uma pálida recompensa para a honra perdida no fracasso bélico de Porto Stanley. Mas a manutenção do bloqueio de fundos, tanto em Buenos Aires como em Londres, era um entrave poderoso ao jogo dos interesses financeiros mundiais. Assim, a Argentina foi obrigada a engolir um acordo de paz económico com a Inglaterra, em mais uma humilhação.

E não há dúvidas de que os argentinos terão que digerir novos sacrifícios, além da inflação de 150%, desemprego de 17%, e queda da produção industrial no valor de 8%. E todos estes factores terão um reflexo directo na situação política interna.

O general Bignone prometeu eleições gerais para 84 na tentativa de iludir a população no que respeita as dificuldades actuais. Afinal sempre haveria uma esperança futura que justificasse o adiamento de uma rebelião generalizada.

Mas o projecto está a esbarrar com dificuldades muito imediatas e poucos argentinos se arriscam hoje a apostar na realização do pleito marcado para Março de 1984. De um lado, dentro das forças armadas, os capitães e os coronéis, marcados pelo fracasso das Malvinas, querem lavar a honra nacional, sacrificando toda a cúpula, principalmente o exército. O movimento destes oficiais não disfarça, nem de leve, a inspiração nazi-fascista. Para eles, o novo fracasso de mais um período militar, só pode ser substituído por uma ditadura ainda mais fechada. A estratégia cega destes capitães assusta o FMI e a elite financeira de Buenos Aires, porque recorda o surgimento do nacio-

nalismo peronista. A força desses neofascistas é grande no Exército, porque eles encontram dentro da Arma um farto arsenal de acusações de corrupção e incompetência contra os seus superiores durante a guerra das Malvinas.

Duros versus tecnocratas

Os atritos do sector militar duro, que tem também poderosos seguidores dentro da Marinha, chegou ao ponto do ex-ministro Julio Alleman ter tido a audácia de pedir explicações sobre casos de desaparecidos. Foi a gota de água. Agora existe uma guerra surda entre a oligarquia financeira, que em outras épocas soube tirar bons lucros da repressão, e os oficiais que participaram directamente na guerra suja contra a esquerda argentina. E todo o vasto aparelho clandestino de repressão está em pé de guerra para evitar que venham a público, principalmente nos tribunais, as barbaridades cometidas desde 1976.

Curiosamente, a extrema-direita militar aliou a defesa da impunidade, com a batalha contra as concessões ao FMI. É uma tentativa para evitar que a oligarquia financeira use o trauma militar da derrota nas ilhas para impor novas humilhações aos oficiais do Exército e da Marinha. E aí os interesses dividem-se. Até aqui, militares e tecnocratas foram aliados na implantação do trágico modelo económico-liberal, idealizado pelo ex-ministro Martinez de Hoz. Hoje, esta aliança está quase rompida, buscando cada um dos lados salvar os seus interesses.

Por seu turno, os partidos políticos voltam a actuar sem muito entusiasmo. É claro que a abertura política lhes interessa, mas eles vacilam entre apostar tudo no projecto eleitoral de Bignone, e a preocupação de procurar estabelecer alianças tácticas com grupos que, a qualquer momento, poderão transformar o programa de abertura em letra morta, com mais um golpe de Estado.

A própria opinião pública argentina, que não esconde o seu desejo de voltar a ter voz activa na política, não disfarça também o seu desencanto pela falta de alternativas novas para o processo argentino. Se nada acontecer de excepcional e se o pleito de 84 for realizado, ele irá ser quase uma repetição das eleições de 1973, quando o general Alejandro Lanusse transferiu o poder para o peronista Hector Cámpora. Uma nova vitória justicialista seria mais a expressão da raiva colectiva com os desmandos militares, do que o voto num projecto político.

O factor novo que poderá mudar o quadro vigente é o da crise económica. As oligarquias financeiras interna e externa vão exigir sacrifícios maiores ao contribuinte argentino. A dúvida é se a dosagem destes sacrifícios ficará dentro dos limites toleráveis ou não. E muitos apostam que a tolerância é já hoje quase fictícia, dado o grau de empobrecimento da população, cujo rendimento real desceu 175% desde 1976.

Adolfo Pérez Esquivel, prêmio Nobel da Paz, afirma que a abertura só é possível quando o povo participa livremente e os militares se submetem à Constituição

Cê Ralph e Pupo Simonelli

«Redefinir o papel das Forças Armadas»



Pérez Esquivel: «Na guerra todos perdem. Os únicos beneficiados são os vendedores de armas»

A Argentina passou a viver a pior crise de valores da sua história recente desde o desfecho da guerra das Malvinas. São raras as pessoas que sabem o que hão-de fazer num momento como o actual, em que toda a estrutura política, institucional, económica e militar da Argentina entrou em colapso. E entre essas raras personalidades, Adolfo Pérez Esquivel, prêmio Nobel da Paz em 1980, é um dos que tem ideias definidas sobre o que há a fazer na Argentina pós-Malvinas. É o que ele nos diz nesta entrevista.

Como analisa a questão dos «desaparecidos», do ponto de vista das mães e familiares — e o seu movimento — até à esfera política, pois parece ser este o principal entrave, segundo alegam os militares, para a entrega do poder aos civis?

— Não se pode gerar nenhuma ordem democrática que não esteja apoiada na plena vigência dos direitos humanos. E aqui não pode haver nenhuma «lei do esquecimento». Muitos sectores políticos disseram-me que temos que virar a página e começar por uma folha em branco. E eu digo-lhes que a história dos povos se escreve com folhas de todos os tipos, menos com folhas em branco. O problema das mães e dos familiares dos desaparecidos deve solucionar-se para a própria saúde do país, porque se esses mecanismos, essas situações não forem esclarecidas, não teremos paz. E agora os militares, pelo grande desastre que fizeram têm pressa de entregar o poder. Mas se isso não for esclarecido, dentro de dois ou três anos teremos outro golpe militar. Então, se quisermos resgatar as instituições democráticas, a participação do povo, para que ele realmente se sinta seguro e possa viver em paz, teremos de aclarar previamente o que houve.

Como se daria essa «esclarecimento»?

— Eles têm que dar explicações e pôr em liberdade as pessoas detidas. E se houver gente morta, o governo terá que ter uma atitude sincera com o povo e colocar as coisas no seu devido lugar, em vez de manter a angústia de milhares de pessoas. Qualquer partido político que assumir o governo vai deparar com esse problema, e por mais que façam acordos, por mais que queiram esconder, as mães, os familiares e o povo argentino não se esquecerão. Não há que procurar mais rancores, vinganças, porque com isso nada se constrói, pelo contrário, destrói-se tudo. Mas há que procurar justiça e isso é fundamental. Há uma relação, que

lhe mostro, porque as minhas palavras aqui não demonstram nada. (*Abre um extenso processo, com fotos, atestados médicos, documentos. São cerca de 300 folhas.*) São as crianças sequestradas, desaparecidas na Argentina, são as vítimas inocentes de tudo isso. E aqui está tudo, provado por familiares, por médicos, que atestam a gravidez de algumas mães que foram presas. O que é que podem dizer dessas crianças? Que foram guerrilheiros?

Há hipóteses sobre o destino delas?

Não se sabe, de todas elas só aparecerem três. São 91 crianças! Nós formamos um grupo de pessoas para tentar resgatá-las, mas até agora não recebemos nenhuma resposta das autoridades. As mães continuarão na Plaza de Mayo até que lhes dêem explicações sobre os seus filhos. E como conseguirão calá-las? A voz do povo não se cala.

A tortura

E com relação à tortura, continua a existir essa prática? Os jornais de ontem noticiaram ocorrências em Córdoba...

— Sim, infelizmente sim. O mecanismo repressivo e toda essa situação continua. Mudaram as pessoas, mas não o sistema, a raiz do problema. É preciso sanear isso, acabar com essa prática no país.

Você pessoalmente foi torturado?

— Sim, fui torturado durante cinco dias, em 78. Não fui torturado quando me detiveram, mas sim depois, na Unidade 9. Estive, na totalidade, 28 meses preso: 14 na prisão e 14 em liberdade vigiada, com controlo policial, etc. Essas coisas não me foram contadas, vivi-as. Durante muito tempo ouvimos o relato de muita gente sobre o que estava a acontecer e, logicamente, assumimos um compromisso. Há coisas que são realmente tremendas. Esses mecanismos devem ser suprimidos totalmente. Uma sociedade não pode viver em regimes desse tipo, sob nenhum ponto de vista.

Muita coisa mudou depois das Malvinas, da visita do Papa, da queda de Galtieri. Há uma abertura incipiente. Gostaria de conhecer a sua opinião sobre este momento.

Eu não creio nesta abertura aparente. Não é real. Por outro lado, os partidos políticos, antes da guerra, já estavam a actuar. Agora, depois da guerra, depois da derrota militar, situação económica grave, de uma deterioração muito séria do país, está-se a falar em abertura. Isso é mais ou menos, como uma mãe, que mantém o filho no cercado, a deixá-lo gritar, chorar, cantar, mas que permanece dentro do cercado, vigiado. Eu creio que a abertura se vai dar na medida em

que o povo se organize e encontre respostas para a situação em que vive, não porque o governo vá dar essa abertura. Este governo não quer dar nenhuma abertura, vai impor as regras do jogo, condicionar a actuação dos partidos políticos, a situação dos direitos humanos, a situação das forças armadas.

Como encara a transformação genuína desta situação, da sociedade argentina?

— O país não resiste a mais temedos nestas calças velhas. É necessário mudar de calças. É necessária uma mudança profunda no país, a todos os níveis: no cultural, no económico, no educativo. Quando ouço os economistas, estão sempre a falar em grandes interesses económicos, mas nunca falam dos interesses a partir das necessidades do povo. A situação do país não é um problema económico: é um problema político. Quando observamos o mapa da Argentina, por exemplo, o que vemos são as estradas, os caminhos de ferro, a cultura, o poder, tudo passando por Buenos Aires, cujos habitantes se consideram a verdadeira Argentina, e estiveram sempre a olhar para a Europa ou para os EUA. Nunca olharam para trás, para o interior do país ou da América Latina. Creio que temos que procurar as nossas referências, na nossa própria realidade: uma economia centralizada e um país vazio, com quase metade da sua população numa única cidade. Não houve desenvolvimento orgânico. É necessário potencializar e criar instâncias de todo tipo no interior; fábricas, culturas, etc.

Transformações e revoluções

Como ocorreriam essas possíveis transformações?

— Este governo que cá está não vai fazer nada disso. Creio que devemos olhar para as organizações populares e para as alternativas que podem apresentar os partidos políticos. Aqui nenhum partido poderá vir a transformar as coisas se não contar com o consenso popular e se não gerar instâncias para isso, questionando seriamente a transformação das forças armadas e das forças de segurança. E para que isso aconteça, é necessário procurar as origens e a raiz dos problemas. As instituições, nas suas origens, tiveram um bom sentido. A polícia é um exemplo disso. Ela, na sua origem, é boa, porque foi criada como uma instituição ao serviço da sociedade, como uma força preventiva do delito. E o exército, para que foi criado? Foi organizado para sustentar e guardar a soberania do povo e o seu território, sob o critério do respeito pela Constituição, as Leis e as Instituições de uma nação. E em que se transformaram? Em opressores, num partido político de elite e totalitário, ainda que não o digam. Exercem toda a força militar, política e económica do país! E, além disso, transformaram-se numa casta, separados do povo. O exército absorveu a



Mães de desaparecidos políticos: o governo militar pretende que se institua uma «lei do esquecimento», que o livre de assumir publicamente a responsabilidade dos crimes cometidos durante a guerra suja contra a guerrilha

policia e incorporou-a como uma força paramilitar, preventiva e repressiva contra o povo.

Então, se não se encarar esse problema da redefinição do papel das forças armadas, os militares poderão sempre impor ao país o que eles julgarem melhor. Esse «Processo de Reorganização Nacional» (denominação oficial para a proposta política dos militares no poder e a que eu chamo «Desorganização Popular») foi sempre tido como um projecto das forças armadas e não do povo ou da nação.

Aqui entramos num problema muito sério. Nada disso aconteceu por acaso. É implementado através da ideologia da Segurança Nacional, que se implantou no Brasil, no Chile, no Uruguai e na Bolívia, e que responde a interesses muito claros e concretos: os planos económicos ultraliberais só se podiam aplicar com regimes de força, devido ao alto custo social que têm. Numa democracia, essa política económica não podia ser implantada. O que fez Martinez de Hoz, com as suas ideias vindas de Chicago, da escola de Friedman? Favoreceu os interesses das transnacionais. E outra questão: como é que a Argentina, com uma dívida externa tão grande, pôde comprar tantas armas?

A crise que estamos a viver é uma crise moral e espiritual, não é apenas uma crise económica, porque a economia é um problema político, de credibilidade. Nisto se baseia um desenvolvimento económico. Não se trata simplesmente de um tecnocrata preparar um plano que responda a determinados interesses e que queira aplicá-lo ao povo.

Da produção à especulação

A crise económica reflecte-se em cada cidadão, e transformou a Argentina provocando uma enorme crise ética, de comportamento. Como se poderá fazer o processo contrário: a «remoralização»?

O País transformou-se, sem dúvida, de produtivo em especulativo. E quem está a especular é aquele que não quer fazer nada e ganhar muito, o que já está corrompido. Não há uma capacidade de produção no País, salvo os grandes interesses que manejam as coisas. Há uma corrupção muito grande.

Veja as palavras. Pelo uso e abuso que fazemos delas, estão a desvalorizar-se como o dinheiro. E nós conhecemos bem a desvalorização, hein! (Ri). Este Governo maneja os termos e as palavras para confundir, para provocar a confusão em todo o povo.

Eu afirmo que este povo não tem soberania: integração territorial não significa soberania. Quando da guerra das Malvinas, o que se procurou foi a integração e não a soberania. Um país só é soberano quando o povo tem capacidade para autodeterminar-se e para decidir sobre o seu destino. A sua participação é a sua soberania.

Acredita que esse episódio da guerra possa trazer coisas boas ou transformações para a Argentina?

— Na guerra todos perdem, ninguém ganha, venci-

dos ou vencedores. É mentira que as guerras tragam benefícios. As guerras trazem destruições, mortes. Os únicos beneficiados são os traficantes da morte, os vendedores de armas. As consequências da guerra podem ser vistas no presente e no futuro de um povo. São gerações destruídas, cria-se um problema anímico no povo, ainda mais com uma derrota. É um fenómeno emocional muito forte. Eu creio que a guerra desencadeou muitas coisas, que não chegaram a ser benéficas, os militares usaram questões como patriotismo e soberania e o povo acabou por ser contagiado por isso. Após tantos anos de repressão foi o resultado da necessidade de exprimir desejos, como aconteceu no mundial de futebol. As pessoas voltaram-se para qualquer coisa que lhes desse uma possibilidade de canalizar todo esse grito contido.



A juventude

Nesse período, muitas pessoas, inclusivé os intelectuais, tiveram dificuldade em tomar posição frente à guerra. Para a juventude, essa guerra foi uma experiência muito forte, até porque muitos estiveram lá. Há quatro ou seis meses, todos diziam que a opção era sair do país. Agora há uma certa, esperança um sentimento de «que algo mudou». Como sente isso?

— O que aconteceu a juventude foi ter sido permanentemente marginalizada. Ficou como um simples espectador, e não actor, do que estava a acontecer. A juventude da geração de 24/ 25 anos jamais votou! Logicamente foi sacudida por esses tempos. Mas ela está desorientada, sem parâmetros. É uma juventude sem horizontes, pela falta de alternativas.

Quais deveriam ser os horizontes?

— Em princípio, ver os seus próprios problemas de localização dentro de uma sociedade, e a resposta que essa sociedade lhe está a dar. E tratar de encontrar caminhos e alternativas válidas. Quando falo de uma crise moral e espiritual do país também me refiro à juventude porque ela passou de frustrações em frustrações, sem nenhuma perspectiva, permanentemente enganada. Os jovens estão ávidos por encontrar algo em que canalizar a sua potencialidade. Para que se criem respostas, creio ser necessário ir gerando uma consciência, um movimento de toda a juventude. Mas este não é o problema actual da juventude. Os jovens das várias gerações vêm sendo frustrados e, neste

momento, procuram a possibilidade de actuar dentro da sociedade.

Acha que deveria haver uma canalização dessas respostas de actuação através dos partidos políticos? Ou através de outras formas de organização?

— A política é boa. Fizemos-nos crer que é má. A raiz da política, o seu significado, é a procura do bem comum numa sociedade. Outra coisa são os partidos, que também são bons dentro de uma sociedade pluralista, porque são representativos dos diversos sectores sociais. E aqui está o problema: esses partidos, que têm a sua ideologia, o seu programa, o seu contexto, deverão procurar a política com «p» maiúsculo, procurar esse bem comum. E a juventude deve ir à procura do exacto discernimento para poder optar. Não se pode optar sem discernir.

Que acontece com os jovens? Falta-lhes informação e formação. Falando com universitários, eles não conhecem um Paulo Freire, um Piaget, porque estão proibidos. Então, que formação política ou intelectual podem ter? O problema é de reorientação, e que a juventude se vá situando dentro de opções muito concretas. Trabalhar pela vigência da Constituição é algo concreto?

— Mas a vigência da Constituição tem que vir acompanhada de projectos concretos, porque a Constituição refere-se a princípios de uma sociedade. O importante é como isso se traduz em factos políticos concretos. Quais são as alternativas no campo da cultura na política, no sindicalismo, nas organizações populares...

Com a abertura, não acredita que haverá mais espaços para que isso aconteça?

— Eu vejo este momento com muita preocupação. O espaço vai sendo conquistado, não porque o governo o queria. O verdadeiro espaço para a democracia vai acontecer na medida em que o povo se organize. É necessário ter cuidado porque vai começar a surgir o que foi apelidado de «Argentina Secreta». E foi um pouco o que aconteceu em 73 (a história ensina!): começaram a aparecer e a ficar à superfície uma porção de pessoas que depois tiveram as suas cabeças cortadas. Penso, então, que estamos num momento de reflexão.

Nesses anos todos tão duros que o país passou aprendeu-se algo ou não?

— Há sintomas. É preciso estar atento e escutar. É o momento de aprofundar, analisar, detectar, ver como estão a manifestar-se os partidos políticos, ver como estão a desempenhar os seus papéis junto das forças armadas.

Uruguai

Sob a palavra-de-ordem de votar em branco, a Frente Ampla e o general Liber Seregni recuperam o seu papel de protagonistas da política uruguaia



Emilia Hernández

Os votos e as botas

A O anunciar a sua posição contra o gasoduto que transportará hidrocarbonetos soviéticos da Sibéria para a Europa Ocidental, o presidente Reagan disse que Lenine teria afirmado que «a burguesia há-de vender-nos a corda com a qual a enforcaremos». O comentário não tinha nota de pé-de-página e os jornalistas norte-americanos não conseguiram achar a frase nos cinquenta volumes das Obras Completas do líder soviético. Mas se quisermos encontrar algum exemplo histórico de um poder que presenteie o inimigo com as armas da sua própria destruição, poderemos lançar os olhos para o Uruguai de hoje.

Com efeito, nunca houve uma ditadura que perdesse um plebiscito convocado para julgar a sua gestão, como aquele que os militares uruguaio perderam numa proporção de quase dois votos para um, em Novembro de 1980. Os cientistas políticos ainda se perguntam por que razão esse plebiscito foi convocado, o motivo porque os seus resultados não foram adulterados, por que razão — uma vez que a fraude era impossível — não foi suspenso quando a derrota era evidente. E haveria que acrescentar outra pergunta a essas perplexidades: por que motivo, a apenas dois anos daquela derrota, foram convocadas eleições internas para designar as autoridades partidárias com as quais os militares terão de negociar, em 1983, a redacção de um novo texto constitucional?

Não acontecerá por ventura, que, cansados de governar desde 1973, eles queiram efectivamente voltar para os quartéis — poderia perguntar a si próprio um leitor desprevenido. Nada mais longe da realidade. Os militares peruanos organizaram, num ano, a eleição de uma Assembleia Constituinte e eleições presidenciais que conduziram ao poder o mesmo Fernando Belaúnde Terry que, em 1968, eles haviam expulsado, ainda de

pijama, do Palácio Pizarro. Na Argentina, o general Lanusse negociou com o seu arqui-inimigo Juan Domingo Perón, em 1973, quando os militares chegaram à conclusão de que o desgaste do poder havia levado a sua popularidade a níveis intoleravelmente baixos.

O general De Gaulle renunciou subitamente em 1968, quando o povo francês lhe negou — através de um plebiscito — os poderes quase ditatoriais que *le grand Charles* havia reclamado.

No Uruguai, contudo, o civil que servia de fachada presidencial ao regime foi substituído pelo general (reformado) Gregório Alvarez pouco depois do plebiscito, e os porta-vozes oficiais insistem em que o processo continuará. (Processo significa regime, tal como na Argentina. Lá, o nome oficial é «Processo de Reconstrução Nacional». No Uruguai é apenas «processo». E com letra minúscula).

Chegar a Novembro

Quase todos os políticos que se destacaram no país antes de 1973 continuam afastados, a censura à imprensa continua, e nem se fala de amnistia. A revista *La Plaza* foi fechada definitivamente por ter pedido, em editorial, «clemência para os vencidos», isto é, para os quase dois mil presos políticos (esse número constitui um recorde latino-americano em relação à população). A revista *La Democracia*, órgão do sector minoritário — e oposicionista — do Partido nacional (Blanco) foi suspensa por decreto até depois das eleições e, durante a campanha, as concentrações em lugares públicos estão proibidas. Os militares chegaram ao extremo de «aconselhar» os dirigentes políticos a evitarem referências ao plebiscito nos seus discursos, assim como os comentaristas políticos a classificarem os candidatos de acordo com os seus programas

e não em função do facto de terem votado «sim» ou «não». Como se estar de acordo, ou não, com a ditadura, não fosse uma definição programática.

Mas eles dão a corda ou não?

Os dirigentes dos partidos reconhecidos acham que sim. E por isso aceitam, sem protestar, todas as restrições que a Comissão de Assuntos Políticos das Forças Armadas (COMASPO) impôs às eleições internas. «Chegar a Novembro» é a palavra-de-ordem desses políticos opositoristas. Convencidos de que conquistarão uma vitória fácil sobre as correntes pró-governamentais dos seus partidos, impuseram, a si próprios, como norma de conduta, não fazerem nada que a «linha dura» militar possa tomar como pretexto para adiar ou suspender as eleições.

Uma simples coordenação opositorista, como a *Multipartidária* argentina parece-lhes uma temeridade. E mesmo que comentem em privado a fraqueza do regime, em momento algum aproveitaram a sua força para obter maiores concessões, como fizeram os argentinos quando se recusaram a participar no «diálogo», ao serem convocados por Galtieri.

O general escreve

Segundo a oposição, invalidada, o que as autoridades militares desejam é precisamente: uma oposição dócil e amedrontada, incapaz de pôr em causa as raízes do autoritarismo.

Num documento político escrito na prisão, o general Líber Seregni, presidente da Frente Ampla, sustenta que «1982 não é o ano dos partidos políticos, mas o ano para que os partidos se entretendam (...) enquanto os governantes preparam a institucionalização das forças armadas através de uma reforma constitucional» que deverá ser submetida a um novo plebiscito em 1983.

Com esse e outros documentos filtrados para o exterior, o general Seregni ressurgiu depois de oito anos de silêncio forçado e passa a assumir a liderança da oposição consentida. Ele próprio assinala que, desde o plebiscito de 1980 e apesar de todas as limitações impostas por uma repressão implacável, «o centro de gravidade da condução política da oposição transferiu-se da frente externa para a interna».

O general Seregni não nega a importância da actividade no exílio que ele considera «insubstituível nas tarefas de denúncia, mobilização da solidariedade internacional e campanhas pela amnistia e pela liberdade dos presos políticos», assim como também não despreza o mérito político de uma vitória eventual dos sectores opositoristas dentro de cada partido tradicional. Considera, contudo, que o «peso real que as Directorias eleitas possam ter com vista a uma aceleração ou um aprofundamento do processo de abertura é muito relativo (...) O importante é que, em Novembro,

se manifeste um povo que não aceita ditaduras nem democracias tuteladas».

Isso seria conquistado com a vitória dos sectores opositoristas dentro dos partidos tradicionais, «mas também e muito (sublinhado no original) por uma presença notória daqueles que se pretende marginalizar».

O voto em branco

Dessa forma, o presidente da Frente Ampla aconselha o voto em branco nas eleições partidárias internas, o que daria uma certa medida do potencial actual da coligação de esquerda. Se esta última chegar a uma votação semelhante à das últimas eleições (em 1971, a Frente Ampla obteve 18% dos votos), a esquerda transformar-se-á no fiel da balança, capaz de decidir as eleições presidenciais previstas para 1984, depois de aprovada a nova Constituição. Seregni foi explícito ao afirmar que a Frente Ampla poderá actuar como «força decisória» sobre o processo político e condicioná-lo.

Depois de um amplo debate dentro e fora do país, a posição de Seregni foi ratificada pelos partidos e organizações membros da Frente Ampla. Os riscos que se corre são grandes. Por um lado, os sectores opositoristas dos partidos tradicionais poderiam interpretar essa atitude como um gesto hostil. Por outro lado, uma votação reduzida seria um desprestígio para a esquerda, em vez de abrir-lhe novos espaços.

O presidente da Frente Ampla já esclareceu, quanto à primeira interpretação, que a coligação continuará a defender «a unidade e convergência de esforços» de toda a oposição, embora sem «chegar ao suicídio». Quanto ao segundo risco, deverá transformar-se em incentivo para a militância. E aí está, precisamente, a capacidade de mobilização da palavra-de-ordem do voto em branco sobre uma população cada vez mais decepcionada com as vacilações de muitos dirigentes políticos «tradicionais». E isso é particularmente válido para a juventude.

Um inquérito realizado em Agosto pelo semanário democrata-cristão *Opción* (o PDC uruguaio foi um dos partidos fundadores da Frente Ampla, na primeira aliança desse tipo a nível mundial que incluiu os democratas-cristãos, social-democratas e comunistas) revelou que, entre os votantes de menos de 28 anos, que participaram, pela primeira vez, em Novembro, numa eleição, o voto em branco dividia o primeiro lugar das preferências com o Partido Nacional (ambos com 16%), enquanto que o Partido Colorado gozava de, apenas, 13% das simpatias desse sector social. A elevada percentagem de indecisos é explicada pela época em que foi feito o inquérito (a Frente Ampla ainda não havia tomado posição formal a esse respeito). De qualquer forma, o resultado é já um forte indício de que Novembro poderá representar facilmente, para as botas, um novo tropeção nos votos. □

Os partidos da oposição estão ilegalizados e o país é governado por interesses financeiros. O ex-reitor da Universidade de Montevideu analisa a difícil realidade uruguaia

O partido internacional dos banqueiros



Samuel Lichtenstejn: monetarismo e autoritarismo vivem em simbiose, alimentando-se mutuamente

Em meados de Agosto, circularam em Montevideu versões sobre um iminente golpe de Estado, as quais foram amplamente comentada pelos «meios geralmente bem-informados». Segundo essas mesmas versões, tratava-se de uma discordância entre os altos comandos quanto à conveniência, ou não, de uma desvalorização do novo peso uruguaio.

A especulação sobre possíveis golpes é normal na América Latina, principalmente num regime autoritário fechado à possibilidade de mudanças pela via legal. O insólito é que o detonador de um eventual «pronunciamento» seja uma medida de política económica aparentemente menor como é a desvalorização. **cadernos do terceiro mundo** conversou sobre este e outros assuntos da realidade actual do Uruguai com um dos que a conhecem melhor, o professor Samuel

Lichtenstejn, economista, especializado em política financeira e o último reitor da Universidade daquele país eleito democraticamente por docentes, egressos e estudantes antes da intervenção da instituição, em 1974. Lichtenstejn esteve preso no Uruguai durante três meses e reside presentemente no México, onde desempenha um alto cargo no Centro de Pesquisa e Docência Económica (CIDE).

Por que é que uma desvalorização da moeda no Uruguai é tão importante que, ao menor sinal, cria expectativas de um golpe de Estado?

— Os regimes do Cone Sul que adoptaram modelos monetaristas, como o Uruguai, a Argentina, e o Chile, conduziram de tal forma o tipo de câmbio que a moeda local está supervalorizada, visto desvalorizar-se menos que a taxa de inflação. No caso uruguaio, o que se pretende é melhorar as taxas de juros para atrair capitais estrangeiros, sobretudo argentinos, para compensar o défice do comércio externo.

Ao mesmo tempo, e nisso também coincidem os modelos da Argentina e do Chile, foram liberalizadas as importações, as quais são favorecidas pelo dólar barato e por tarifas alfandegárias reduzidas. Isso prejudica as indústrias que produzem para o mercado interno. Argumentava-se que isso seria saudável: só deveriam sobreviver as indústrias eficientes, capazes de concorrer com os produtos importados. Mas, com o decorrer do tempo, o tipo de câmbio atingiu também as indústrias de exportação, que recebem pela sua produção um dólar subvalorizado, e o sector agro-pecuário exportador (carne e lã) vem sofrendo, há seis anos, uma crise de rentabilidade.

Os comerciantes que trabalham com produtos importados podiam ter beneficiado. Mas como o Uruguai tem um comércio importante com os países vizinhos e estes desvalorizaram muito as suas moedas nos últimos tempos (3000% na Argentina entre Março e Agosto deste ano), os produtos vizinhos são muito mais baratos. Metade da população uruguaia, abas-

tece-se hoje em dia, na Argentina, inclusive de produtos de consumo quotidiano, e a outra metade faz as suas compras no Brasil. Os comerciantes também foram atingidos e toda a população trabalhadora começa a sentir a deterioração provocada por este clima artificial. Não é um problema da estrutura produtiva, mas sim da forma como se exprimem os preços em moedas estrangeiras.

O governo uruguaio argumenta, contudo, que não desvaloriza a moeda por que isso tornaria pior a situação dos trabalhadores.

— Os pecuários, industriais ou comerciantes, através das suas organizações corporativas, estão de acordo em que uma desvalorização os salvaria, ou atenuaria, pelo menos, os seus problemas. E esta teria que ser importante para que alinhasse com as diferentes variantes. Poder-se-ia considerar que, até certo ponto, a desvalorização podia beneficiar a classe trabalhadora, dado que contribuiria para manter os níveis de ocupação e evitaria o aumento crescente do desemprego.

Mas o interesse corporativo necessita de uma expressão popular, se é que desse modo se entendem também os interesses dos assalariados. Uma desvalorização não modifica as condições produtivas e, a curto prazo, gera uma mudança na distribuição que vai atingir os trabalhadores.

Então, o regime está dentro da razão?

— Um governo que vem baixando o salário real há seis anos, não tem credibilidade quando diz que está preocupado com os rendimentos dos trabalhadores. Não é por esse motivo que eles mantêm o tipo de câmbio, mas sim para sustentarem o circuito financeiro, que foi quem mais apoiou a política económica. Nem uns nem outros apresentam uma alternativa popular.

Mas desvalorizar, ou não, a moeda é, de qualquer forma, uma decisão importante, visto significar um desafio a todos os modelos económicos, tal como aconteceu no Chile, onde Pinochet se viu obrigado a desvalorizar e a modificar a política inicial. Ao insistirem nesse ponto os empresários e, principalmente, os pecuários, estão a pôr em xeque o governo e toda a sua política económica.

O poder dos bancos

Como se explica que um único sector, o financeiro, possa resistir à pressão contrária de todos os outros?

— Isso deve-se ao facto de eles terem sido os maiores beneficiados de todo esse processo, mas sobretudo à circunstância de que, numa perspectiva muito mais ampla que a uruguaia, a argentina ou a

chilena, os bancos internacionais procurem soluções para a crise mundial através de uma melhoria das condições de circulação do capital financeiro.

Não se trata unicamente de os banqueiros uruguaio terem mais força, mas sim de eles estarem apoiados por organismos internacionais que patrocinam essa política. O esquema é similar nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e noutros países. Há uma estratégia internacional para reciclar, movimentar um capital que não tem actualmente capacidade de aplicação produtiva, mas que também não quer permanecer inactivo.

Essa estratégia nasce nos bancos internacionais e é reforçada por organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. São sectores sociais muito oligárquicos, muito monopolistas que comandam hoje o processo económico. Assim, sectores tradicionalmente poderosos, como a agro-pecuária, são afastados nessa conjuntura de crise. Há, na América Latina, uma substituição das forças que realmente influem nos governos e nas suas políticas. As burguesias e os sectores empresariais estão subordinados actualmente a um programa económico que tem apoio internacional e é esse o motivo que torna tão difícil a sua modificação.

No Cone Sul, as políticas monetaristas introduziram mudanças estruturais internas de tal natureza que, qualquer medida que possa vir a ser tomada (e a desvalorização pode ser uma delas), corre o risco de provocar ondas inflacionárias que, mais tarde ou mais cedo, poderão produzir um recuo.

A alternativa é a democracia

É esse o modelo que se tem na Argentina.

— Sim. A Argentina é um caso especial, onde o próprio governo ataca agora o monetarismo dos ministros Martínez de Hoz e Alemann por terem instrumentado uma política desmanteladora dos activos produtivos, dos sectores empresariais e da própria classe operária. Mas os passos que foram dados para desmantelar essa política e retransformá-la, foram muito parciais. E com as pressões do FMI, que volta agora a estar presente na negociação sobre o refinanciamento da dívida externa, a Argentina poderá ser forçada a utilizar novamente processos semelhantes aos anteriores.

Existem raízes profundas desses processos que são difíceis de arrancar se não houver uma mudança radical nas estruturas económica e política. E como a situação política não tem condições para se modificar tão violentamente, os Martínez de Hoz poderão surgir de novo.

O ministro uruguaio da Economia, Valentín Arimendi, tem então razão quando afirma que há alternativas para essa política?

— Há alternativas. Mas as alternativas de uma política económica — o próprio termo o diz — envolvem uma conciliação entre o plano económico e o plano político. A política económica monetarista nasceu muito vinculada ao militarismo e às formas autoritárias existentes no sul da América Latina. O autoritarismo assumiu o modelo económico e fez com ele uma espécie de simbiose. O modelo autoritário era o modelo monetário e o modelo monetário implicava o autoritarismo. Agora estão a atacar o esquema económico. O modelo autoritário ainda não desapareceu, nem na Argentina, nem no Uruguai, nem no Chile. As condições para apresentar outras alternativas exigem conjunturas políticas que ainda não existem, nem sequer na Argentina. Não é suficiente, portanto, que um ministro assumia e, sob um rótulo de mudança, se proponha decretar uma desvalorização ou modificar algumas directrizes.

Para se poder apresentar uma política não monetária é necessária uma estrutura política capaz de impor condições com a mesma força. Não se trata, evidentemente, de um novo autoritarismo mas do autoritarismo que o povo impõe ao governo, ao atacar o mal pela raiz. Isso não é, de modo algum, simples.

Um governo democrático pode fugir às pressões dos bancos internacionais?

— Não é fácil dizer «vamos assumir o compromisso de não manter relações com os bancos internacionais». O problema é saber exactamente em que termos essas relações ocorrem e se dão. Para resistir às pressões, é necessária uma estrutura política capaz de ser firme e popular ao mesmo tempo. Quando os ministros dizem não haver alternativas, em definitivo, para essa política, agem com a consciência de que não há uma estrutura política capaz de levar por diante uma alternativa. Nesse sentido, eles podem até ter razão.

Para que esse modelo monetário fosse possível lançou-se mão de um golpe de Estado. E para mudá-lo não seria necessário um novo golpe de Estado mas, pelo contrário, democracias mais abertas. Essas aberturas estão em gestação em alguns desses países, mas não são muito claras, têm os seus cronogramas, os seus controlos, estão submetidas a restrições que impedem, ou pelo menos limitam, uma alternativa de outro carácter.

Nacionalismo e internacionalismo

Parece lógico, na América Latina, que os governos autoritários combatam o movimento estudantil, os sindicatos e os partidos de esquerda. Mas o que é estranho no Cone Sul é que os militares, que se dizem



nacionalistas, sendo embora um nacionalismo da direita, favoreçam a entrega total da sua economia ao estrangeiro. Não lhe parece contraditório?

— Os modelos económicos do Cone Sul negam sempre todos os princípios sobre os quais se apoiaram. Diziam lutar contra um «totalitarismo» e tornaram-se monopólios do poder. Falavam em construir uma economia produtiva e acabaram por adoptar uma economia de especulação, favorável a certos sectores que os próprios militares haviam combatido. Aumentaram milhares de vezes as situações de corrupção de que acusavam os dirigentes políticos e erguem uma bandeira nacionalista no que diz respeito à segurança, mas mantêm na economia uma posição internacionalista.

O mundo internacionalizou-se. O Uruguai é dominado, presentemente, por um partido internacional, que é o capital financeiro. O país não pertence nem à internacional socialista, nem à comunista, nem à democrata-cristã, mas é tão internacional como estas e deriva daí a sua política actual.

Os nossos preços internos são os internacionais. As nossas taxas de juros são as internacionais. As nossas ideologias, não: as «ideologias internacionais» estão proibidas.

É um erro. E a prática desmente essa concepção. O modelo da segurança nacional e o modelo monetário não foram feitos pelo Uruguai.

As alianças difíceis

A oposição de vastíssimos sectores à política económica, não poderá gerar as bases de uma aliança política para o período de transição para a democracia?

— Há uma aliança, de facto, que tem diversos componentes e não significa a mesma coisa para um sector que significa para o outro. Embora exista, hoje em dia, um acordo em torno da desvalorização no Uruguai, o sector industrial e o agro-pecuário têm uma visão antagónica da economia. E isso estende-se ao sector comercial e, evidentemente, mais ainda aos trabalhadores. Os assalariados desejam a reconstituição de um mercado interno, mas acham que se pode chegar lá por outras vias e não, necessariamente, pela reconstituição dos lucros, embora seja necessária a reconstituição dos investimentos. De qualquer forma, o modelo económico é um adversário comum e essa aliança demonstra que são os sectores minoritários aqueles que beneficiam com o actual processo, tanto no aspecto económico como no do poder político que detêm. Se o autoritarismo é a exclusão social, e no Uruguai isso acontece de um modo extremo, já não se trata somente da classe trabalhadora, mas de vastos sectores.

O problema é que essa aliança serve para levantar temas políticos, mas não fornece uma solução económica imediata. A experiência argentina tem demonstrado que é perigoso esperar que uma política possa satisfazer uns e outros. Não há modelo económico capaz de satisfazer, simultaneamente, todo o mundo, sobretudo em épocas de crise.

Uma directriz económica tem de apresentar claramente, então, quais os sectores que deseja desenvolver, qual a estratégia económica, etc. Existem sempre pessoas prejudicadas, embora essas alianças pretendam que ninguém fique prejudicado.

Uma política económica não é uma soma de pretensões corporativas. A Argentina viveu um desses períodos, sob a presidência de Videla. Os ministérios representavam os próprios sectores e o Estado tinha de submeter-se. Um Estado não pode ser uma representação de todos os sectores: um trabalhador no Ministério do Trabalho, um empresário no da Indústria, um pecuário no da Agricultura. São incompatíveis.

É preciso tomar consciência dessa contradição, o que não significa que a aliança não seja válida em todo o curso da discussão política, onde todos reclamam uma participação dentro do Estado, abertura, serem ouvidos, serem de qualquer modo, protagonistas. Trata-se, em definitivo, da reconstituição da democracia, da sociedade e do poder.

O voto em branco: um novo plebiscito

No caso do Uruguai, pode-se considerar que o plebiscito de 1980 e a vitória do «não» expressaram, precisamente, essa grande aliança contra o modelo político e económico. Foram convocadas para Novembro eleições gerais para eleger as autoridades dos partidos políticos autorizados. Qual seria, nessas eleições, a expressão dos sectores excluídos?

— Em 1980, os uruguaios votaram a favor ou contra um regime que nasceu em 1973 e que já tinha um desenvolvimento suficientemente acentuado para termos opiniões formadas a respeito do seu carácter, significado e consequências. O «não» foi uma negação a esse regime, baseado na estrutura militar. Acho que os sectores que estão actualmente excluídos do processo político uruguio e que não participam das correntes políticas tradicionais, (*blancos e colorados*) as únicas reconhecidas, devem encarar essas eleições internas também como um plebiscito. Têm que se definir pelo sim ou pelo não, sobre se é essa a forma democrática que o país vai assumir. Por que deverão ser aceites certos partidos, ao mesmo tempo que se excluem outros que representam, talvez, 25% da população? Para aqueles que foram excluídos, o voto tem de ser um «não» à forma como esse processo é conduzido: com exclusões e sem amnistia. Deve ser respeitado o significado dos partidos políticos que estão a eleger os seus próprios candidatos. Mas para as forças políticas que não têm expressão, a única forma de exprimirem esse «não» é o voto em branco. É o único que exprime abertamente o desejo de manifestar, dentro do país e fora dele, que existem no Uruguai forças políticas excluídas. É uma espécie de alerta.

Você também é de opinião de que o centro de gravidade da luta contra a ditadura se deslocou do exílio para dentro do país?

— A situação está a mudar no Uruguai e essas mudanças são a marca do que acontece no exílio. Se não fosse assim, isso seria muito mau para as pessoas de fora, não para o processo interno.

É cada vez maior o número de uruguaios no estrangeiro que observam com muita atenção o que está a acontecer no país, o que está a acontecer nas actividades do exílio, embora estas façam, naturalmente, parte integrante da vida de cada um. São tantos os milhares de uruguaios que vivem no exílio, que se poderia afirmar que existe no estrangeiro um segundo Uruguai.

Mas as determinantes do processo uruguio estão no Uruguai e nos seus vizinhos latino-americanos. As grandes discussões que se dão no mundo são importantes, mas nem sempre são os mesmos temas que se discutem no Uruguai. O exílio pode estar marcado por determinadas linhas políticas e ideológicas, mas é no Uruguai que estão as massas, é no Uruguai que o



A figura do general Seregni tornou-se um símbolo da luta da oposição uruguaia contra a ditadura militar

conceito de classe toma forma, não no exílio.

Esse conceito de que a vivência fundamental se verifica dentro do Uruguai seria um passo importante para a futura adaptação, numa perspectiva de regresso ao país. Não se pode substituir, no estrangeiro, aquilo que não se faz dentro do país. Em compensação, quase por necessidade, o exílio especializou-se na denúncia. É uma forma de transferir para fora o sentimento de muitos compatriotas que querem alertar o mundo sobre o que está a acontecer no Uruguai.

Essa capacidade de denunciar arbitrariedades não está esgotada, porque as arbitrariedades não acabam, mas muitas dessas denúncias podem ser feitas actualmente de dentro do país. Existe, hoje em dia, no Uruguai, um espaço de contestação à política económica, há espaço — mínimo, mas existe — para se irem pondo alternativas.

Se o exilado reconhecer isso e se ajustar à nova situação, ficará demonstrado que ele não foi totalmente extirpado do seu país. É um elemento importante na luta pela amnistia reconhecer que os uruguaio no estrangeiro, não estão apenas em condições de regressar ao país, mas também de incorporar-se dentro dessa nova realidade que terão de enfrentar quando regressarem.

A liderança de Seregni

Uma das reivindicações do exílio que você sempre apoiou pessoalmente é a libertação de todos os presos políticos e, em particular, do general Liber Seregni. Além das considerações humanitárias, acha que Seregni poderá desempenhar algum papel dentro da política uruguaia?

— O general Seregni optou por permanecer no país quando podia ter-se exilado. E fê-lo consciente dos riscos que corria. Demonstrou, com essa atitude, a sua integridade como líder político. As novas gerações poderão tomar como ponto de referência esse militar que se comportou na vida pública de uma maneira exemplar. Nenhum regime poderá evitar isso. A sua liderança, além do mais, nasce de princípios, conceitos e ideias que continuam em vigência; de organizações políticas que depositaram nele a sua confiança total como condutor, e de cidadãos que, embora não tenham apoiado a Frente Ampla no passado, consideram a sua atitude um exemplo. Acho que a figura de Seregni enriqueceu-se e o seu pensamento continua a ser lúcido e claro. Nas condições em que está a viver, mantém a serenidade, valoriza a paciência como uma virtude importante, mas enfrenta também a actividade como um elemento essencial e a coerência da linha política como um factor fundamental. □

Leia a imprensa revolucionária do Terceiro Mundo

UNÔ PINTCHA

noticias

ANGOLA

Resolução do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho

novembro

AVICULTURA NO KUANZA BENGU
UNIVERSIDADE DE ANGOLA

Tempo

PRIMEIRA DA PRAIA

MOVIMENTO DA UNIDADE

em África

Com um recurso de «habeas corpus», apresentado pelo senador Paulo Brossard, diferentes e destacadas personalidades internacionais pedem a libertação do general opositorista

Liberdade para Seregni

CENTENAS de prestigiosos juristas, estadistas e dirigentes políticos de todo o mundo reclamaram a libertação do general Líber Seregni, presidente da Frente Ampla do Uruguai, através de um recurso formal de habeas-corpus impetrado perante o Supremo Tribunal Militar, em Montevideu, pelo senador Paulo Brossard de Souza Pinto (PMDB-RS).

Segundo versões que circulavam na capital uruguaia, os juízes militares ficaram surpreendidos com o documento que Brossard apresentou na manhã de 17 de Agosto, durante uma audiência concedida pelo Tribunal Plenário, «para entregar um documento de natureza jurídica».

Brossard assumiu a defesa de Seregni perante o Supremo Tribunal Militar, expôs em detalhe os conceitos que norteiam o pedido de habeas-corpus e discutiu os pormenores do volumoso processo do político uruguaio preso, cuja situação jurídica demonstrou conhecer em profundidade. Finalmente, solicitou uma entrevista pessoal com o seu constituinte.

O coronel Silva Ledesma, presidente do Tribunal, prometeu «fazer consultas» sobre este último pedido. No que diz respeito ao recurso de habeas-corpus, o mesmo deverá ser tratado pelo Tribunal antes de qualquer outra decisão sobre o caso (ainda está pendente o julgamento da segunda instância).

Tendo em vista a sua importância política para o Uruguai, nas semanas que antecedem as eleições internas dos partidos políticos e, dada a inegável repercussão que lhe conferem os nomes dos signatários, transcrevemos a seguir o texto completo do recurso:

Sr. Presidente do Supremo Tribunal Militar, Paulo Brossard de Souza Pinto, e os demais signatários, no processo relativo a Líber Seregni (n.º 197/78), manifestam ao Supremo Tribunal Militar:

I — Legitimidade processual dos impetrantes.

De acordo com o estabelecido no art.º 17 da Constituição de 1967, o habeas-corpus pode ser impetrado

pelo interessado ou por «qualquer pessoa». Não existe limitação alguma referente ao carácter ou nacionalidade daqueles que têm direito a promover essa gestão. A afirmação decorre não somente de uma interpretação literal do texto invocado, como é corroborada pela intenção e pelo espírito do constituinte uruguaio. Com efeito, o artigo correlativo da Carta de 1918 — que deu carácter constitucional ao habeas-corpus — utilizava a expressão «qualquer cidadão». A substituição dessa frase pela vigente «qualquer pessoa», elucida toda a dúvida: o constituinte «universalizou» a legitimação para promover o habeas-corpus.

II — Cabimento do habeas-corpus depois de iniciado o processo.

a) A citada norma constitucional determina com precisão a hipótese de procedência deste recurso; diz «em caso de prisão indevida o interessado ou qualquer pessoa poderá impetrar perante o juiz competente o recurso de habeas-corpus...» (sublinhado pelos impetrantes). A situação que habilita adjectivamente a impetração do recurso é, pois, a existência de uma «prisão indevida». Os impetrantes consideram que esse suposto normativo se dá rigorosamente no caso do general Líber Seregni.

b) O preceito invocado não limita a uma determinada oportunidade processual a impetração de habeas-corpus, o que é perfeitamente lógico, porquanto uma prisão pode ser «indevida» desde o início, ou adquirir tal carácter posteriormente; ou ser indevida em ambos os casos, como acontece com a reclusão de Líber Seregni.

A prática mais difundida do habeas-corpus costuma situar-se antes do início de um processo penal. A prisão pode ser indevida por falta de pressupostos que a habilitam, ou em virtude de que — tendo-se produzido estes — o preso não é posto à disposição do juiz no devido tempo.

Contudo, o habeas-corpus também é adjectiva-

mente procedente depois de iniciado o processo, sempre e quando a prisão se transforme em «indeferida». Assim ocorre, por exemplo, quando o juiz que já conhece o processo manda soltar o preso e a autoridade administrativa não cumpre a ordem; ou quando, já cumprida uma condenação judicialmente determinada, a administração mantém a privação da liberdade, etc.

c) É, pois, claro que o habeas-corpus pode ser impetrado antes ou depois do início do processo. Neste último caso, a procedência do recurso deve compadecer-se com a economia do processo penal. Assim, se a prisão se transforma em indevida durante o processo, e a sua cessação pode ser obtida mediante actos processuais normais, estes devem ser utilizados de preferência ao habeas-corpus. Por exemplo: se a prisão for indevida em consequência de uma decisão antijurídica de primeira instância, não se deve omitir a defesa pertinente — que é a apelação — substituindo-a pelo habeas-corpus. Mas se através dos actos processuais normais ou correntes não se pode sanar o carácter indevido da prisão, então o habeas-corpus é procedente.

III — Cabimento adjectivo e substantivo do habeas-corpus, pela prisão indevida de Líber Seregni.

1. Estado actual do processo

Seregni foi condenado a 14 anos de prisão, por sentença de primeira instância. Em 1979 foi apresentada, no devido tempo e forma, a respectiva apelação. Transcorridos mais de dois anos, o Supremo Tribunal Militar não exarou a sentença de segunda instância. O decurso de prazo provocou a nulidade da sentença que possa vir a ser exarada, por estar já violentada e excedido, em muito, o limite legal para sentenciar. Proceda então, que se corrija o carácter indevido da prisão, através do habeas-corpus.

2. Foi inexistente o devido processo legal.

a) A Constituição estabelece as bases do devido processo, ao estatuir que «ninguém pode ser condenado nem detido sem forma de processo e sentença legal» (art. 12); que «ninguém pode ser preso a não ser em flagrante delicto, ou havendo semiplena prova do mesmo, por ordem escrita do juiz competente» (art. 15); que «o juiz, sob a mais séria responsabilidade, tomará o depoimento do preso dentro de vinte e quatro horas, e dentro de quarenta e oito horas, no máximo, iniciará o inquérito» (art. 16); que «as leis fixarão a ordem e as formalidades dos juízos» (art. 18); que «ficam proibidos os processos por comissão» (art. 19); que «todo o juízo criminal começará pela acusação da parte ou do promotor público, sendo abolidas as investigações secretas» (art. 22).

b) As duas prisões sofridas por Seregni (9 de Julho de 1973 e 11 de Janeiro de 1976) foram indevidas. Na primeira, o governo invocou o dispositivo das «medi-

das imediatas de segurança» aplicáveis nos «casos graves e imprevistos de ataque externo ou comoção interna» (art. 168, § 17.º). Mas essa mesma norma exige que a prisão seja comunicada ao órgão legislativo «dentro de 24 horas», ficando na dependência do que esse órgão resolver. Líber Seregni foi preso em 9 de Julho de 1973, permaneceu totalmente incomunicável até Dezembro do mesmo ano — ignorava-se inclusive o lugar da sua reclusão — e só nesse mês foi comunicado ao órgão legislativo (na época, não ao mais indicado constitucionalmente, mas ao Conselho de Estado criado e nomeado pelo Poder Executivo).

A segunda prisão — encontrando-se Seregni em «liberdade provisória» — produziu-se não somente sem decisão do juiz, à disposição do qual ele se achava teoricamente, mas sem que este tivesse conhecimento da prisão ou do paradeiro de Líber Seregni.

O motivo invocado para essa prisão pela autoridade coactora foi a detonação de dois explosivos na estação balnear de Punta del Este, o que provocou, juntamente com outros «possíveis envolvidos» na ocorrência, a prisão de Líber Seregni. O Juízo — que tomou conhecimento da prisão dias depois — confirmou o facto, acusando o preso de violação do estatuto de liberdade provisória, visto encontrar-se a descansar em Punta del Este, o que fazia supor que se teria transferido de Montevideo para lá sem autorização formal do juiz (isto é, invocando outra motivação totalmente diversa da pretextada originariamente). Tudo isso, apesar de que, durante esse ano em que Seregni permaneceu em liberdade, ele se deslocava periodicamente para a referida estação balnear, ao abrigo de uma disposição segundo a qual, poucos quilómetros depois de sair de Montevideo, o seu automóvel era seguido até à sua casa na estação balnearia; e ali era instalada uma guarda policial permanente na porta (dia e noite), necessitando de autorização expressa para sair, qualquer que fosse o motivo; «disposição» que lhe fora comunicada oficialmente e por escrito pela Chefatura de Polícia de Maldonado.

c) O Terceiro Juízo Militar de Instrução, ao qual foi submetido Seregni (sete meses depois da sua prisão em 9 de Julho de 1973), não era o competente. A única data utilizável para determinar o Juízo teria sido a da prisão já que as acusações que lhe foram imputadas ou não tinham sido formuladas na época precisa ou referiam-se precisamente à manifestação pública ocorrida em data já mencionada na Avenida 18 de Julho, em Montevideo; e nesse dia não era competente, por razões de turno, o Juízo perante o qual foi instaurado o processo. Houve pois «juízo por comissão», proibido pelo art. 19 da Constituição. Tudo isso, sem prejuízo de lembrar que a Justiça Ordinária promoveu expressamente a reclamação de competência, dado que os delitos imputados no auto de processamento não pertenciam ao foro militar, mas ao comum; reclamação que só foi respondida pelo Juízo Militar, muito tempo depois, uma vez «ampliado o processamento», com a imputação de novos delitos, agora sim, de carácter militar.

d) Não se permitiu a Líber Seregni a acareação com as testemunhas em cujas declarações — feitas em dependências militares onde estava preso — se baseou a acusação de «encobrimento de atentado contra a Constituição...» O Juízo explicou à defesa que essas acareações eram impossíveis, já que as autoridades não permitiriam a transferência das referidas testemunhas para a diligência respectiva.

3. — Em rigor não houve processo judicial, mas um expediente político.

Os impetrantes estão convencidos de que Líber Seregni é, tipicamente, um preso político, um dos mais ilustres prisioneiros de consciência do mundo actual. Quaisquer que sejam os critérios que se usem para tal qualificação — objectivos, subjectivos, mistos, orgânicos, materiais — todos levam a essa conclusão. As detenções, o tratamento dado na prisão, as acusações formuladas, o ritmo — lento ou acelerado — do processo, inclusive a liberdade provisória de 2 de Novembro, de 1974, a sentença da primeira instância, e, finalmente, o espaço de tempo de mais de dois anos sem que fosse exarada a sentença da segunda instância, foram resolvidos por decisão das máximas autoridades militares e não do juiz da causa. Foram actos «políticos ou do governo», e não decisões de ordem jurídica. O processo foi mera formalidade documental, cuja orientação jurídica seguiu invariavelmente a reboque daquelas decisões políticas.

Não se pode considerar processo penal os autos em que a maioria das acusações se baseia nos discursos que Líber Seregni pronunciou publicamente durante a sua campanha eleitoral como candidato à presidência da República (a parte mais volumosa dos autos é ocupada com a transcrição desses discursos).

Não é o resultado da actividade judiciária aquele que pune Líber Seregni — e lhe atribui o delito de «desrespeito» — porque nos seus discursos como candidato à presidência da República, formulou críticas a outro candidato que naquele momento era o presidente, alegando-se que, por tal qualidade, este último era o chefe supremo das forças armadas e, consequentemente, Seregni criticava em público um superior (assinale-se que a Constituição proibia a reeleição do presidente e que a apresentação de uma candidatura à reeleição violava o texto constitucional vigente).

Não é processo judicial um expediente em que o convite aos militantes a realizarem obras de colaboração civil (limpeza das ruas, construção de abrigos para pedestres, etc.) é classificado como «instigação a usurpar funções públicas», argumentando que estas são atribuições da Prefeitura ou de outros órgãos públicos.

Não é processo judiciário o procedimento no qual se enquadra penalmente Líber Seregni pela sua amizade com um falecido oficial das forças armadas do Uruguai de ideologia apontada como comunista entre cujos antigos pecados cita-se o de ter combatido na Espanha como voluntário «contra a revolução do general Franco».

É, sem dúvida, um processo político, o que incorpora, contra o acusado as declarações feitas pela sua esposa a um jornal de Montevideo, nas quais teria afirmado que o pai de Líber Seregni fora anarquista e depois «batlista»¹. (1)

Não é processo judiciário um expediente em que se acusa Líber Seregni de «atentado à Constituição...» porque conhecia ou apoiava reuniões realizadas no ano de 1971, nas quais precisamente se teria planeado a defesa da Constituição, no caso de um golpe de Estado violar a normalidade institucional.

É um processo político o que responsabiliza Seregni por ser portador de uma arma durante a sua jornada de propaganda pré-eleitoral (em 1971), invocando-se o facto de que essa arma teria sido fornecida por um militante comunista. Está-se ainda menos próximo da actividade judiciária, quando se põe de lado a declaração do comandante-em-chefe daquela época — general reformado Alcides Tamiel — que afirmou nos autos, por escrito, que tinha enviado a arma ao general Seregni, por determinação do Ministério da Defesa, em virtude de se ter descoberto a possibilidade de atentados contra alguns candidatos; e que tinha sido devolvida logo depois das eleições; declaração corroborada por aquele que foi, na ocasião, o portador da arma — o actual general Yamandu Trinidad. Toda essa prova é considerada dispensável pelo Juízo Militar da primeira instância, especialmente pelo facto de que o envio da arma não estava registado no Serviço de Material e Armamentos.

IV. — A prisão de Líber Seregni e o plebiscito de 30 de Novembro de 1980

Em 30 de Novembro de 1980 a cidadania uruguaia rejeitou um projecto de Constituição. Um dos artigos desse projecto, também submetido a plebiscito, estabelecia que «ficam ratificadas e vigentes todas as disposições legislativas, administrativas e os actos do governo ditados a partir de 27 de Junho de 1973...» (Disposições Especiais Transitórias, III).

Consideram os impetrantes que a prisão de Líber Seregni foi «preparada» e se mantém em virtude de decisões que — à margem da sua injustiça substantiva — têm o carácter de actos administrativos e de governo ou políticos. Calculam, por consequência, que essas decisões — entre muitas outras — foram rejeitadas pelo povo uruguaio ao pronunciar-se pelo NÃO no plebiscito realizado em 30 de Novembro de 1980, razão pela qual entendem que a petição apresentada neste habeas-corpus se insere no amplo conteúdo que implicou a vontade expressa na mencionada ocasião cívica pelo Corpo Eleitoral da República Oriental do Uruguai e no exercício directo da soberania da Nação (Art.ºs 4 e 82 da Constituição de 1967).

Em virtude do exposto, SOLICITAM ao Supremo Tribunal Militar:

1) que os considere como apresentados e como impetrado o presente recurso de habeas-corpus.

2) Quanto ao mérito, que se determine a liberdade de Liber Seregni.

Paulo Brossard, senador (PMDB) Rio Grande do Sul (Brasil)

Olaf Palme, primeiro-ministro da Suécia

Carlos Andrés Pérez, ex-presidente da Venezuela

Pablo González Casanova, ex-reitor da Universidade Nacional Autónoma do México

Javier Rondero, senador mexicano

M. G. Verkruijsen, decano da Faculdade de Direito da Universidade de Erasmude de Rotterdam (Países Baixos)

Hernán Siles Zuazo, presidente constitucional da Bolívia

Tomás Borge, ministro do Interior da Nicarágua

Gerard González, secretário-geral do Partido Revolucionário Democrático do Panamá

Guillermo Ungo, presidente da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador

Anselmo Sule, vice-presidente da Internacional Socialista para a América Latina

Alfonso Zegbe, secretário executivo da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina

Brigadeiro Francisco Teixeira, ex-comandante da 1.ª Zona Aérea, Brasil

General Jorge Fernández Maldonado, ex-ministro da Guerra do Peru

General Miguel Angel de la Flor, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do Peru

General Leónidas Rodríguez, presidente do Partido Socialista Revolucionário do Peru

Max Van Der Berg, presidente do Partido Trabalhista da Holanda

Edmundo Durán Díaz, ministro das Finanças do Equador

Horacio Sevilla Borja, secretário da Associação Latino-Americana dos Direitos Humanos

César Davila Torres, presidente do Conselho de Advogados de Quito (Equador)

Larry Birns, director do Council of Hemispheric Affairs (Estados Unidos)

Héctor Di Biasi, Partido Socialista Popular da Argentina

Ernesto Castillo, ministro da Justiça da Nicarágua

Berta Torrijos de Arosemena, Panamá

Alberto Ruiz Eldridge, ex-decano do Colégio de Advogados de Lima, Peru

Enrique Bernales, senador (Peru)

Pompeyo Márquez, senador (Venezuela)

Bernardo Cabral, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil

Wilhelm H. Joseph, National Conference of Black Lawyers, Estados Unidos

Jack Bourderie, jornalista francês

Darcy Ribeiro, ex-ministro da Educação do Brasil

Raymundo Faoro, ex-presidente da OAB do Brasil

Jesús Guzmán, Partido Auténtico da Revolução Mexicana

Carlos Morales, Partido Radical do Chile

Mario Solórzano Martínez, Partido Socialista Democrático da Guatemala

M. A. Álvarez Gandara, Partido Socialista dos Trabalhadores do México.

Guillermo Colom Argueta, Frente Unida da Revolução-Guatemala

Ruben Berrios, Partido Independentista de Porto Rico

Genaro Ledesma, senador peruano



Olof Palme, actual primeiro-ministro sueco, foi uma das destacadas personalidades internacionais que subscreveu o recurso de habeas-corpus em que se pede a libertação do general Seregni

Marcial Rubio Correia, corregedor provincial de Lima, Peru

Julio C. Trujillo, presidente da Democracia Popular (Equador)

Carlos Oquendo, reitor da Universidade Central do Equador

Elena Flores, Partido Socialista Obreiro Espanhol (PSOE)

Jan Bergqvist, deputado sueco

Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

J. A. Tapia, catedrático da Universidade de Erasmus, Holanda

Horacio Sevilla Borja, secretário da Associação Latino-Americana para os Direitos Humanos

Enrique Bernales, senador da República, Peru

B. Márquez Moreno

Francisco Julião, ex-deputado, Brasil

Carlos Gallardo, Partido Socialista Democrático, Guatemala

Teodoro Petcoff, Movimento ao Socialismo, Venezuela

Francisco Hernández Juárez, Partido Popular Socialista, México

Arturo Castellano, Frente Unida da Revolução, Guatemala

Florencio Marín

Pierre Lelois, Comité dos Acordos do Panamá, Haiti

Monique Picard, advogada dos tribunais de Paris, França

Gelasio Cardona Serna, ex-decano da Faculdade de Direito da Universidade Autónoma de Bogotá, Colômbia

Norberto Lorenzo, jurista argentino
Jacques Nagels, catedrático da Universidade de Bruxelas
F. Fabiani, advogado do Conselho de Estado da França
Walter Antillón, catedrático da Faculdade de Direito da Universidade da Costa Rica
Douglas Sandler, Law Union of British Columbia, Canadá
Gail Starr, catedrático da Faculty of Law, University of Calgary, Canadá

Amar Benttumi, advogado argelino, secretário-geral da Associação Internacional de Juristas Democráticos
Silvia Sandoval, Partido Socialista dos Trabalhadores, México

G. Estévez B., Partido Socialista Popular, Argentina
Angel Castro Lavarello, senador da República, Peru
Luis F. Rodríguez V., senador da República, Peru
Nicanor Mujica, senador da República, Peru
Antonio Mesa Cuadta, deputado por Lima, Peru
Henry Peace García, catedrático da Universidade Católica, Peru

Capitão de Navio AP (r) Manuel Benza Chacón, Peru
Eduardo de Habich, embaixador do Peru
José María Salcedo, subdirector de «El Diálogo», Peru
Alfonso Barrantes Linpan, presidente da Esquerda Unida, Peru

General de Brigada EP (r) Arturo Valdés Palacio, Peru
Alejandro Carrión, presidente da Comissão de Assuntos Internacionais, Câmara Nacional de Representantes, Equador

Ernesto Castillo M., ministro da Justiça, Nicarágua
Carlos Argüello G., vice-ministro da Justiça, Nicarágua
Roberto Argüello H., presidente da Suprema, Tribunal Nicarágua

Carlos Paz Zamora, vice-presidente constitucional, Bolívia

Carlos Flores Vizcarra
Ken Feldt, Partido Social Democrático, Suécia

Dr. Rafael de Almeida Magalhães, ex-deputado federal e ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, advogado, Brasil
Dr. Dario de Almeida Magalhães, advogado, Brasil
Rachel de Queiroz, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), Brasil

Dr. Otto Lara Resende, membro da ABL, Brasil
Francisco Costa Neto, presidente da OAB, Seção Rio de Janeiro, Brasil

Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, Brasil
Carlos Lessa, economista, Brasil

Maria da Conceição Tavares, economista, Brasil
Antonio Houaiss, membro da ABL, Brasil
Renato Archer, ex-deputado federal, candidato ao Governo do Estado do Maranhão, Brasil

Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, Brasil
Antônio Callado, escritor, Brasil

José Honorio Rodrigues, membro da ABL, Brasil
Newton Carlos, jornalista, Brasil

Cícero Sandroni, jornalista, Brasil
Antonio Torres, escritor, Brasil

Sérgio Cabral, jornalista, Brasil
Ana Maria Machado, escritora, Brasil

Josué Guimarães, escritor, Brasil
Salim Miguel, jornalista, Brasil

Lya Luft, escritora, Brasil
Roberto D'Ávila, jornalista, Brasil

Marcos de Vasconcellos, arquitecto, Brasil
José Gregori, presidente da Comissão de Justiça e Paz (SP), Brasil

Mariano Beek, presidente da OAB, seção Rio Grande do Sul, Brasil

Antonio Castro, economista, Brasil
Markus Bakker, presidente do grupo parlamentar do Partido Comunista da Holanda

Maarten Van Traa, secretário internacional do Partido Trabalhista Holandês

P. Buckman
M. A. Kolster

Martin Verlet, catedrático da Universidade de Paris
Alicia Puyana, pesquisadora, economista de Ceestem, México

Agustín Haya de la Torre, deputado, Peru
F. Fabiani, advogado do Conselho de Estado e da Corte de Casation da França

F. Rigaux, professor da Universidade de Lovaina
B. Grelon, professor da Universidade de Aurrerex, França

Luis Caldera A., secretário-geral do Comité Nicaraguense de Solidariedade com os Povos, Nicarágua

José Monserrat Filho, jurista e jornalista, Brasil
Luis Alonso Posada, ex-magistrado do Supremo Tribunal de Justiça, El Salvador

Joaquín Undurraga, vice-presidente da Fundalatin, Venezuela

Julio Piaggio, vice-presidente da Liga Argentina pelos Direitos do Homem

Manuel Calleros, conselheiro executivo da Comissão Argentina de Direitos Humanos

Marcela Cappi, membro da Comissão Argentina de Direitos Humanos

Marios Flores Macal, coordenador de Estudos Centro-Americanos, Universidade da Costa Rica

Orlando Fals Borda, Bogotá, Colômbia
Edgard Montiel, ensaísta peruano

Rev. Joe Eldridge, director do Washington Office on Latin América

Ernesto Aranibar, subdirector da Associação Latino-Americana de Direitos Humanos, Washington

Prof. Ann Jagan Ginger, Estados Unidos
Prof. Adj. Peter A. Schey, Estados Unidos

Leticia Peña, La Raza Legal Alliance, Estados Unidos
Isaias Torres, La Raza Legal Alliance, Estados Unidos

Deborah Jackson, National Conference of Black Lawyers, Estados Unidos

Barbara Dudley, National Lawyers Guild, Estados Unidos
Ramiro Bautista Rosas, Universidade Autónoma, México

Mariano Barahona, magistrado do Tribunal Supremo, Nicarágua

Jorge González Moreno, presidente da Associação Equatoriana de Juristas Democráticos, Equador

Frederika Rotter, membro da Comissão Executiva da Law Union de Ontário, Canadá

Fernando Augusto Méndez, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos, El Salvador

Susan George, Senior Fellow, Transnational Institute, Washington, Estados Unidos

Louis Sala-Molins, professor da Sorbonne, Paris
Stepan Mamontor, professor, Moscovo

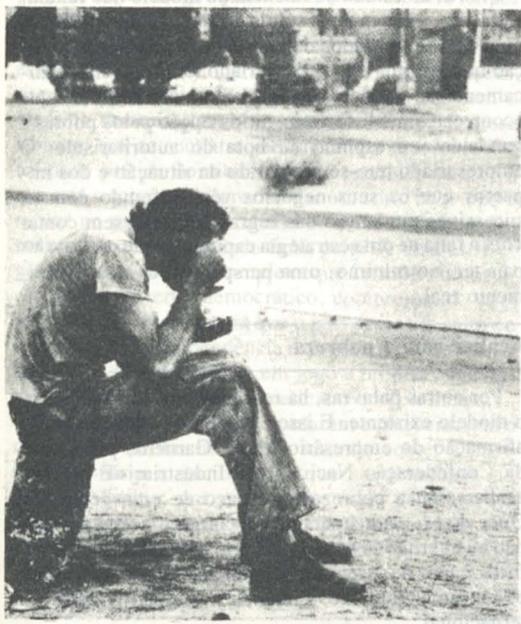
Juan Pegoraro, prof. da Universidade Autónoma, México
Cayetano Llobert, prof. da Universidade Autónoma, México.

1) Referente a um sector do Partido Colorado fundado pelo falecido líder político uruguaio José Batlle Ordóñez.

Curvar-se às exigências do FMI ou tomar a via nacionalista?
Não são muitas as alternativas após a falência
do modelo implantado em 1964

Francisco Viana

O modelo num beco-sem-saída



O drama diário da miséria e da fome

A cena: no palco, mergulhado na escuridão, um homem procura a chave da casa no único espaço que a luz fraca de um lampião consegue iluminar. O guarda noturno, percebendo o seu desespero, aproxima-se e pergunta: «Que é que perdeu?» «A chave da minha casa», responde o homem. Amável, o guarda começa a ajudá-lo a procurar. Não consegue encontrar nada no círculo de luz e volta a indagar: «Você tem certeza de que a perdeu aqui?» «Oh, não. Foi ali que a perdi», responde o homem apontando para o canto mais escuro do palco. «Bolas, então por que diabo está a procurá-la aqui?». «Não vê», acrescenta o homem, «que ali não há luz nenhuma?»

O enervante exercício governamental para encontrar saídas para a crise brasileira assemelha-se bastante a essa procura sem sentido, que, antes da segunda Guerra Mundial, o grande palhaço Karl Valentim costumava encenar para deleite das plateias de Munique. No caso brasileiro, a encenação não tem a menor dose de humor e não deleita ninguém. Os sucessivos fracassos sofridos pela política oficial apenas contribuem para tornar transparente um facto que, como o homem do palco, o governo insiste em desprezar: não há dentro do actual modelo económico a mínima possibilidade do país encontrar a chave para os seus angustiantes problemas e, paralelamente, retomar o seu crescimento económico.

Exagero dos críticos? Basta a visão, o mais superficial possível, sobre o cenário, para se perceber, sem dificuldade, que os estrategos do governo se encerram num círculo hermético. E já não sensibilizam sequer os interlocutores estrangeiros, outrora tão interessados em ouvi-los. As mudanças foram radicais: o casamento do excessivo liberalismo económico, com o feroz autoritarismo político, gerou, para o regime, uma prole imensa de filhos-problemas, que os ideólogos do sistema insistem em proclamar como ilegítimos. Um exercício de retórica que se esvazia a cada novo fracasso. O exemplo mais trágico foi a recessão: só conseguiu elevar os índices de impopularidade do governo, sem lograr alcançar o objectivo de melhorar o combalido perfil da balança comercial nem conter a inflação, que corrói o orçamento nacional.

Inventário de cicatrizes

A adolescência do regime de segurança nacional não poderia ser mais perturbadora. Inicia-se sob o signo de uma violenta recessão, de um elevado custo de vida, do desemprego, das cisões intraburguesas e da incapacidade do modelo de garantir, pelo menos, um mínimo de benefícios para um dos seus pilares mais vitais: a classe média. De repente, o paraíso do consumo entrou em erupção e os abalos sísmicos materializaram-se na forma do desemprego, na queda do

elevado padrão de vida e na insegurança que ronda os bairros mais sofisticados e elegantes das cidades brasileiras.

Externamente, o perfil do modelo não poderia ser mais negativo. Passado o bombardeamento dos críticos que denunciavam incessantemente os desrespeitos pelos direitos humanos e a opressão política, entrou no palco um dos filhos-problemas do próprio modelo: a dívida externa. Não se fala mais em tortura no país; até porque a amnistia abriu as portas dos cárceres. O novo alvo, porém, é extremamente vulnerável. O país deve a absurda cifra de 80 mil milhões de dólares. E pior: não tem com que pagá-la, sem entregar às empresas transnacionais riquezas como os jazigos de Carajás e a Selva Amazônica.

A evolução da dívida externa reflecte como num espelho as cicatrizes deixadas na economia nacional pelo modelo económico pós-64. No ano do derrube do presidente João Goulart, o país devia a modesta verba de dois mil milhões de dólares. Quinze anos depois, a dívida já atingia 40 mil milhões. E do fim do governo Geisel para cá, o salto foi ainda mais tragicamente espectacular: a dívida duplicou. Mesmo os cálculos mais optimistas mostram que a escalada do endividamento não vai ficar por aí. No próximo ano, na melhor das hipóteses, teremos uma dívida de 91 mil milhões, um cálculo feito a partir das elevadas taxas de juros (que devoram 80 % das receitas das exportações) e dos *spreads* (taxas de risco cobradas pelos bancos), que figuram entre os mais elevados do mundo. Os números são reveladores: o Brasil está a pagar um *spread* de 2,125 %, enquanto o México só agora atinge 1,5 % e a Argentina se mantém em 1,25 %, apesar de todo o caos interno.

A dívida é um dos calcanhares de Aquiles do governo. E o enigma esfíngico que ela propõe é mais ou menos este: como sustentar o modelo num quadro internacional desfavorável? Ceder às pressões do FMI e tornar mais profunda a recessão? Não parece viável. A correlação interna não dá margem à reedição da recessão feita logo após a queda do governo constitucional de Goulart. Renegociar a dívida? Não parece fácil. Principalmente porque o governo atravessa uma violenta crise de ilegitimidade e, por isso, encontra-se sem condições para se sentar à mesa da negociação a fim de discutir, com um mínimo de autoridade, um problema tão delicado.

Problemas surgem por toda a parte. Um dos mais angustiantes é o facto de que o modelo, ao acumular poderes imperiais no Planalto, deu margem ao agravamento dos desequilíbrios internos, numa repetição interna do modelo neocolonialista. Assim, o Nordeste só tem visto multiplicarem-se as bolsas de pobreza, sem conseguir resolver os seus graves problemas agrários nem, através da indústria de transformação, tirar proveitos do ensaio de industrialização que a região conheceu de há uma década para cá. Mas bairros de lata, marginalidade e desemprego não são «privilégios» nordestinos: são a grande herança que o

modelo de segurança nacional deixou aos governos que não-de vir.

Vamos aos números: 40 milhões de brasileiros num estado de miséria absoluta, 5 milhões de desempregados, 10 milhões de portadores de doenças mentais graves, mais de 14 milhões de menores abandonados, sem contar com o elevadíssimo número de moradores em bairros de lata ou portadores de doenças que debilitam a força do trabalho, como é o caso da esquistossomose. Há, além disso, outros números igualmente dramáticos: a inflação, que ronda os três dígitos, é a maior dos últimos 50 anos, triturando ainda mais uma população já atormentada pela recessão. E a previsão de uma taxa de crescimento de apenas 5 % para a década de 80, ridiculamente baixa para um país que nos últimos 50 anos conseguiu, em média, crescer a uma taxa de mais de 7 %.

Provas do estado de falência do modelo não faltam. E, talvez, a prova mais sólida do seu isolamento esteja num dos novos dados da realidade brasileira: a oposição que a Igreja e o empresariado têm feito sistematicamente ao modelo. A Igreja, ao contrário do que aconteceu em 64, fez uma nítida opção pelos pobres e tem sido um espinho na bota do autoritarismo. O empresariado tem-se ressentido da situação e dos impactos que os seus negócios vêm sofrendo com as sucessivas mudanças das regras do jogo, sem contar com a falta de uma estratégia capitalista que permita ao país ter, no mínimo, uma perspectiva de desenvolvimento real.

Acabar com a pobreza

Por outras palavras, há reacções bem nítidas contra o modelo existente. E isso está bem patenteado numa afirmação do empresário Mário Garnero, presidente da Confederação Nacional da Indústria: «É preciso acabar com a pobreza no espaço de uma geração». Quer dizer: muito perspicaz, Garnero percebeu que não há alternativa para o país sem um mercado interno forte, capaz de assegurar o dinamismo das exportações e, conseqüentemente, aumentar a competitividade internacional.

A posição da Igreja e do empresariado é sintomática. Não só porque, com papéis diferentes, ambos contribuíram para derrubar o governo constitucional e fecharam os olhos ao modelo de exclusão, montado sob a violenta exploração do trabalhador — vendido no exterior como mão-de-obra barata e política! — e na abertura do país à entrada, sem qualquer controlo, das transnacionais. A posição desses pilares, outrora sólidos, do regime ganha relevância também porque vem engrossar as fileiras da oposição, com um discurso em defesa da democracia. E, no caso dos empresários, deixa bem claro o descolamento do capital industrial do capital bancário, uma associação que foi vital para o autoritarismo. A irrealidade da política do modelo acabou por estourar sob a forma de taxas absurdas de juros que, ao atingirem a média de 200% ao ano (juros reais), tornam desencorajante a activi-

dade produtiva. Resultado: as empresas têm encontrado grandes dificuldades para obter capital de manutensão, têm demitido em massa, desperdiçando investimentos feitos anteriormente com qualificação de pessoal, e não têm conseguido expandir-se.

A segurança insegura

A lógica monetarista eclipsou-se? É essa constatação que tira o sono a Roberto Campos, ideólogo-mor do modelo, e aos seus sucessores, mais particularmente ao ministro do Planeamento, Delfim Neto. O último trunfo que Delfim ainda guarda na manga é tentar atribuir o vendaval das contradições económicas nacionais à crise que grassa no capitalismo mundial. A crise existe, mas o seu impacto sobre o Brasil é desproporcional à sua extensão. E só assumiu as proporções a que chegou justamente por o modelo ter pés de barro.

Os próprios economistas conservadores não negam essa realidade. E o engarrafamento da lógica monetarista é justamente este: não pode sobreviver sem o binómio «autoritarismo» e «capital externo». É nesse labirinto que se encontra perdida toda a suposta racionalidade prática do modelo. Para entender melhor o que está a acontecer é preciso dar um corte no tempo e recuar ao passado. A tomada do poder em 64 pelos militares e o empresariado fazia parte de uma estratégia bem mais ampla e complexa que a simples destituição de um governo democrático, comprometido com reformas necessárias para que o país desse um salto no sentido da sua independência externa e da melhoria da qualidade de vida. Estava em jogo a própria hegemonia do capitalismo norte-americano no continente.

Por um lado, os EUA estimularam e patrocinaram o movimento militar no Brasil, visando conter a maré revolucionária e nacionalista que se desenhava na América Latina; por outro lado, fazia parte de um projecto para ampliar as fronteiras da penetração dos excedentes do capital dos Estados Unidos e de outras nações industrializadas do Ocidente.

O fim do Estado de Direito

O novo modelo tinha determinados cânones. E foi absorvido pela burguesia e pelas classes conservadoras justamente porque, naquele momento, era esgrimido como a salvação para os chamados símbolos máximos do mundo ocidental: o cristianismo, a ciência e a democracia. Com o tempo, o desenrolar dos factos mostrou que o projecto era vazio. E nem sequer a preservação da democracia foi observada. O jogo político foi abolido, dando origem a um Estado absolutista, totalitário, militar e fortemente entrelaçado com as transnacionais. Era o fim do Estado de Direito e, também, o ocaso da influência dos liberais. No lugar dos políticos e do pensamento liberal, que, com maior ou menor intensidade, sempre caracterizou a história da República, entraram em cena os novos cónsules do

capitalismo: a grande burguesia e os tecnocratas, estes elevados ao posto de cónsules do capitalismo internacional e, particularmente, do financeiro.

Os choques intra-sistema e a incapacidade do modelo de mostrar a sua eficiência, acabaram por despir o véu da sua fragilidade; a metamorfose das forças armadas em guarda pretoriana, com a missão de combater a guerra interna, só trouxe ónus políticos e impopularidade ao aparelho militar, historicamente comprometido com a democracia e o nacionalismo. Por seu turno, os tecnocratas revelaram-se falsos pres-tidigitadores e apenas conseguiram exibir o saldo de um Passivo astronómico. Fustigado por todos os lados, o regime tutelar começou a ceder.

Por enquanto, os passos mais largos que deu foram no caminho político. De certa forma, há um clima de liberdade no país: há liberdade de imprensa, a oposição tem um acesso igualitário em relação aos meios oficiais de comunicação, a esquerda actua semilegalmente, sem ser molestada, e a eleição deste ano apresenta-se irreversível. Eleições presidenciais e uma Constituinte poderão ser consequências lógicas dessa mudança da correlação de forças, a depender dos resultados eleitorais que consagrariam a oposição em todos os cantos do país se não fossem os pacotes eleitorais do governo que garantirão artificialmente uma margem substancial de vitória ao seu partido, o PSD. No económico, é que a abertura emperrou. E o reinado dos tecnocratas persiste. É, seguramente, a última cidadela do autoritarismo. E nela prevalecem, intactas as grandes linhas do pensamento de Roberto Campos que, no alvorecer do golpe, dinamitou as conquistas que os trabalhadores e a sociedade brasileira acumularam desde a Revolução de 30. Em resumo, Roberto Campos e os seus adeptos fizeram o seguinte: em nome do fim de um suposto paternalismo socializante e da restauração do vínculo entre salário e produtividade, empurraram o país para uma violenta recessão, fecharam os sindicatos e suspenderam os direitos políticos dos líderes trabalhistas; em nome do desenvolvimento, abriram as portas do país, sem qualquer controlo, ao capital externo; e em nome da economia de mercado, concentrou-se o rendimento. De tal forma que fez florescer, no Brasil, a estranha categoria do cidadão de segunda classe, isto é, mais de 30 ou 40% da população que não tem direito algum. É o que os economistas classificam de *marginalidade económica* e os sociólogos de *sector informal*. Traduzindo: os subempregados. O exército de reserva que facilita a manutenção dos salários a níveis ínfimos.

O poder das transnacionais

A internacionalização do modelo é outro fracasso de vulto. Se no plano social o modelo só colecionou bolsas de miséria e concentração de rendimento, no plano da internacionalização do processo produtivo os seus fracassos não foram menos deploráveis. Sob o controlo brasileiro, permaneceram apenas a agricul-

tura, a pequena e a média indústrias. As actividades de ponta e as grandes indústrias passaram, na sua quase totalidade, para o controlo das transnacionais. Se, de um lado, houve a industrialização e a modernização do parque industrial brasileiro, de outro, a falta de controlos anulou os benefícios; as transnacionais não só controlam, de ponta a ponta, a exportação e a comercialização dos produtos, como limitam também a exportação para esta não competir com as suas matrizes. Pior: transferem tecnologia inadequada, provocam uma concorrência ruinosa entre as empresas nacionais para depois as comprarem (de 1971 a 1973, o número de empresas transnacionais que se instalaram no Brasil à custa da compra de empresas nacionais foi de 61%, contra apenas 9% entre 1946 e 1950), sangrando a economia nacional com a expansão de lucros muito mais altos do que os declarados. A prática da sub e da superfacturação camufla a subavaliação dos lucros, no que ajuda ainda os elevados níveis de endividamento externo permitidos pela exportação de lucros sob o rótulo de juros.

A crise de legitimidade

Visto sob a óptica da conjuntura actual, o modelo da segurança nacional acabou por se transformar num bumerangue. Voltou-se contra os seus próprios idealizadores: o próprio processo de acumulação das duas últimas décadas e o agravamento dos problemas sociais do país depois de 64, recolocaram em cena, com cores dramáticas, a questão da independência nacional. Ironicamente, a própria burguesia não tem grandes alternativas para dar feição aos seus projectos de desenvolvimento, sem se voltar para uma política nacionalista, sedimentada em alianças com a tecnocracia nacionalista. Fora disso, só lhe resta curvar-se por completo às exigências do FMI, quebrar o parque



Classe média brasileira: bolsa vazia

industrial e entregar o que ainda resta das riquezas nacionais, a exemplo de Carajás e da Floresta Amazónica. Um caminho nada animador para quem vinha acalentando sonhos de potência hegemónica.

Na prática, os indicativos são de que os caminhos a serem percorridos convergem para a vertente oposta. E não parece haver opções. Não é por acaso que os norte-americanos estão a bombardear as exportações brasileiras com toda a espécie de retaliações: dos frangos aos aviões «Bandeirante», do café à prestação de serviços, do açúcar à assistência económica, os antigos aliados do regime de segurança nacional estão a tentar erguer barreiras.

O caso mais declaradamente hostil foi o do café: os Estados Unidos intervieram para impedir que o Brasil liderasse as negociações dos preços internacionais do café, numa manobra clara para forçar os preços a descerem. E enfraquecer a posição brasileira, que começa a recuperar dos efeitos das grandes geadas de seis anos atrás, e no próximo ano teria necessidade de elevar as suas exportações. Os EUA pensam em interferir, também, num ou outro importante pilar da economia brasileira: querem conter, através do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), a exportação de serviços, válvula de escape de algumas grandes empresas nacionais, principalmente no ramo da construção civil, para a crise que reduziu o mercado interno.

A crise que atravessa a economia norte-americana aguçou as contradições. E as pressões, que se multiplicaram, acabaram por desafivelar as máscaras dos antigos parceiros. Embora não esteja claramente colocada, a questão nacional insinua-se novamente.

Por isso é que o modelo da segurança nacional se transformou no modelo da insegurança. E afastou antigos aliados, como os empresários nacionais, a igreja e as camadas médias. Para quê financiar a crise das nações industrializadas à custa do subdesenvolvimento nacional? É uma interrogação que gravita em todas as camadas da sociedade brasileira, com maior ou menor grau de elaboração. Os passos vacilantes do governo demonstram claramente que pelo menos um dado é correcto: fora da democracia, não há maneira de se enfrentar a crise.

E é esse o dado novo com que o modelo da segurança nacional não sabe lidar, porque não faz parte da sua proposta. Uma recessão nos moldes da que teve lugar depois de 64 só seria possível num sistema fechado. E fechar torna-se extremamente difícil — a história brasileira tem-no demonstrado — quando a legitimidade dos governantes é posta em xeque por toda a sociedade, quando a economia vai mal e não há o fantasma do anticomunismo para ser servido de bandeja. Daí, a impressão de fim de festa quando o ministro Delfim Neto e Roberto Campos afirmam, em banquetes de confraternização, que o modelo não muda. E que, de 64 para cá, há apenas divergências de estilos. Divergentes ou não, esses estilos estão fora de moda. E os sonhos dourados dos anos do milagre criaram mofo como os morangos. □

Os ventos da mudança

□ Ventos de mudança começam a desenhar-se no nublado horizonte político brasileiro. Que irá acontecer? É uma pergunta difícil de responder. E nem mesmo os analistas mais ousados se aventuram pelos moveidos caminhos das previsões. Um facto, porém, é irreversível: das eleições de 15 de Novembro emergirá um país novo e, pela primeira vez, desde 1964, se as oposições vencerem, estará definitivamente aberto o caminho para a ruptura dos laços que prendem o Brasil ao autoritarismo.

No quadro que se desenha, o país parece caminhar a passos largos para a recuperação da sua identidade política. Ainda não se fala em Constituinte, mas é quase certo que ela virá depois das eleições. Como também se configuram irreversíveis as eleições directas para a presidência da República. Num contexto político tão rico, o colete de forças do bipartidarismo eclipsou-se. Logo após a amnistia, o próprio governo tomou a iniciativa de dissolver os partidos criados artificialmente (Arena e MDB) para dar ao país um simulacro de legalidade constitucional, dando liberdade para que surgissem novas agremiações. Só continua proibida a organização de partidos marxistas, o que, inevitavelmente, passará a ter lugar depois das eleições.

No novo quadro, a oposição ficou aglutinada em três partidos: o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), herdeiro da poderosa máquina do ex-MDB, uma espécie de frente de oposições que agrupou, até à sua dissolução, descontentes de todos os cambiantes ideológicos; o PDT, herdeiro do espólio político dos trabalhistas, liderados por Leonel Brizola, popularizado pela acção que desenvolveu à frente do Rio Grande do Sul, pela campanha de legalidade que impediu o golpe militar em 61 e pelos longos anos de resistência no exílio; e, finalmente, o PT, organizado a partir da carismática figura do líder operário Luís Ignácio da Silva, o Lula, que esteve à frente das primeiras greves importantes no início da abertura. Os dois outros partidos (o Partido Democrático Social, PDS, e o Partido Trabalhista Brasileiro, PTB) representam o que há de mais conservador no actual momento brasileiro. O PDS conta com a poderosa máquina estatal e o PTB, sigla de passado glorioso, acabou por cair nas mãos da direita graças a uma manobra política do ex-chefe da Casa Civil do Governo, Golbery do Couto e Silva, que vislumbrava a possibilidade de criar num trabalhismo tutelado uma espécie de linha auxiliar do governo. Parece que a tentativa

não terá êxito: sem os trabalhistas verdadeiros, representados por Brizola, está a ser relativamente fácil desmascarar a caricatura de trabalhismo que o PTB tenta montar.

Não é fácil a tarefa que as oposições têm pela frente. Dezoito anos de autoritarismo, demoliram estruturas partidárias, sonegaram o hábito da discussão política e lançou entre as hostes da oposição, o vitriólico germe das cisões. Assim, dos partidos (de oposição) em cena, apenas dois têm contornos bem delineados e palpáveis. Trata-se do PT e do PDT, partidos que são como primos carnais e que, mais tarde tenderão possivelmente a encaminhar-se para um promissor processo de aproximação. O PMDB, talvez a única possibilidade de alternância do poder, tende a dissolver-se, consumido pela própria multiplicidade das suas identidades ideológicas. É um fenómeno também para registar após o período eleitoral, quando as personalidades partidárias começarão efectivamente a ganhar transparência. Não é difícil, porém, detectar os embriões das cisões dentro do principal partido da oposição. Um exemplo clássico é o Rio de Janeiro, uma espécie de tambor político do país. Nesse estado, o PMDB começa a sofrer violentos abalos sísmicos por causa do seu candidato ao governo do estado o deputado Miro Teixeira, filho dilecto do «chaguismo», um «caci-quismo» urbano travestido de tinturas oposicionistas que governou o estado duas vezes, sempre conivente com o autoritarismo. Mesmo com o apoio de alguns sectores da esquerda, Miro não tem conseguido desenvencilhar-se do pesado fardo da administração Chagas Freitas, considerada a mais impopular do país.

Tendências

E depois das eleições? Tudo indica que a oposição elegerá governadores, em, pelo menos, oito estados (Rio, São Paulo, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Amazonas e Minas), a persistir a tendência detectada pelas sondagens de opinião. Como o PMDB é o partido nacional com mais possibilidades de eleger os seus candidatos, à excepção do Rio, tudo indica que, depois das eleições tornar-se-á necessária uma reacomodação das forças políticas nacionais. Uma reacomodação vital para tentar soldar a unidade das oposições, que — se os ventos continuarem a soprar nas direcções actuais — conquistará os principais estados da federação. (Francisco Viana)



VESPER
Importação e Exportação

Empresa de capitais mistos Luso-Angolana

Associadas:

IMPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.

Empresa de Despachos Alfandegários de Luanda

COTECO

Sociedade de Cooperação Técnica e Comercial, Lda.

Comércio Geral de
Importação e Exportação
Representações, Serviços,
Actividades Conexas e
Agência de Empresas
Nacionais e Estrangeiras

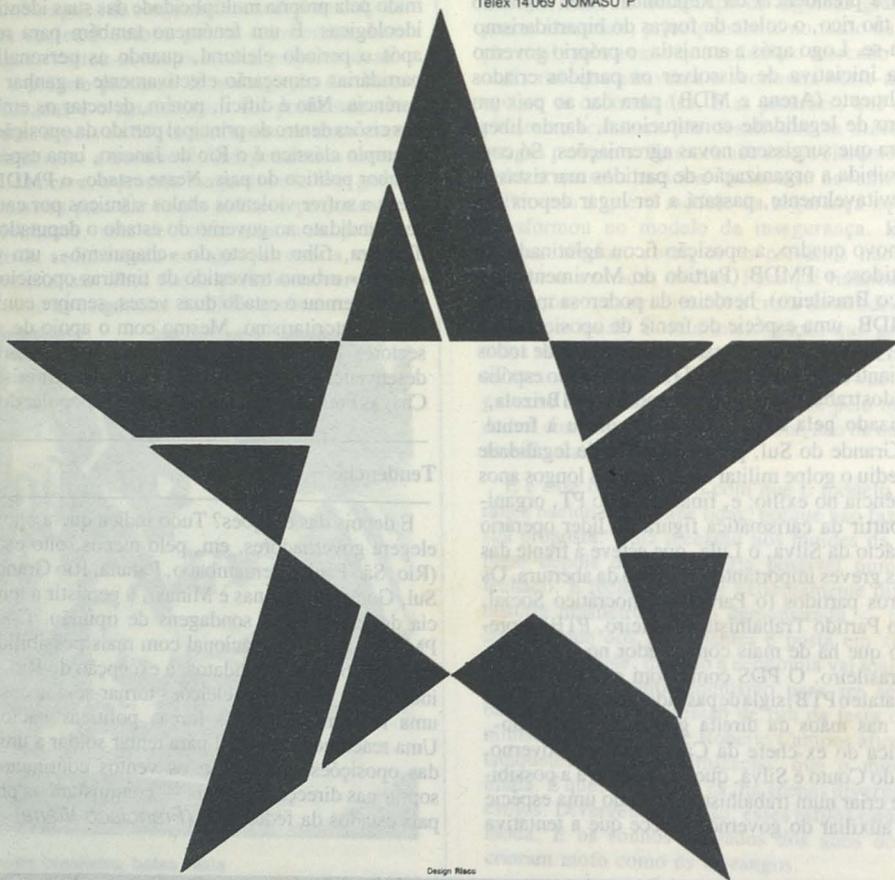
VESPER

Importação e Exportação, Lda.

Av. António José de Almeida, 44, 1.º-D.
1000 LISBOA Portugal

Telefs. 73 11 23 | 73 13 23 | 73 14 23

Telex 14 069 JOMASU P

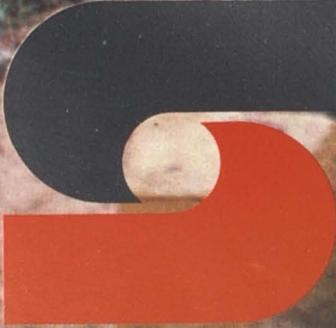


Design Risco



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola



ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 · Luanda
telex 3148 3260

UM INSTRUMENTO PARA
O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA
NACIONAL



DNPP

Que futuro para o «torrijismo»?

Segundo alguns dos principais protagonistas, as mudanças na Presidência não vieram pôr em causa o projecto político do falecido general Omar Torrijos

A herança de Torrijos fortalece-se ou enfraquece-se com a mudança de figuras na presidência da República? Era esta a principal indagação, a que estava no centro de todas as discussões no Panamá, depois da renúncia, em 30 de Junho passado, do presidente Aristides Royo, que alegou «motivos de saúde».

Um ano depois da morte do general Torrijos — o dirigente carismático que conseguiu levar os Estados Unidos à mesa das negociações para restituir ao Panamá a soberania sobre o canal —, esse pequeno país centro-americano era alvo de fortes pressões, internas e externas, para redefinir a sua política externa e principalmente as suas relações com o governo sandinista da Nicarágua e os rebeldes salvadorenos.

Nesse contexto internacional, as mudanças na presidência foram precedidas por uma campanha de agitação (ou, em termos mais actuais, de desestabilização) por parte da direita, e por uma onda de greves, em particular uma de professores que durou mais de um mês. Ambos os factores combinados acabaram por desgastar a base de sustentação do governo Royo.

Horas antes de ser anunciada a renúncia do chefe de Estado, o então vice-presidente Ricardo de la Espriella havia proposto «pacificar os ânimos seguindo os preceitos 'torrijistas' como diálogo construtivo e a consulta permanente» entre os di-



versos sectores.

«Outra das perguntas que pairava no ar era a de qual passaria a ser, dentro do novo governo, o papel da Guarda Nacional. Cabe lembrar que Omar Torrijos abandonara, nos últimos meses de vida, as suas tarefas administrativas para se concentrar no seu trabalho à frente da Guarda Nacional, que havia sido a verdadeira detentora do poder desde 1968, quando a mesma derrubou o presidente Arnulfo Arias. Mas, nos meses posteriores ao acidente (ainda não inteiramente esclarecido) que matou o general Torrijos, a Guarda Nacional havia agido com cautela, sem aparecer directamente, salvo numa oportunidade, quando o ex-presidente Royo e o comandante da Guarda Nacional, general Ruben Darío Paredes, discordaram sobre a

data das eleições presidenciais marcadas, em princípio, para 1984.

O general Paredes havia manifestado que os «panamianos estão impacientes» por comparecerem às urnas, ao que Royo havia replicado com argumentos legais. O Tribunal Eleitoral colocou-se ao lado do presidente e afastou a possibilidade de antecipar o pleito.

Por disposição constitucional, a Guarda Nacional no Panamá é um dos poderes do Estado e esse desentendimento poderia ter dado lugar a maiores atritos se não fosse o caso de, tanto no seio da instituição militar como no Partido Revolucionário Democrático (PRD) — o partido fundado por Torrijos e actualmente no poder —, prevalecerem os elementos fiéis ao legado político do falecido líder.

Depois de uma ausência das ruas do Panamá que durou vários meses, o «torrijismo» tornou a ocupar a capital do país, numa manifestação sem precedentes, no dia do primeiro aniversário da morte do general. Exactamente no mesmo dia, ocorreram mudanças na presidência.

O teor dos discursos pronunciados durante o acto já deixava entrever uma reacomodação.

O então vice-presidente De la Espriella havia afirmado nessa oportunidade que «aquele que se distrai vivendo do passado e descuida do presente fracassa no futuro», numa alusão que visava claramente o presidente demissionário.

Num dos primeiros actos do governo, o presidente De la Espriella reformou o gabinete, uma das exigências da Guarda Nacional. Pouco depois de entregar o poder, o general Paredes havia «recomendado» uma série de medidas a serem adoptadas pelo Executivo. Elas previam: a reorganização do Tribunal Eleitoral com a participação de um representante da oposição, mudanças na equipa do governo e nos quadros diplomáticos, e um prazo de 72 horas para que as investigações sobre o suborno ou peculato pudessem conduzir à prisão dos culpados.

Paredes — que é indicado por alguns sectores como um provável candidato à presidência da República nas eleições de 1984 — também havia afirmado que o país viveria um período pacífico até às eleições, cuja realização confirmou.

Segundo comentários de dirigentes do Partido Revolucionário Democrático, essas mudanças ajudariam a pôr um freio na campanha desestabilizadora da direita, ao mesmo tempo que permitiriam corrigir deformações no processo iniciado por Torrijos, para deixar o partido fundado por ele em condições de disputar, com novas energias, a prova eleitoral e enfrentar outros desafios da realidade interna e internacional.

Para esses dirigentes, De la Espriella — economista por formação, discípulo político e estreito colaborador do general Torrijos — poderia dar os passos necessários para iniciar uma nova fase da história panamiana, adequando as experiências desses anos de governo nacionalista à nova realidade centro-americana.

O papel do PRD

A continuidade da linha de Torrijos é algo que os membros principais do Partido Revolucionário Democrático se empenham em destacar, desmentindo, inclusive, acusações de adversários, como a Frente Ampla Popular (FRAMPO), agrupamento social-democrata aliado, até há pouco tempo, às forças do governo.

O secretário da FRAMPO, Renato Pereyra, exclamou, diante do anúncio do novo gabinete, que com a escolha desses nomes o «torrijismo» tinha-se desmoronado. Ele

baseou a sua interpretação na origem centro-direitista de alguns dos novos ministros, técnicos e profissionais, que haviam chegado a questionar o chamado «processo torrijista».

Pérez Balladares, secretário-geral do PRD, rebateu as acusações afirmando que «o facto de a FRAMPO não participar no governo não significa que o torrijismo tenha acabado». E acrescentou que o seu partido «manterá a sua independência diante do governo, que analisará com uma posição crítica».

Ele reconheceu que a equipa de colaboradores de De la Espriella «não é política», mas afirmou que isso é «saudável» porque «essa responsabilidade recai sobre o nosso partido».

É sintomático, nesse sentido, que as delegações que o novo governo enviou à Nicarágua e à Venezuela (países com os quais o Panamá tem relações muito especiais, fortalecidas pela luta de Torrijos e Carlos Andrés Pérez a favor da Frente Sandinista, quando ambos eram chefes de Estado dos seus países, durante a guerra na Nicarágua contra a ditadura somozista) tenham sido encabeçadas, respectivamente, pela sra. Berta Torrijos, irmã do general e dirigente do PRD, e pela sra. Rita Torrijos de Arosemena, filha do falecido líder panamiano.

Tanto a Nicarágua como a Venezuela declararam a sua satisfação diante da visita oficial realizada por essas delegações e pelo conteúdo da

Torrijos (à direita) com Fidel Castro: uma luta constante pelo não-alinhamento



mensagem recebida, no sentido de que o novo governo manter-se-ia fiel à linha traçada pelo general Torrijos.

Será preciso dar um certo tempo ao governo de De la Esperiella se se quiser chegar a conclusões mais definitivas. Ninguém tem dúvidas de que a Guarda Nacional mantém a

sua posição privilegiada dentro da política panamiana. O próprio general Paredes afirmou, poucos dias depois do novo presidente ter assumido o cargo, que «quem detém o poder real no Panamá, é a instituição armada, enquanto que o poder administrativo designado se encontra na Presidência da República».

Resta saber se há uma coordena-

ção entre o Presidente e a Guarda Nacional, e se dessa confluência de esforços sairá fortalecido o projecto político do general Torrijos que, embora contestado por alguns sectores internos, colocou sem deixar dúvidas, o Panamá numa posição relevante dentro do contexto latino-americano. □

Jornalistas latino-americanos consolidam a sua federação

□ No dia 27 de Julho passado, após três dias de deliberações, foi encerrado no Panamá o III Congresso Latino-Americano de Jornalistas, inaugurado pelo presidente Aristides Royo quando faltava menos de uma semana para ser destituído do seu cargo pelas forças armadas.

Vários êxitos foram alcançados no final desse conclave que reuniu a imprensa de todo o continente. Alguns temas ficaram para ser discutidos noutra ocasião, como, por exemplo, o processo que corresponde a uma guinada à direita e uma posição pró-norte-americana por parte do regime panamiano, cujo papel na América Central teve muita importância a partir da gestão e promoção do general Omar Torrijos Herrera.

A Federação Latino-Americana de Jornalistas (FELAP), fundada em Junho de 1976 na cidade do México, com o patrocínio do governo mexicano, reúne-se na sua sede, na mesma cidade, durante os seus últimos anos. E pode considerar-se que o saldo de sua actuação é positivo.

Mediante o subsídio concedido pelo governo mexicano e as cotas anuais dos membros, as confederações nacionais de jornalistas — particularmente daqueles países onde a Imprensa e os jornalistas não são vítimas da repressão —, a FELAP cumpriu uma tarefa que foi centralizada principalmente na defesa da segurança e da vida dos homens e mulheres que se dedicam a informar através dos meios impressos e electrónicos.

Com excepção do Paraguai, do Peru e da Bolívia, cujas delegações não puderam comparecer, estiveram presentes na reunião as restantes representações nacionais, incluindo os caraíbas de Cuba, Granada, República Dominicana e Jamaica.

No marco do 199.º aniversário do nascimento do libertador Simón Bolívar e do primeiro aniversário da morte do general Omar Torrijos, o Panamá acolheu com efusão as diferentes delegações e proporcionou-lhes todas as facilidades. No encerramento foram eleitos os novos componentes dos organismos da di-

recção da FELAP que actuarão durante os próximos três anos: o Comité Executivo, o Secretariado e o Conselho Directivo.

Foi confirmado como presidente, o venezuelano Eleazer Díaz Rangel, sendo eleito para a Secretaria-Geral o nicaraguense Danilo Aguirre, actual redactor-chefe de El Nuevo Diario, jornal que apoia a revolução sandinista. Aguirre deverá chegar brevemente ao México para assumir o cargo na sede da FELAP.

Mas o aspecto mais importante do Terceiro Congresso Latino-Americano de Jornalistas, foi certamente a reafirmação dos objectivos da entidade continental, agora mais do que nunca comprometida com as lutas pela liberdade de Imprensa e de expressão, cada vez mais cerceadas pelos regimes autoritários de diversos países das Américas Central e do Sul.

No decurso desses seis anos de vida, a FELAP mostrou-se solidária com as diferentes entidades humanitárias que tiveram de protestar ou exercer pressão perante a opinião pública internacional, visando o respeito pelos direitos humanos. Nessa tribuna, foi denunciada a violação dos mesmos e foram organizadas numerosas campanhas a favor da segurança e da vida de jornalistas e lutadores democratas em geral.

O México é o país ideal pois permite esse tipo de actuação. Sem nenhuma classe de obstáculos, a FELAP manteve o ritmo de sua acção e desvirtuou as tentativas — que já foram feitas — de tirar a representação dos jornalistas latino-americanos para colocá-la ao serviço dos interesses imperialistas e antidemocráticos.

O Terceiro Congresso Latino-Americano de Jornalistas, além do mais, deu oportunidade aos homens e mulheres que trabalham na Imprensa continental para consolidarem a sua Federação, para a tornarem mais forte, com maior representatividade e com planos de acção condizentes com a realidade dos nossos povos, que estão em mudança permanente.

A ilha agrilhoada

PRESO 885/63

Relato impressionante
da experiência de dez anos como
Preso 885/63 no tristemente
célebre presídio
da Ilha de Robben, na África do Sul



Um livro comovente
e cheio de força, escrito com
o coração nas mãos, que reafirma
a certeza de que a luta contra
o apartheid será vitoriosa

na estrada do futuro **editorial CAMINHO**

Ainda a nacionalização da banca

A nacionalização da banca constituiu uma corajosa medida de combate à crise e um passo em frente em favor das maiorias nacionais



Lopez Portillo: «Temos um conflito de interesse monetários».

FOI, sem dúvida, o acontecimento mais importante do ano e talvez dos últimos 60 anos. Muitos garantem que não aconteceu nada igual desde que Lázaro Cárdenas nacionalizou o petróleo em 1938. Às 11 horas da manhã do primeiro dia de Setembro de 1982, José Lopez Portillo tinha começado a ler o 6.º Relatório Presidencial — o último do seu mandato — perante o Congresso da Nação e o povo do México, através de uma cadeia de rádio e televisão. Exactamente às 14.25 horas locais, com voz grave e emocionada, anunciou:

«Temos de deter a injustiça do

perverso processo de evasão de capitais / desvalorização / inflação, que a todos prejudica, principalmente ao trabalhador, ao emprego e às empresas que os geram. São essas as nossas prioridades críticas. Para lhes responder, promulguei dois decretos: um, que nacionaliza os bancos privados...»

E não pôde continuar: foi interrompido pela ovação das duas mil pessoas que enchiam o Palácio Legislativo. Os «vivas» e os «bravos» prolongaram-se durante um minuto e meio. Miguel de la Madrid Hurtado — o vencedor, pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), das eleições de 4 de Julho passado, e

futuro presidente do México — foi um dos primeiros a pôr-se de pé e a aplaudir.

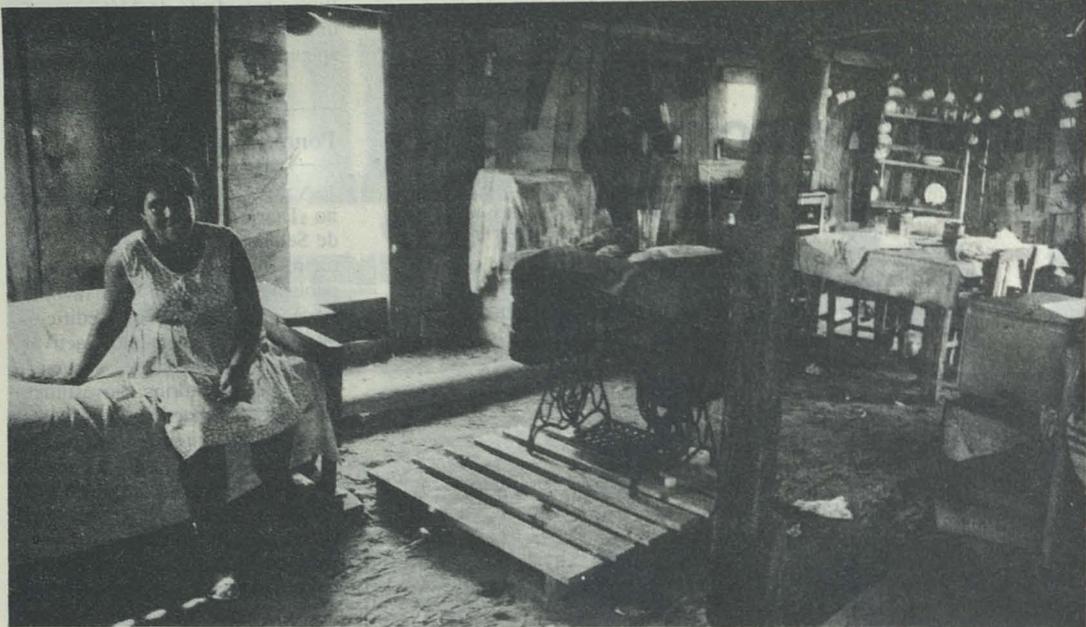
Ponto final da crise

A medida presidencial, publicada no «Diário Oficial» no mesmo dia 1 de Setembro, diz no seu artigo primeiro: «Por motivo de utilidade pública, expropriam-se a favor da Nação as instalações, edifícios, mobiliário, equipamentos, activos, caixas, cofres-fortes, sucursais, agências, escritórios, investimentos, acções ou participações que tenham noutras empresas, valores de sua propriedade, direitos e todos os demais móveis e imóveis, enquanto necessário, a juízo da Secretaria de Fazenda e Crédito Público, propriedade das instituições privadas de crédito, às quais se tenha outorgado concessão para prestação de serviços públicos de banco e de crédito».

Acabava-se, assim, o «ciclo perverso» da especulação/ inflação/ desvalorização, gerado pela queda do preço internacional do petróleo, a disparidade inflacionária do México com os seus clientes comerciais, a dívida externa saturada e o processo de evasão de capitais, acrescido nos últimos dias por uma poderosa campanha de boatos desestabilizadores e ameaças de «panelas vazias», como no Chile, nos tempos de Salvador Allende.

«Conflito de interesses»

Já desde os princípios de Junho de 1981 — quando, através da Petróleo Mexicanos (Pemex), o preço do petróleo bruto de exportação foi reduzido em quatro dólares — começou-se a perceber a existência de sinais de «argentinizacão» da economia. A 10 de Julho desse ano, o presidente Lopez Portillo disse que «começa-se a criar um mar de desconfiança no país». Quatro dias mais tarde, o mandatário esclarecia que «não temos problemas de confiança; temos um conflito de interesses monetários» e advertia que esses interesses «não sabem até onde po-



A crise económica tem atingido os trabalhadores e, sobretudo, os mais necessitados

deríamos chegar em defesa dos recursos financeiros nacionais». Os especuladores teriam feito bem se tivessem prestado mais atenção à advertência.

No início de 1982, a situação do país era grave: o défice do comércio externo tinha excedido todas as estimativas, a inflação crescia, teve que recorrer-se à dívida externa a curto prazo e o peso mexicano perdia a paridade frente ao dólar. Foi então que começou uma forte «evasão»: na segunda-feira, 15 de Fevereiro de 1982, por exemplo, saíram do país cerca de 400 milhões de dólares; no dia seguinte, as remessas atingiram 526 milhões de dólares.

Nesse contexto, o Banco do México retirou-se do mercado de câmbios «para que a oferta e a procura ajustassem a paridade» — porém o peso desvalorizou-se em 75% —, o Governo viu-se forçado a reduzir novamente os preços do petróleo, anunciou-se um programa de redução do orçamento governamental de 3% (100 mil milhões de pesos) e deu-se apoio às empresas públicas a fim de impedir a sua descapitalização. Em meados de Março, renunciaram o secretário da Fazenda e Cré-

dito Público e o director do Banco do México. O primeiro cargo foi então ocupado por Jesus Silva Herzog — considerado um homem de confiança do presidente eleito Miguel de la Madrid —, que em Maio anunciou que «a dívida externa do México está situada entre as maiores do Mundo». A evasão de divisas, entretanto, continuava.

Agosto foi um mês de novidades e comunicações. Em primeiro lugar, estabeleceu-se um sistema de paridade dupla para o peso: pelo facto de não haver dólares para enfrentar os compromissos externos, o Estado recorreu ao controlo de câmbios. Na semana seguinte, estabeleceu-se que o pagamento dos depósitos em moeda norte-americana seria efectuado em moeda nacional, criando uma terceira paridade: os mexdólares. Paralelamente, proibiu-se a transferência para o estrangeiro dos dólares depositados nos bancos particulares. Em meados desse mês, o secretário da Fazenda e Crédito Público anunciou que o governo mexicano tinha iniciado negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI); três dias depois, um consórcio de bancos particulares inter-

nacionais concedeu ao México um prazo de 90 dias para o pagamento dos vencimentos da dívida externa. Finalmente em Setembro foi anunciada a nacionalização dos bancos privados e o estabelecimento do controlo de câmbios.

Descontentamento da direita

No mesmo dia em que se divulgou o 6.º Relatório Presidencial, o dirigente máximo da Associação de Banqueiros do México, Carlos Abedrop Dávila, que não se encontrava no Palácio Legislativo, não pôde esconder o seu profundo desagrado: «A única coisa que se nacionaliza com a decisão do presidente Lopez Portillo é o elevado endividamento em dólares dos bancos particulares, sector que não é traidor mas sim patriota e solidário com os mais altos interesses do país», declarou.

Coincidindo com essa posição dois partidos de tendência direita, o Acção Nacional (PAN) e o Democrata Mexicano (PDM), manifestaram o seu desacordo com a medida presidencial e definiram como



A crise obrigou o governo mexicano a tomar uma série de medidas, com destaque para a nacionalização da banca, com o objectivo de deter a fuga de capitais. A decisão foi aprovada pelo próximo presidente mexicano, Miguel de la Madrid: «O Estado não pode permitir o avanço de situação caóticas que ameacem a Nação»

«muito perigosa» a possibilidade da burocracia estatal manejar os recursos dos depositantes. Dirigentes e deputados do PAN assinalaram que o principal responsável pela crise económica era o governo, que fez dos banqueiros um «bode expiatório».

Por seu lado o presidente do Partido Democrata Mexicano assinou um comunicado de imprensa no qual afirmava que a nacionalização dos bancos foi «uma decisão pessoal», reveladora de «um presidencialismo exagerado» que fortalece «a tendência socializante da vida mexicana», a qual caminha «para o autoritarismo».

Apoio à medida

Enquanto isso, os partidos de esquerda — seis, no total — manifestaram, o seu apoio à decisão do mandatário mexicano e salientaram a necessidade de se aliarem forças e esforços para defender a medida diante das manobras desestabilizadoras da oligarquia nacional e do imperialismo.

O Partido Socialista Unificado do México (PSUM), a terceira corrente

depois do Partido da Acção Nacional nas eleições de 4 de Julho passado, disse estar disposto a dialogar com os dirigentes do Partido Revolucionário Institucional na busca de acordos que defendam a medida. idêntica atitude assumiu o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), enquanto o Partido Mexicano dos Trabalhadores (PMT) salientou que «cabe à esquerda a responsabilidade de ser capaz de unir forças que possam enfrentar os interesses estrangeiros, os quais resistirão».

O Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) fez ver que os empregados bancários deviam mobilizar-se para impedir a realização de sabotagens. Por sua vez, o Partido Social Democrata previu acções desestabilizadoras de grupos que «já iniciaram a sua conspiração em Washington», ao mesmo tempo que o Partido Popular Socialista (PPS) condenou «os grupos antinacionais que, com um profundo sentido egoísta e antipatriótico, agiram com deslealdade, saqueando a economia do país».

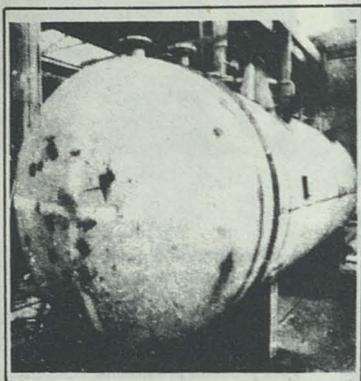
Por sua vez, o futuro presidente do México, Miguel de la Madrid

Hurtado, declarou que «o Estado não pode permitir o avanço de situações caóticas que ameacem, com graves danos, o interesse nacional e particularmente o das maiorias do nosso povo». O próximo mandatário, que assumirá o cargo no dia 1 de Dezembro próximo, acrescentou: «A Nação enfrentará os seus problemas e limitações com decisão inquebrantável. Temos sabido sempre superar os obstáculos para continuarmos a avançar. A nossa história nunca foi fácil».

José Lopez Portillo está bem a par desses assuntos, As bem corajosas medidas foram o signo da sua gestão e, com o país imerso numa grave crise económica por causa da especulação e da evasão de capitais, era de esperar que ele enfrentasse o mal com decisão e o cortasse de um só golpe. Não ficaram dúvidas no dia 1 de Setembro: ao nacionalizar os bancos particulares, faltavam apenas dois meses para o fim do seu mandato governamental, o presidente mexicano conquistou um lugar na história e reinou outro México, de acordo com a sua tradição revolucionária □

Compelmada

SOC. COOP. MONTAGENS METÁLICAS SCARL



★ PROJECTO, FABRICO E MONTAGEM DE:

Reservatórios de pressão
Reservatórios de armazenagem
Tubagens industriais
Estruturas metálicas
Permutadores de calor
Pontes e pórticos rolantes
Aparelhos de processo
Silos em aço carbono,
aço inox e alumínio

- ★ Mecânica geral
- ★ Reconstrução de motores
- ★ Manutenção fabril

Casal do Marco

SEDE E FÁBRICA:

Pinhal dos Frades - Casal do Marco - Seixal

Telefones: 2211174/2211913/2211982/2211934
Telex: 15264 COMPEL-P

Moreira da Maia (Porto)

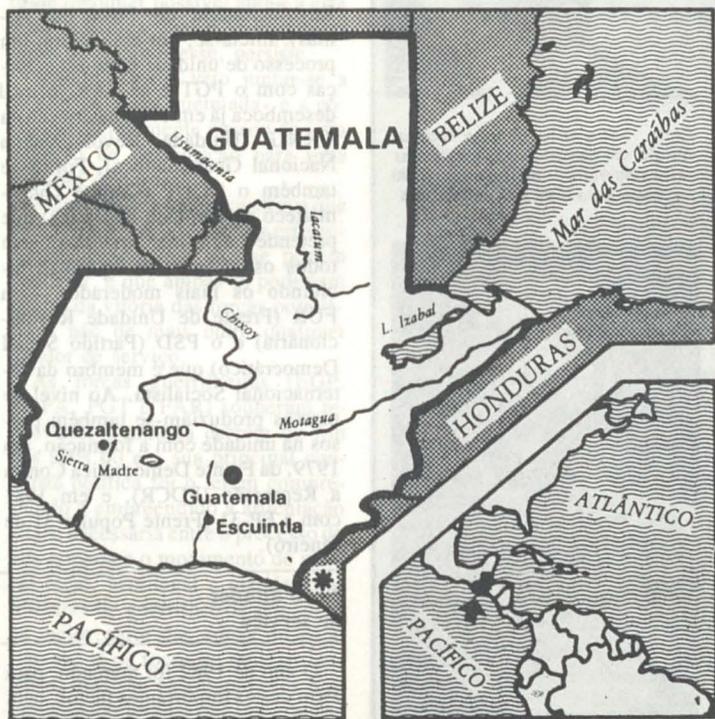
Cova da Piedade

Sines

A revolta dos índios

Desde sempre, a dominação do povo guatemalteco foi feita através do uso sistemático da violência e do massacre

Duarte Vilar (*)



A Guatemala, embora seja em superfície o 3.º dos países que no seu conjunto formam a chamada América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua), é, no entanto, o mais populoso desta região, com cerca de 7 milhões de habitantes, dos quais cerca de 65% são índios descendentes dos Mayas pré-colombianos.

Rico em recursos naturais — talvez o mais rico da zona — os seus habitantes vivem, no entanto, numa

situação de espantosa miséria. Um processo histórico marcado pelo colonialismo espanhol, substituído no século passado pelo domínio do imperialismo americano (de que a tristemente célebre UNITED FRUIT COMPANY é o exemplo mais ilustrativo), gerou uma classe dominante constituída pelos grandes senhores da terra, de características eminentemente retrógradas, vivendo da exploração de produtos agrícolas para os mercados internacionais.



O papel desempenhado pelos militares nas últimas décadas permitiu, por outro lado, a progressiva fusão destes com a oligarquia tradicional, pelo que muitas vezes na Guatemala, para se definir o poder político, se diz que «quem tem a terra tem o poder e quem tem o poder tem a terra».

O processo de apropriação da riqueza neste país tem ainda a especificidade de, além da componente de classe, ter ainda uma forte componente racial. De facto, a classe dominante gerada pelo colonialismo e pela dependência, é totalmente constituída por elementos não naturais (isto é, não indígenas) — brancos e ladinos (mestiços). Os índios foram e são os mais explorados de entre os explorados.

Fracamente industrializada, a estrutura económica guatemalteca baseia-se fundamentalmente na exploração extensiva e intensiva da terra. Neste processo, o campesinato indígena foi sistematicamente empurrado para zonas menos férteis e para regiões de floresta virgem, a qual, no entanto, à custa de um tremendo esforço foi submetida. A partir do momento em que a terra fértil é conquistada à floresta, os índios são novamente expulsos para outras terras ou submetidos ao trabalho assalariado nas fazendas que, então, os latifundiários ali estabelecem.

80 000 assassinatos

Desde sempre, a dominação do povo guatemalteco foi feita através do uso sistemático da violência e do

massacre — bem expresso no massacre de Panzos, em 1978, e no incêndio da embaixada de Espanha, em 31 de Janeiro de 1980.

Particularmente desde 1954, ano em que forças reaccionárias guatemaltecas (treinadas nas Honduras pela CIA e por ela apoiadas a nível operacional) derrubaram o regime democrático de Jacobo Arbenz, os sucessivos regimes militares, sempre «legalizados» por eleições fraudulentas, contabilizam a macabra soma de 80 000 assassinatos políticos. Em média desaparecem 30 pessoas por dia, as quais, na sua maior parte, são assassinadas.

Esta violência não é casual pois significa a única forma como uma classe dominante, retrógrada e corrupta, consegue governar um país onde a exploração e a miséria atingem tão elevado grau, onde a opressão racial é uma constante e onde havia que «apagar» a memória de um período (1944-1954) em que um governo ainda que hesitante, dirigido por Jacobo Arbenz, iniciou um processo de reformas estruturais que abalaram profundamente o poder da oligarquia e das multinacionais. O significado da queda de Arbenz foi classificado na altura pelo Departamento de Estado Norte-Americano como «uma gloriosa vitória sobre uma ditadura comunista», pelas vozes de John Foster Dulles e do então vice-presidente Richard Nixon.

Pioneira e inovadora foi a experiência de Arbenz. Pioneira foi também a luta guerrilheira de resistência ao novo regime, iniciada anos antes da revolução cubana pelo PGT (Partido Guatemalteco do Trabalho) e depois pelas FAR (Forças Armadas Rebeldes — resultantes de um movimento de jovens oficiais que romperam com o regime).

De novo a guerrilha

Os anos sessenta e o princípio dos anos setenta são fortemente marcados por uma política de contra-insurreição directamente dirigida pela administração dos EUA e então exportada para outros países da América Latina e para o Vietname.



Entre 1944 e 1954, Jacobo Arbenz dirigiu um governo que implantou reformas estruturais que abalaram a oligarquia e as transnacionais



O regime de Lucas Garcia (1978-1982) estava interna e internacionalmente desacreditado

As forças guerrilheiras recebem então duros golpes e praticamente interrompem a sua actividade. No tocante às condições de vida do povo, a situação é cada vez pior. Uma prolongada seca em 1972 e o terremoto que quase arrasou a capital do país são catástrofes que agudizam ainda mais esta situação e catalizam o movimento popular.

No seio deste, entretanto, tinham-se produzido já alterações de grande importância, nomeadamente a participação crescente da Igreja na organização e mobilização populares e, fundamentalmente, a crescente e maciça participação da população indígena, tradicionalmente ausente da luta política revolucionária.

Em 1975 reaparece a guerrilha com uma nova organização — o EGP (Exército Guatemalteco dos Pobres). Em 1979 surge outra organização — a ORPA (Organização Revolucionária do Povo em Armas). Inicia-se, por essa altura, um processo de unidade entre estas forças com o PGT e as FAR, o qual desemboca já em 1982 na criação da URNG (Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca). Formam-se também o CGUP (Comité Guatemalteco de Unidade Patriótica) que pretende aglutinar politicamente todos os sectores da oposição incluindo os mais moderados — a FUR (Frente de Unidade Revolucionária) e o PSD (Partido Social Democrático) que é membro da Internacional Socialista. Ao nível de massas produziam-se também passos na unidade com a formação, em 1979, da Frente Democrática Contra a Repressão (FDCR), e em 1981 com a FP-31 (Frente Popular 31 de Janeiro).

Novo ditador de serviço

O ano de 1982 foi marcado, para além destes importantes factos, pela agudização da crise de dominação da oligarquia. O regime de Lucas Garcia (1978-1982) estava interna e internacionalmente desacreditado. O seu carácter repressivo tinha até provocado um certo afastamento do governo dos EUA e da hierarquia da Igreja Católica. Com a fraude eleitoral de 7 de Março, o regime pretendia assegurar a sua continuidade. Mas a Guatemala era uma peça demasiado importante para escapar, ainda que pela direita, ao controlo dos EUA. Um golpe de Estado, em 23 de Março, restabelece esse controlo e coloca no poder uma junta

militar dirigida por um ex-candidato da Democracia Cristã — o general Rios Montt — o qual promete o «regresso à democracia» e, simultaneamente, «a derrota da guerrilha».

Meio ano passado sobre o golpe, o tal regresso à democracia consubstancia-se na reposição do Estado de Sítio e no agravamento dos massacres contra a população civil, em especial contra os indígenas. Contabilizam-se já 3000 mortos após o golpe de Estado. Os próprios partidos legalizados, e logo dissolvidos pelo Estado de Sítio, retiraram qualquer possível apoio a esta junta genocida, mas o apoio militar norte-americano, esse, persiste.

Aos massacres veio juntar-se a tática da «terra queimada» e a população actualmente passou de uma situação de desnutrição para uma situação de fome.

Mais uma vez se demonstrava que democracia formal e ruptura estrutural são coisas que não se podem dissociar, e que ambas só poderiam nascer da vitória das forças populares e não de mais outro qualquer ditador de serviço.

As forças guerrilheiras (EGP, ORPA, PGT e FAR) souberam reverter a amarga derrota do fim dos anos 60 e a sua principal conquista política foi o terem compreendido e empreendido a articulação vital e necessária entre o processo de luta armada e o movimento de massas legal, semilegal e clandestino. Milhares de guerrilheiros actuam já na maior parte das zonas do país. Não são já os focos de radicais isolados, mas são os camponeses e as camadas exploradas que integram as forças revolucionárias, por vezes mal armados, mas profundamente empenhados na sua libertação. O apoio popular é um facto. Os guerrilheiros são na sua maior parte índios cuja linguagem e hábitos são os mesmos da maioria da população e pelo seu combate preservam e defendem não só a vida, mas também a identidade cultural de um povo. É por tudo isto que embora possa ser morosa e dura, a vitória do povo guatemalteco é já inevitável. □

(*) *membro do Grupo de Solidariedade com a América Latina (GSAL) — Portugal*

O Exército Guerrilheiro dos Pobres e o trabalho de massas

O comandante-chefe do principal movimento de guerrilha guatemalteco, Roland Morán, fala-nos do processo de libertação vivido no seu país e da necessidade sentida de renovar a ligação entre o trabalho político e a luta armada.

Marta Harnecker

○ Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP) é reconhecido hoje como a organização armada que melhor trabalho de massas desenvolve na Guatemala e aquela que apresenta uma das mais fortes estruturas político-militares.

Para o EGP não há guerra popular, e portanto não há triunfo sobre o inimigo, se o povo não se incorporar de forma empenhada e maciça na guerra. Mas o que entende o EGP por incorporação maciça na guerra?

— Não só a participação das massas nas tarefas estritamente militares (guerrilheiras, paramilitares ou de autodefesa) mas a participação «política» das massas na guerra.

«Não foi fácil realizar um trabalho de massas nesse sentido — afirmou-nos Rolando Morán, comandante chefe do Exército Guerrilheiro dos Pobres, quando o entrevistámos — foi necessário vencer os métodos tradicionais de trabalho e procurar novas formas para organizar as massas. E o interessante foi que, em vez de debilitar, esse trabalho, pelo contrário, veio fortalecer a acção militar.»

É sobre esse aspecto, tantas vezes abordado, das massas e da guerra revolucionária, que giram os pontos principais de uma longa entrevista com Rolando Morán, em que para além da história político-militar do EGP o dirigente guatemalteco analisa as principais opções estratégicas defendidas por aquela organização revolucionária.

Uma acção militar adaptada a uma realidade heterogénea

Parece não haver contestação ao facto de a Guatemala constituir uma realidade heterogénea. Assim sendo, até que ponto essa realidade — heterogénea — se repercute no desenvolvimento da guerra popular?

Consideramos que em função da complexidade do nosso país —

complexidade geográfica, económica e social — existem na Guatemala três planos estratégicos que há que tomar em consideração: um que é a montanha, que se caracteriza por uma estrutura económica mais atrasada, fortemente influenciada ainda por relações de produção pré-capitalistas, por uma intensa densidade demográfica, e pela presença de grupos de minoria nacional, que nós chamamos minorias étnicas nacionais. A montanha caracteriza-se ainda, evidentemente, por uma topografia que favorece a luta guerri-

lheira e por uma débil presença do poder central.

Isto permite, na nossa opinião, um maior crescimento militar, a implantação de forças militares e o aparecimento e desenvolvimento de um exército popular regular. Facilita formas de organização clandestina permanentes, com muito mais bases e, inclusive, a implantação e o desenvolvimento do poder local revolucionário.

Este é o primeiro plano.

Outro, é a planície, caracterizada por grandes extensões planas de terra, e ainda pelo sopé da cordilheira, geralmente banhadas por numerosos rios e atravessadas por uma complexa rede de estradas. Estas terras têm sido exploradas com base na agro-exportação, e, aí, as relações capitalistas de produção atingiram um alto grau de desenvolvimento. A presença do poder central é muito mais significativa, assim como é evidente a presença imediata do inimigo. A base social predominante nessa região é o proletariado agrícola, pelo que é muito difícil desenvolver nessa zona uma força militar permanente e regular, já que esses trabalhadores rurais e as suas famílias dependem de um salário para subsistir, o que torna muito difícil eles se poderem desligar dos seus centros de trabalho. Pelo contrário, o pequeno produtor minifundiário, desse ponto de vista, goza de muito maior flexibilidade e pode tornar-se fonte de abastecimento de um exército, não só com produtos de consumo, mas também de força viva.

Isto determina que para esta zona haja que implantar uma outra forma de organização, tanto política como militar. Uma forma de organização política mais desenvolvida, porque se pode contar com elementos de origem proletária, que poderão ter uma acção destacada nas organizações de massas.

Mas de um ponto de vista militar, apenas se podem estruturar guerrilhas móveis, limitadas, e daí que a tática militar sobre o terreno tenha que ser diferente.

Este seria o segundo plano estratégico.

E o terceiro plano estratégico são

os centros urbanos industriais, ou semi-industriais, rodeados pelas cintururas de produção camponesa, onde a grande predominância assenta na classe operária, nos sectores das classes médias e sectores marginais. Trata-se do centro nervoso do inimigo, onde se concentram os seus aparelhos de repressão, o seu aparelho administrativo, a sua burocracia, os seus aparelhos militares, as suas estruturas económicas. Aí, a tática da organização tem de ser muito diferente. Adquire características mais proletárias, mas de um ponto de vista militar o trabalho torna-se mais complexo. Torna-se impossível concentrar grandes contingentes armados, sobretudo numa primeira fase da guerra, e a ser possível será sob formas insurreccionais e para-militares.

A estratégia da guerra popular revolucionária no nosso país tem pois que saber conjugar estes três planos estratégicos.

A antítese do 'Foquismo'

O Exército Guerrilheiro dos Pobres surge no seguimento de uma série de experiências guerrilheiras fracassadas. E você próprio, Rolando Moran, participou em algumas delas. Qual é a concepção e luta armada que defende a sua organização depois de todas essas experiências?

Essa concepção baseia-se no seguinte: a participação das massas numa guerra como a da Guatemala não é, nem deve ser, uma participação passiva.

Através de uma análise das experiências passadas, como o primeiro esforço guerrilheiro na *Sierra de las Minas*, pensamos que não podemos encarar as massas, tanto urbanas como camponesas, tão somente como a base de apoio da guerrilha, antes pensamos que elas devem incorporar-se na guerra. A guerra revolucionária não é para nós apenas a via da revolução, como sempre se disse, mas antes a estratégia global da luta revolucionária pela tomada do poder, pelo que pensamos que nesta guerra, ainda que os destacamentos militares joguem um papel

decisivo e fundamental, eles terão que ser complementados com a ampla organização política das massas.

E, na vossa opinião, que papel deverão jogar as massas populares nessa guerra?

Por um lado, um papel militar. As massas formam e enriquecem os destacamentos guerrilheiros, as massas organizam-se e constituem os grandes destacamentos para-militares, elas organizam-se e dão corpo também aos grandes destacamentos de autodefesa do povo. Todas essas são formas através das quais as massas participam na guerra. Mas a sua participação não acaba aí, elas contribuem também decisivamente para a economia de guerra: produzem para o exército popular, produzem igualmente para a manutenção dos organismos políticos clandestinos que não poderiam sobreviver sem esse apoio.

E, por último, participam politicamente na guerra introduzindo-lhe todos os instrumentos de luta que lhe são característicos, partindo das suas lutas reivindicativas mas introduzindo-lhes o conteúdo político da luta pelo poder.

Essa é uma tarefa das organizações de massas revolucionárias que não limitam a sua função orgânica às lutas 'económicas' ou reivindicativas. São organizações de massas que não colocam como passo inicial um contrato colectivo, com as autoridades no plano legal, antes prosseguem as lutas reivindicativas a partir de um plano clandestino ou semi-clandestino. Não se trata de uma invenção nossa. É a aplicação de novos métodos ante condições de repressão particularmente ferozes.

Os novos métodos respondem às necessidades indispensáveis. A direcção de todas as nossas organizações de massas é uma direcção secreta. As massas chegam a emprender insurreições parciais, que nós não encaramos unilateralmente como um fenómeno militar, mas antes como formas para-militares da luta de massas.

As massas não participam como exército regular. A participação político-militar das massas, não obstante poderem encontrar-se ar-



madas ou parcialmente armadas, não abandona as formas características da luta de massas: greves, protestos, manifestações, como tem ocorrido.

Por último, as massas participam ideologicamente na guerra popular revolucionária, ou seja: é através da consciencialização das massas, da expressão das massas que se dá conteúdo ideológico à guerra popular revolucionária, para que ela não se converta numa revolta das massas, mas sim na luta organizada pela tomada do poder.

Uma política para cada nível das massas

No começo sentíamos, de alguma forma, que o nosso trabalho de massas não se estava a realizar segundo os nossos postulados iniciais. Não encontrávamos forma de o conseguir. Inicialmente procurávamos aplicar a tática clássica: a penetração nas fábricas, a criação de células; e, no entanto, não encontrávamos os resultados que procurávamos. Foi então, e depois de analisar e estudar várias experiências, que procurámos introduzir novas fórmulas. Constatámos que as massas de um país como a Guatemala — um país subdesenvolvido e assolado pela repressão — tem estratos determinados tanto para níveis de organização, como de radicalização ou consciência. No caso de uma

situação de guerra popular revolucionária, os elementos da vanguarda política militar, muitas vezes, não saem directamente das organizações amplas de massas. E as massas organizadas em torno dos seus sindicatos e associações profissionais abertas, legais, encontram-se expostas à mais brutal repressão do inimigo.

Havia que fazer algo. Demo-nos conta de que quando se fala de massas há que preparar um trabalho político e organizativo em três níveis fundamentais: um é o da massa não organizada. A massa não é apenas a que está organizada em sindicatos, cooperativas, etc. Há uma massa não organizada que possui menos desenvolvido o seu nível de consciência e que se apresenta mais indiferente ante certos fenómenos de carácter político e social. Essa massa constitui a grande maioria do povo. A massa não organizada é sempre mais numerosa que a massa organizada.

Pensamos que a maioria dos que, nos nossos países integram os sindicatos e as associações profissionais é gente não politizada e apenas um sector é mobilizável. Por exemplo, dos 800 membros de um sindicato, chega-se a mobilizar uns 400, e destes apenas uns 100 poderão constituir aquilo que poderíamos designar por o sector avançado das massas.

Quando se quer desenvolver aos seus mais altos níveis a guerra popular, nós pensamos que tem de haver

um trabalho especial junto desse sector avançado das massas, e que é esse sector que deve integrar as chamadas organizações revolucionárias de massas. Já que a esse sector avançado das massas se lhe pode impor um certo grau de disciplina, pois ele o compreende e o assimila. Ele está pronto a aceitar certas formas de organização que em nada se parecem com as normas livres por que se regulam associações gremiais, sindicatos e cooperativas, etc. Esse sector avançado das massas encontra-se na disposição de afrontar a repressão de maneira directa, através da autodefesa, das lutas, etc. Esse sector aceita — mais, compreende a sua necessidade — a preparação e a prática de medidas clandestinas e semi-clandestinas. E tudo isso pode ser introduzido sem prejudicar nesse sector a sua disposição, a sua decisão, o seu convencimento de que tem que lutar também pelas suas reivindicações económicas de tipo imediato e gerais da sua classe ou do seu sector. Ele não abandonará a luta reivindicativa. Por outro lado, esse sector não se integra automaticamente na vanguarda. Assim se explica que na Guatemala exista o CUC, a FERG (Frente Estudantil Revolucionária Robín García), os cristãos revolucionários, a Coordenadora de Colonos e os Núcleos de Operários Revolucionários em que nos seus comunicados o que se defende é o derrube

do governo e a tomada do poder, e a quem o inimigo, no entanto, não consegue golpear. Porquê? Porque pertencem à massa e porque integram uma organização compartimentada, clandestina.

No caso do sector operário, a situação apresenta matizes especiais já que a organização revolucionária dos operários tem de estar, de uma maneira ou outra, ligada aos seus centros de trabalho e às suas organizações de carácter profissional ou reivindicativo. No entanto, a organização revolucionária de massas é uma organização clandestina, com estruturas adequadas para a sua função e sem relações orgânicas com as direcções legais.

A organização revolucionária dos operários que participa na «Frente Popular 31 de Janeiro» são os chamados «Núcleos de Operários Revolucionários Felipe António García Rac», que aglutina no seu seio operários de diferentes ramos da produção agrícola e industrial, da capital e de outras regiões do país, pertencendo a mais de 30 sindicatos.

Uma nova concepção do trabalho de massas

É uma organização que trabalha com métodos clandestinos, mas isso não a impede de estar estreitamente ligada às massas. A sua implantação é tão profunda que os activistas operários podem fazer o seu trabalho de agitação, organização e formação nos seus centros de trabalho e em organizações abertas, com a segurança de a sua clandestinidade não ser delatada. Não se trata já de um trabalho individual e isolado de agitação e organização revolucionária clandestina no seio das massas, mas sim do trabalho de todo um sector da massa que leva a cabo uma actividade de organização e orientação política, claramente revolucionária, estreitamente vinculada aos interesses imediatos da grande maioria das massas a que pertencem, que, por seu lado, já não encaram esse trabalho como alheio a elas, antes como parte e projecção das suas próprias aspirações.

Esta é uma nova concepção do

trabalho de massas. Já não se trata de ter um grupo organizado num sindicato para que ganhe as eleições e controle a direcção do sindicato; e que se considera que, quando o conseguir, esse sindicato ficará sob a nossa influência. Nós não estamos fundamentalmente interessados na direcção, o que nos interessa principalmente são as bases, e, entre elas, os sectores mais avançados.

Quando nós afirmamos que temos um sindicato é porque as bases são nossas, não apenas porque a direcção o seja.

Mas não terá esse trabalho de massas debilitado o trabalho militar que vocês se haviam proposto?

Não, de maneira nenhuma. Pelo contrário, enriqueceu-o. Com o desenvolvimento do trabalho de massas não só ampliámos e enriquecemos o número de combatentes e quadros para as forças militares, como a conjugação do trabalho das organizações de massas permitiu-nos a realização de tarefas de guerra

DO PETRÓLEO AO PLÁSTICO A EPSI TEM A PRIMEIRA PALAVRA



Uma indústria vital no local certo

EPSI

EMPRESA DE POLÍMEROS DE SINES S.A.R.L.

RUA DE ARTILHARIA UM, 79-7º 1200 LISBOA

que não cabem propriamente às forças militares regulares. Mais, estas aperfeiçoaram-se na sua função e passaram a cumprir melhor o seu papel de combatentes permanentes.

O mesmo ocorreu com os indígenas, cuja incorporação na revolução é neste momento definitiva. Há dezenas de milhares de indígenas da nossa zona que defendem as posições do EGP, e estão plenamente conscientes do que são essas posições. O CUC, por exemplo, organização camponesa próxima do EGP, é uma organização muito querida pelos camponeses indígenas. Como funciona o CUC?

O CUC assenta em esquemas prévios de organização. Por exemplo, um grupo inicial do CUC forma-se numa determinada aldeia, trata-se então de um comité secreto que desenvolve trabalho de propaganda até conseguir captar a maioria dessa aldeia e integrá-la no trabalho de massas do CUC. Isto só é concebível num país como a Guatemala, onde o grau de repressão, de agudização da luta de classes polarizou tanto as forças em liça que esta situação acaba por se inserir na disposição das pessoas em aceitar essa solução, já que a encaram como a única para a sua própria defesa, para continuar a luta e conseguir a vitória.

Na Frente Guerrilheira «Luís Turcios Lima», implantada na costa sul do país, temos já algumas forças guerrilheiras regulares. Para além da geografia, os guerrilheiros podem contar com as aldeias da região onde funcionam organismos de massas revolucionárias, há assembleias locais do CUC que permitem o surgimento das forças guerrilheiras. Há milhares de pessoas organizadas em assembleias do CUC e em outras organizações revolucionárias nessa frente.

Essas organizações de massas estão armadas?

Não estão todas armadas, mas contam com os seus grupos de autodefesa, que, esses sim, estão armados. Em relação ao EGP contamos com as guerrilhas locais, que são equivalentes às milícias, as guerri-

lhas regionais, e, por último, o exército regular.

Autodefesa: uma forma organizada de enfrentar a repressão

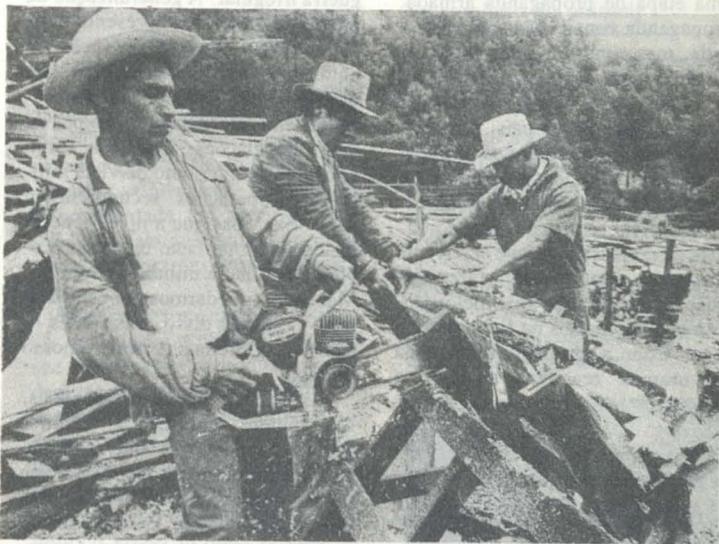
Em que consiste a autodefesa?

A autodefesa são os organismos que as massas constituem para defender as suas actividades e as acções que lhe são próprias, em condições em que já não se podem amparar em qualquer espécie de legalidade. São instrumentos de protecção face a um inimigo feroz. Pelas suas próprias características, os órgãos de autodefesa são também o germe e a ponte entre as massas, as forças guerrilheiras e as forças regulares da Revolução. Muitas vezes é assim que as massas começam a tomar consciência da sua participação na guerra.

A defesa das massas cabe aos organismos de autodefesa que são, por sua vez, fruto de uma selecção

Em algumas aldeias os grupos de autodefesa são organizados pelos comités clandestinos locais do EGP. Estes grupos são constituídos pelos simpatizantes mais próximos da organização, previamente escolhidos pela sua decisão e pela sua afinidade com a nossa linha. Eles têm por função velar pela segurança da aldeia, dos comités clandestinos locais, dos seus dirigentes e das mulheres dos guerrilheiros que partiram.

Segundo as condições, montam sistemas de vigilância, de alarme e, em alguns casos, cada vez em maior número, de defesa armada, que incluem emboscadas e armadilhas. Os sistemas de vigilância incluem controlos de estradas e movimento do inimigo, controlo dos reaccionários e possíveis agentes do adversário. Os sistemas de alarme são constituídos por uma grande diversidade de meios improvisados e criados por esses próprios companheiros, para avisar quando o inimigo se aproxima ou quando se detecta qualquer incursão armada.

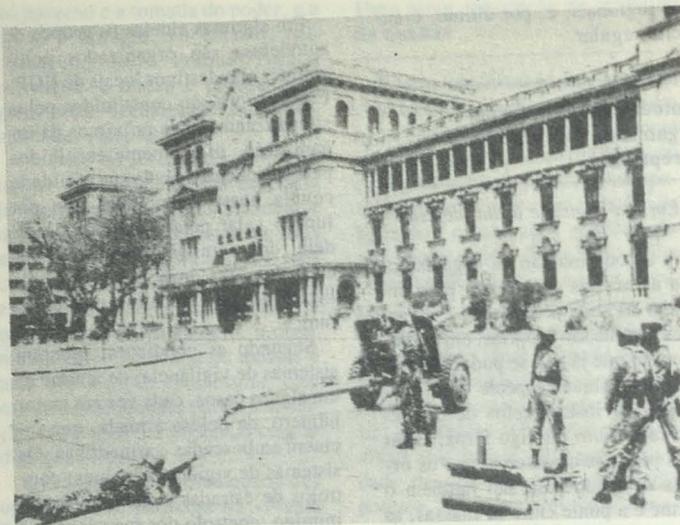


político-militar e uma fonte para abastecer as fileiras das nossas forças guerrilheiras e das forças regulares revolucionárias.

Poderá dar-nos um exemplo concreto de como funciona e opera a autodefesa?

A propaganda armada

Voltemos ao aspecto puramente militar. Qual a vossa estratégia militar? Que etapas se colocam? Como encaram o desenvolvimento da guerra no futuro?



Tropa na rua, uma cena cotidiana da vida da Guatemala

A nossa concepção do desenvolvimento da Guerra Popular centra-se no seguinte: além da fase de implantação há que desenvolver uma etapa de propaganda armada. Propaganda armada não como estratégia, mas como uma das fases necessárias para elevar a guerra a níveis mais elevados e no sentido da sua generalização no país. A propaganda armada permite-nos explicar às massas exploradas e oprimidas a razão de ser desta guerra e os objectivos que ela se propõe. Nas condições de repressão em que se vive na Guatemala é muito difícil fazer agitação e propaganda revolucionária sem nos apoiarmos na força das armas. Com a propaganda armada procuramos reactivar a luta, a guerra.

A generalização da guerra de guerrilhas

Passa-se então a uma nova fase: a da generalização da guerra de guerrilhas em todo o país, que procura dispersar e desgatar o inimigo, possibilitando a acumulação de forças por nosso lado.

E as acções armadas são realizadas por destacamentos especiais?

Não só através de destacamentos especiais. As massas começam já a participar na generalização da guerra de guerrilhas que é uma guerra irregular. A generalização da guerra de guerrilhas apresenta muitos matizes: desde a activação de unidades guerrilheiras que travam os combates, que realizam emboscadas, etc., até atentados, golpes de mão, flagelações. Questões como estas que de um ponto de vista militar são operações secundárias e acessórias, mas que a nível generalizado criam de facto um sério problema político e militar ao inimigo. Mas se nos quedarmos por estas etapas — estamos disso conscientes — não conseguiremos derrotar o nosso inimigo.

Fazendo um pequeno parêntesis. Nós sempre pensamos — como o afirmi há pouco — que o desenvolvimento da nossa guerra e o seu triunfo tem que passar por distintas fases que podem encurtar-se ou prolongar-se mas que são praticamente obrigatórias. A derrota do nosso inimigo poderá provocar por arrastamento também uma derrota militar ao inimigo principal, que apoia, financia e sustenta as forças militares nativas que contra nós combatem. Desde 67 que encaramos a possibilidade de intervenção mili-

tar do imperialismo ianque no nosso país e afirmávamos que isso deveria ser encarado como uma fase estratégica da nossa luta.

É uma intervenção que pode manifestar-se através da participação de assessores, quadros técnicos, do fornecimento de armas, munições, do controlo das comunicações, da direcção das operações, etc.

A outra etapa que encaramos após a generalização da guerra de guerrilhas, é a disputa do terreno e das massas ao inimigo, o que, por outros termos, significa ir fomentado nos territórios libertados o poder local, a construção das raízes do novo Estado, embora que ainda em áreas periféricas.

E encontram-se já nessa última fase? Possuem já áreas libertadas?

Não, não as podemos considerar áreas libertadas até que obtenhamos o efectivo e completo controlo político, militar e económico dessas zonas.

Enquanto tivermos apenas um desses controlos, ou apenas dois dos três, sem atingir o terceiro, não podemos afirmar que se trata de áreas libertadas.

Como chamam então às zonas em que existem destacamentos guerrilheiros e uma população simpatizante ou militante da causa do EGP?

São zonas em disputa. Disputamos o terreno e as massas ao inimigo. Há zonas guerrilheiras que, no entanto, ainda não atingiram esse desenvolvimento, mas onde existe uma luta contínua com unidades permanentes ou regulares, ou actividades guerrilheiras propriamente ditas e actividades para-militares. A essas designamo-las zonas guerrilheiras.

Essa etapa de desenvolvimento das zonas libertadas ou de disputa de terreno e de massas ao inimigo — e isso parece-me importante clarificar — implica, em termos militares, a luta, o combate regular contra as forças inimigas. Já não se trata apenas de emboscadas, acções de fusti-

gamento, causar baixas ao inimigo, não se trata de acções de desgaste, mas antes, através de manobras e jogos de posições, a procura da derrota militar do inimigo. Por outras palavras, significa a destruição das suas forças e efectivos, das suas estruturas militares.

Ainda não entraram nessa fase?...

Começamos já a entrar...

E toda essa fase culminará com a insurreição?

E a tomada do poder.

Definem então a guerra como uma guerra prolongada?

Sim. Mas fico sempre apreensivo quando se utiliza essa expressão...

Por estar associada ao esquema chinês...

Sim, e porque se especulou muito e no final de contas os termos acabam por ficar gastos e muitas vezes dá-se-lhes interpretações que não são correctas.

A unidade: um processo com o seu próprio ritmo

Em sua opinião, quais os aspectos que mais ajudaram à gestação do processo unitário das diferentes organizações político-militares na Guatemala e quais os principais obstáculos encontrados?

O mais importante, em minha opinião, é considerar a unidade, não digamos harmónica, mas um processo com as menores discrepâncias possíveis. Para além da necessidade objectiva que as condições da luta e da guerra impõem, um elemento fundamental é evitar que as divergências que de facto existem se polarizem.

Todos os intentos de levar a cabo essa unidade na década passada e em princípios da actual no nosso país acabaram por ser desastrosas e, em algumas ocasiões, levaram a resultados verdadeiramente trágicos. Porque não só levaram a divergên-



O terreno acidentado joga a favor da guerrilha. Na foto, o famoso vulcão do Atitlán, de 3537 m de altitude

cia, entre organizações ou entre fracções no seu seio, como as levaram a assumir posições completamente antagónicas. E, em certo momento, chegou-se quase ao ponto de desencadear uma guerra fratricida entre organizações.

Actualmente, para que se chegue a uma unidade realmente efectiva a nível de direcção, tem que se procurar uma grande flexibilidade, uma grande compreensão, uma grande disponibilidade em sacrificar uma série de coisas que, muitas vezes, se tornaram questões de índole pessoal.

Eu encontro-me entre os optimistas em relação a essa unidade e ao seu futuro. Que consequências poderá vir a ter? Em primeiro lugar um aceleramento de todo o processo de guerra. Em segundo lugar, um fortalecimento de todas as organizações no seu conjunto e de cada uma em particular, tanto do ponto de vista político como militar. E uma terceira consequência, que é resultado das duas anteriores: a aceleração da luta e o fortalecimento do movimento no seu conjunto irá provocar uma coisa muito importante, o surgimento e a construção de uma vanguarda muito mais completa, muito mais homogénea, muito mais ob-

jectiva, já que irá responder muito melhor às necessidades e às realidades do nosso povo.

No caminho da unidade

Como se iniciou esse percurso no sentido da unidade?

Os primeiros passos deram-se através do intercâmbio de informação, o fim dos ataques mútuos, a coordenação do trabalho a nível de massas, os acordos concretos em projectos limitados, ou através da ajuda material, a organização de acções militares coordenadas para se passar posteriormente a acordos de carácter táctico e estratégico. □





Na grande ou pequena
intervenção
damos-lhe a garantia
da nossa experiência

- *montagem de estruturas metálicas
pórticos
pontes rolantes e transportadores*
- *movimentação, elevação
montagem de equipamentos pesados*
- *montagem de torres processuais
reservatórios de armazenagem*
- *pré-fabricação e montagem de tubagem*
- *montagem de equipamento rotativo*
- *cedência de pessoal especializado*

servimos as indústrias:

petróleos
petroquímica
química
cimentos
naval
energia
celulose
papel
siderurgia
mineira
agrícola
alimentar

TONUS

Montagem e Aluguer de Máquinas, Sarl

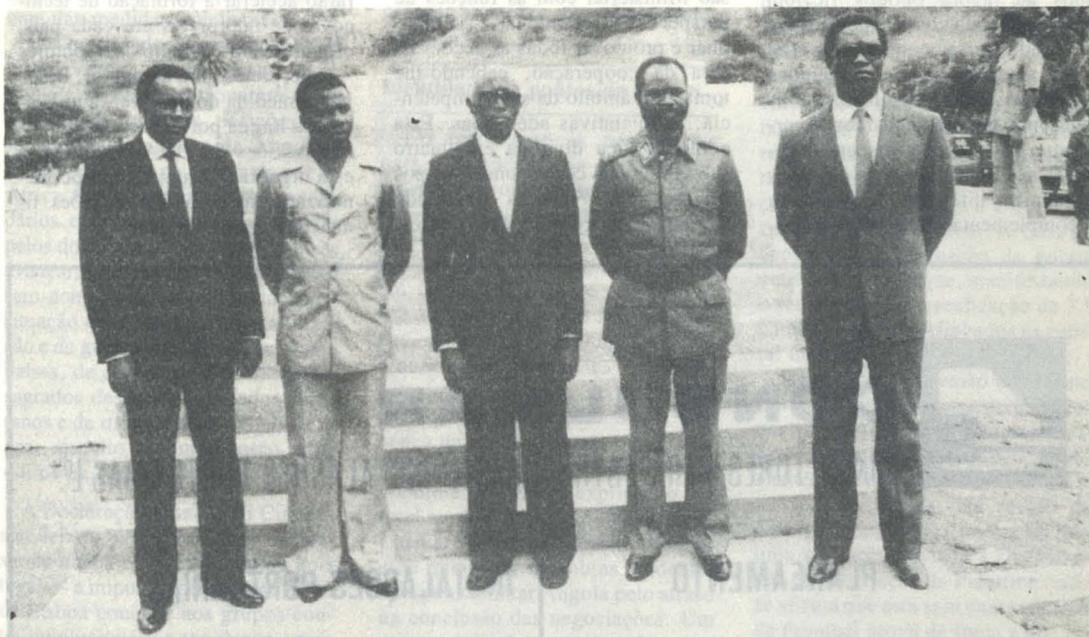
Lisboa - Porto - Setúbal - Sines

Sede: Av. 5 de Outubro, 114-1.º Dt.º - 1000 Lisboa

Solidariedade e Cooperação

Os chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Moçambique reafirmaram uma vez mais que «a solidariedade cimentada entre os respectivos povos é um património inestimável»

Carlos Pinto Santos



COMO previsto, cumpriram-se as expectativas optimistas que tinham envolvido a preparação da III Cimeira dos Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, efectuada na capital cabo-verdiana a 21 e 22 de Setembro.

Para que assim tenha acontecido, os cinco presidentes participaram nesta reunião com a «convicção de que a solidariedade cimentada entre os respectivos povos é um património inestimável que deve ser valorizado

para reforço de posições políticas comuns e como factor dinamizador da luta pela consolidação da independência e pelo desenvolvimento económico e social dos seus países», como se lê na Declaração adoptada no termo da Cimeira que representou um atestado de «boa saúde» das relações existentes entre os governos africanos de língua portuguesa.

O único obstáculo impeditivo da reafirmação da identidade de pontos de vista dos «cinco» nas grandes questões internacionais, tinha sido

ultrapassado em Junho último, em Maputo, quando Aristides Pereira e João Bernardo Vieira oficializaram o restabelecimento das relações entre os governos da Praia e de Bissau, interrompidas no seguimento dos acontecimentos que, em 14 de Novembro de 1980, ocorreram na Guiné-Bissau. Nessa reconciliação — recorde-se — teve papel preponderante Samora Machel cuja acção decisiva foi reconhecida durante a Cimeira da Praia por Aristides Pereira e João Bernardo Vieira.

A crise então superada provocou

o adiamento desta III Cimeira que na anterior (Maputo, Março de 1980) fora decidida para 1981 em Bissau, cidade onde se deverá realizar a IV Cimeira, conforme resolução agora tomada.

Resultados económicos

No balanço da cooperação económica entre os cinco países foi reconhecido, durante as reuniões ministeriais que antecederam o encontro dos Chefes de Estado e declarado nos discursos proferidos na sessão de abertura por Aristides Pereira e Samora Machel, o facto de os resultados até agora obtidos ficarem muito aquém da vontade política em aprofundar essa cooperação afirmada, repetidas vezes, em reuniões anteriores. Magros resultados motivados por condicionalismos diversos que vão desde a dispersão geográfica à inserção em circuitos económicos diferentes que dificulta a complementaridade das econo-

mias entre alguns dos cinco países. Como factor relevante na limitação do desenvolvimento dessa cooperação — tendo particularmente presentes as decisões assumidas na Cimeira de Maputo — esteve a inexistência de um instrumento institucional de consolidação e dinamização das iniciativas tomadas. Para a supressão dessa lacuna, a III Cimeira adoptou: a) estabelecer que cabe ao país anfitrião de cada Conferência assegurar a dinamização geral da execução das decisões da mesma até à realização da próxima, acção que passa desde agora e até à IV Cimeira de Bissau, para a responsabilidade de Cabo Verde; b) criar uma Comissão Ministerial com as funções de perspectivar, coordenar, acompanhar e promover todas as acções na área da cooperação, cabendo-lhe tomar, no âmbito da sua competência, as iniciativas adequadas. Esta comissão fica dividida em quatro sub-comissões correspondentes aos sectores das Finanças (incluindo Crédito e Seguros), Transportes,

Comércio Externo e Formação de Quadros.

O português como língua internacional

No domínio da coordenação da actividade diplomática que os «cinco» se propõem reforçar, foi sublinhada a conveniência da introdução do português nas organizações internacionais como língua de trabalho, tendo sido decidido estabelecer mecanismos de consulta na persecução desse objectivo com Portugal e Brasil. Como medidas práticas de curto prazo, os governos presentes na Cimeira da Praia procurarão acelerar a formação de técnicos e de intérpretes em cada país, organizar um conjunto de tradutores — intérpretes para assegurar, desde já, na medida do possível, a utilização da língua portuguesa nas próximas sessões da OUA e solicitar a esta organização um estudo pormenorizado sobre as implicações financeiras dessa decisão.



CONSULMAR

CONSULTORES PARA ESTRUTURAS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS L^{da}

PLANEAMENTO

PROJECTOS

ESTUDOS ECONÓMICOS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

OBRAS MARITÍMAS

MANOBRAS DE NAVIOS

HIDRÁULICA MARÍTIMA

Rua Joaquim António de Aguiar, 27-9º 1 000 LISBOA Telef. 539400/1/2/3 Telex. 14 226 Conmar P

A situação na África Austral

«A República Popular de Angola nunca conheceu um momento de paz desde a sua independência», constata a Declaração Final da Cimeira que se debruça largamente sobre a situação vivida na África Austral. As recentes afirmações do regime do *apartheid* em identificar a sua estratégia com a acção sionista no Líbano impõem, na opinião dos «cinco», medidas «enérgicas, urgentes e solidárias da comunidade internacional para preservar a paz na região. O reforço da capacidade defensiva das Repúblicas Populares de Angola e Moçambique constitui uma das medidas imediatas».

Por outro lado, os presidentes de Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe reafirmaram a sua «identidade com as posições das Repúblicas Populares de Angola e de Moçambique na defesa da paz na África Austral e declararam-se solidários com as posições assumidas pelos dois Estados, no sentido de se avançar, com perspectivas seguras e sem demoras, para a liquidação da situação de agressão, desestabilização e de guerra que prevalece nesses países, de acordo com os interesses sagrados desses dois Estados soberanos e de modo a criar um clima de paz, respeito e compreensão duradouros na Região».

A Declaração Final da III Cimeira não deixou passar em claro — apesar de nunca referir o nome de Portugal — a impunidade que o governo de Lisboa concede aos grupos contra-revolucionários angolanos e moçambicanos para as suas livres conspirações em território nacional, como tem vindo a ser insistentemente relatado pela Imprensa portuguesa. Os «cinco» declaram-se assim, particularmente preocupados com «o facto de que certos países com que os seus Estados mantêm relações normais e de amizade permitem que os seus territórios sirvam de base de apoio para o fomento e preparação de acções subversivas e terroristas. Consideram que a tolerância perante estas acções que se traduzem em destruição de vidas e

bens torna-se, na prática, numa cumplicidade para com os agressores dos nossos povos e reflecte uma atitude inamistosa para com os nossos governos».

A representação diplomática portuguesa não teve oportunidade de interpretar esta intencional referência durante a leitura da Declaração Final feita pelo ministro dos Negócios Estrangeiros cabo-verdiano, Silvino da Luz, na sessão de encerramento da Cimeira, pois foi a embaixada instalada na Praia que mais se salientou por uma total ausência durante os dois dias da conferência. Em contrapartida, Ramalho Eanes foi o único Chefe de Estado que enviou uma saudação aos seus congéneres reunidos na capital cabo-verdiana.

Identidade de pontos de vista

No respeitante às negociações para a independência da Namíbia, os «cinco» constataram que, apesar de se ter registado um «certo progresso», verificam-se manobras «tendentes a travar as negociações em curso». Depois de reafirmar o seu apoio ao plano das Nações Unidas, inserido na resolução 435 do Conselho de Segurança, e de denunciar as tentativas de estabelecimento de uma ligação entre a presença de tropas cubanas em território angolano e a independência da Namíbia, a Cimeira exprimiu o seu total apoio à posição do governo de Luanda sobre esta questão e denunciou quaisquer manobras tendentes a responsabilizar Angola pelo atraso na conclusão das negociações. Um aspecto inicial dessas manobras poderá ser o recente e inesperado optimismo manifestado por elementos oficiais dos países do Grupo de Contacto.

A identidade de posições dos «cinco» manifestou-se igualmente nas outras grandes questões da cena política internacional.

Os Chefes de Estado da Cimeira exprimiram a sua solidariedade com o povo sul-africano, regozijaram-se pela admissão da RASD na OUA e concluíram que a não realização da 19.^a Cimeira da Organização da Unidade Africana faz parte de «uma



estratégia mais ampla do imperialismo e que visa a paralisação, senão a destruição, de instâncias internacionais que desempenham um papel activo na luta pela emancipação política e económica dos povos».

Os «cinco» denunciaram o genocídio que o exército indonésio pratica sobre o povo de Timor-Leste e renovaram o seu apoio à Fretilin, e também condenaram a multiplicação de bases militares e a nuclearização do Oceano Índico. A Cimeira deplorou a continuação da guerra entre o Irão e o Iraque, manifestando o seu apoio para a realização da 7.^a Cimeira dos Não-Alinhados na capital indiana.

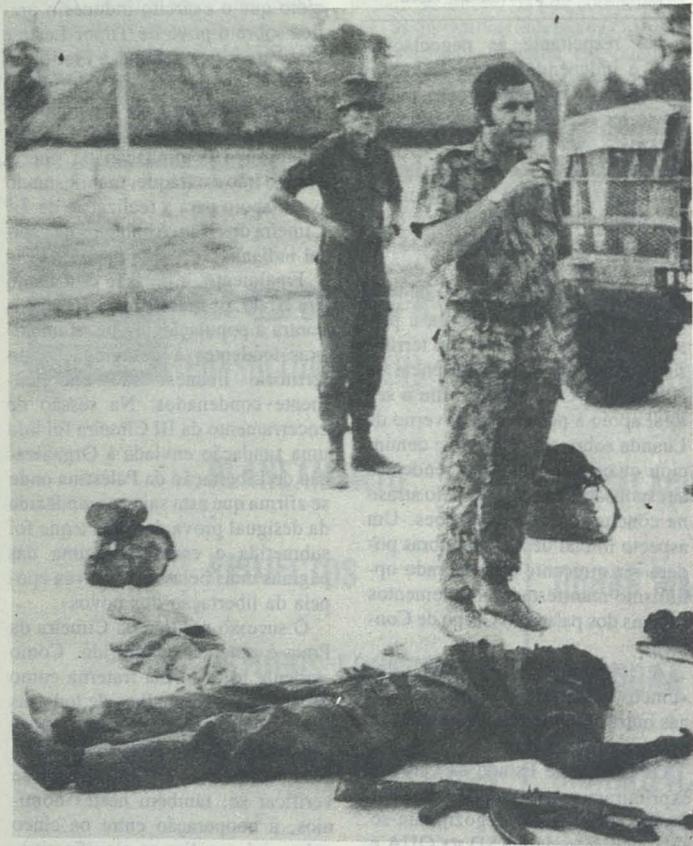
Finalmente, a invasão do Líbano por Israel, os massacres perpetrados contra a população civil e as manobras tendentes à desagregação do território libanês, são energeticamente condenados. Na sessão de encerramento da III Cimeira foi lida uma saudação enviada à Organização de Libertação da Palestina onde se afirma que esta saiu engrandecida da desigual prova de força a que foi submetida e escreveu, «uma das páginas mais belas da moderna epopeia da libertação dos povos».

O sucesso político da Cimeira da Praia é um facto adquirido. Como evidente foi a forma fraterna como decorreram os trabalhos de todas as delegações presentes. Resta agora aguardar a implementação das decisões económicas e técnicas para se verificar se, também nestes domínios, a cooperação entre os cinco países irá ampliar-se significativamente e corresponder ao esperado. □

Namíbia

Pretória tenta ganhar tempo

Torna-se evidente o desejo de sul-africanos e norte-americanos complicarem as discussões, de forma a evitar que o fundamental seja resolvido e para que a vontade do povo namíbio seja uma vez mais ludibriada



Apesar dos massacres sobre a população namíbia e angolana, o exército racista é impotente para travar a libertação da Namíbia, conduzida pela SWAPO

EM Washington, Nova Iorque e Pretória, as declarações otimistas sobre o futuro da Namíbia repetem-se em cada semana. Para o Departamento de Estado e para o regime sul-africano é como se a solução do velho problema da ex-colônia alemã da África do Sudoeste estivesse ao alcance da mão. O optimismo oficial não chega sequer a ser ofuscado por notícias pouco tranquilizadoras como a do ataque maciço de forças sul-africanas contra objectivos situados 200 km dentro de território angolano. Nesse último ataque foram mortas 113 pessoas, elevando para mais de 500 o número de vítimas dos repetidos *raids* racistas dentro de Angola desde Junho (ver último número de *cadernos*. As novas agressões do «apartheid»).

Mas enquanto norte-americanos e sul-africanos fazem o possível para espalhar a ideia de uma breve solução da guerra na Namíbia, o movimento Organização do Povo da África do Sudoeste (SWAPO), e todos os países da Linha da Frente (Angola, Moçambique, Zimbábue, Tanzania e Zâmbia) mostram-se extremamente cépticos e cautelosos.

Essa disparidade de atitudes é o resultado básico da situação militar no sul da África. A campanha de propaganda do regime do *apartheid* em torno da Namíbia tem como principais objectivos tentar minimizar, na Europa e nos Estados Unidos, as agressões da África do Sul contra os seus vizinhos e, ao mesmo tempo, apresentar-se como querendo «a paz e o fim da guerra». Mas, na verdade, o governo de Pretória hostiliza e massacra as populações do sul de Angola, perto da fronteira com a Namíbia, e tem impedido, com as suas permanentes agressões, a normalização da vida nas províncias meridionais daquele país.

Ao mencionar um possível cessar-fogo, os sul-africanos puseram em prática a estratégia de tentar aparentar objectivos pacíficos e conciliatórios, exigindo em contrapartida que Angola adopte idêntico procedimento, o que — segundo eles —

implicaria dispensar a ajuda militar cubana.

O impasse diplomático

Essa é a situação a nível da guerra de propaganda. No nível das discussões diplomáticas entre os países da Linha da Frente, a SWAPO, a África do Sul e o chamado Grupo de Contacto (formado por EUA, França, Inglaterra, Alemanha Federal e Canadá) o problema arrasta-se a um ritmo muito lento devido às sistemáticas restrições da África do Sul a qualquer projecto que possa levar à independência da Namíbia com a SWAPO no poder.

As discussões baseiam-se, há mais de um ano, num plano de três fases apresentado pelo Grupo de Contacto. A primeira fase está ligada à definição do sistema eleitoral, que escolherá a futura Assembleia Nacional, elaborará a Constituição e organizará a passagem para a independência. A segunda fase trata dos pormenores sobre o período de transição, supervisão das eleições e retirada de tropas. E, finalmente, a terceira fase sobre a transferência do poder. Essa já é uma versão modificada do plano do Grupo de Contacto, depois que a África do Sul vetou a versão original.

A discussão da primeira fase chegou a um impasse. A SWAPO recusou o sistema eleitoral duplo proposto pelas cinco nações ocidentais. O sistema estabelecia que metade da Assembleia Constituinte seria eleita pelo voto proporcional, em que cada partido teria direito a um determinado número de lugares, com base na percentagem geral dos votos. A outra metade seria eleita pelo sistema de maioria simples. Na prática, isso equivale a um processo no qual cada eleitor tem direito a dois votos. O sistema procura também manter intacto o poder da minoria branca, que teria uma representação parlamentar muito maior do que aquela que lhe caberia pelo sistema da contagem simples dos votos, como em qualquer outra democracia.

O veto da SWAPO deitou por terra as esperanças do Grupo de

Contacto de ter pronto, em meados de Agosto, já todo um esquema de solução do problema criado há 67 anos, quando a África do Sul recebeu em fideicomisso a administração da Namíbia da então Liga das Nações e mais tarde se recusou a dar a independência à ex-colónia alemã. O subsecretário de Estado norte-americano, Chester Crocker, convenceu então os seus colegas do Grupo de Contacto, e mais tarde também a África do Sul, a abandonarem o sistema de fases e passarem à discussão conjunta de todas as questões, procurando ver em primeiro lugar aquelas onde é possível um acordo.

Os países da Linha da Frente têm adoptado como posição básica nas negociações, os termos da resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU estabelecendo eleições directas e livres para a Assembleia Constituinte, um período de sete meses de transição sob vigilância de uma força de paz da ONU, um cessar fogo e a criação de uma zona desmilitarizada na fronteira entre Angola e a Namíbia. Como a África do Sul não aceita a ONU, o Grupo de Contacto tem tentado encontrar soluções intermediárias.

Mas, na verdade, a situação está agora numa espécie de impasse. A questão do «um homem, dois votos» foi abandonada devido à total oposição da SWAPO pelo carácter anti-democrático dessa medida. Tudo depende do que a África do Sul vai propor ou vai aceitar. Essa é a questão de «um homem, dois votos» estão propositadamente a tentar baralhar o jogo aos olhos da opinião pública ocidental para ocultar a sua rejeição sistemática da realização de eleições livres e democráticas na Namíbia.

Manobras e mais manobras

Mais recentemente, o governo de Pretória passou a mencionar a possibilidade de um cessar-fogo. Evidentemente, os países da Linha da Frente, e especialmente Angola, não se opõem a isso, mas sabem que não passa tudo de uma manobra diplomática. O cessar-fogo não será supervisionado por ninguém e nem

foi feita qualquer referência à retirada das tropas sul-africanas que há vários meses invadem sistematicamente o sul de Angola. Com isso, Pretória pode a qualquer momento alegar que o cessar-fogo que ela própria anunciou foi rompido, como justificativa para novas represálias militares ou para novas intransigências diplomáticas.

Uma parte importante dessa operação de bloqueio já ficou clara quando o primeiro-ministro sul-africano P. W. Botha disse numa entrevista, na base militar de Oshiello, no norte da Namíbia, que qualquer acordo somente poderia ser alcançado com a retirada simultânea das tropas cubanas em Angola. Botha estava propositadamente a misturar o problema da Namíbia com uma decisão que só compete ao governo de Luanda, mas que no quadro da política do presidente Ronald Reagan poderia sensibilizar a opinião pública norte-americana. Mas Angola já respondeu que uma coisa não tem nada a ver com a outra e que os acordos militares com Cuba são uma questão da sua política interna.

A manobra sul-africana segue a tradicional linha de procurar sempre objectivos laterais de maneira a justificar adiamentos sucessivos na solução do problema principal. Botha procura envolver o presidente Ronald Reagan na manobra da retirada cubana. Reagan, com a sua posição



belicista e anti-soviética, prometeu aos seus eleitores que faria o possível para tirar os cubanos de Angola e impedir o que ele chamou de ampliação da «influência soviética» no sul da África. Mas a diplomacia norte-americana sabe que a questão não é tão simples.

Ultimamente têm surgido sinais de que os Estados Unidos estariam a procurar sondar Angola sobre a questão dos cubanos. Além de importantes delegações de empresários, como David Rockefeller, também o misterioso Vernon Walter esteve em Luanda, na segunda semana de Junho passado.

A vinculação da retirada cubana com o acordo na Namíbia tem objectivos ainda mais vastos. O mesmo Chester Crocker, numa entrevista dada em Julho à revista norte-americana *África News*, deixou claro que o governo norte-americano está a usar a pressão militar sul-africana contra Angola com o objectivo de forçar mudanças no governo de Luanda. Crocker disse,

em síntese, que o Departamento de Estado põe em questão a legitimidade do governo do MPLA — Partido do Trabalho, alegando que esse governo foi empossado graças à presença de soldados cubanos. O subsecretário de Estado não menciona o facto de que os cubanos foram chamados pelo presidente Agostinho Neto justamente para colaborar na defesa de Luanda, ameaçada pelas tropas sul-africanas no final de 1975, após a independência, quando o MPLA já estava no poder.

O funcionário norte-americano tenta seduzir as autoridades angolanas com a oferta de que uma retirada cubana seria «premiada» com um cessar-fogo por parte da África do Sul e promover a possibilidade de um acordo do MPLA com a UNITA, apoiada directamente pela África do Sul. Porém, esquece que a organização fantoche de Savimbi já foi derrotada militarmente pelo MPLA com um alto custo humano e material, nos meses anteriores à independência. Também esquece que o

governo de Luanda não tem nenhum motivo para confiar agora — sete anos depois, e sem nunca ter deixado de sofrer a sabotagem da UNITA — que Savimbi venha a actuar em relação aos inimigos de Angola com a independência que nunca teve no passado.

Jogando com o tempo

Mais uma vez fica evidente o desejo dos sul-africanos, e também dos norte-americanos, de complicar as discussões para evitar que o fundamental seja resolvido e para ludibriar a vontade do povo da Namíbia. Essa tática já foi inclusive denunciada por funcionários diplomáticos da França e Alemanha Ocidental, dois membros do Grupo de Contacto. Mas, objectivamente, pouca coisa pode ser feita pelos países da Linha da Frente para mudar, a curto prazo, essa tática sul-africana de adiantamentos sucessivos.

Os sul-africanos já têm no seu arsenal diplomático mais duas

ACTO DOS FEITOS

«Acto dos Feitos da Guiné apresenta a factura aos fascistas portugueses que colonizaram, exploraram e, finalmente, fizeram a guerra. Aliás o filme é também um ajuste de contas com o colonialismo em geral»

Verenna Zimmermann, Basler Zeitung, Basileia

«Um filme que gera discussões, que põe problemas, que abre algumas feridas, e tudo feito de forma didáctica e inteligente»

Mário Damas Nunes, O Sete

«Dois planos actuaem constantemente em interacção: o do documento fotográfico ou filmico de uma realidade social, política, humana e o da reflexão que ela suscita em termos de História»

M.V.C., «Diário de Lisboa»

«Aproveitamos para vos elogiar quanto à boa qualidade do referido filme»

Associação dos
Deficientes das Forças
Armadas (ADFA)



DA GUINÉ

Um filme de

**FERNANDO
MATOS SILVA**

PRODUZIDO
E
DISTRIBUÍDO
POR

**CINEQUIPA -
Grupo de
Cinema
Experimental,
C.R.L.**

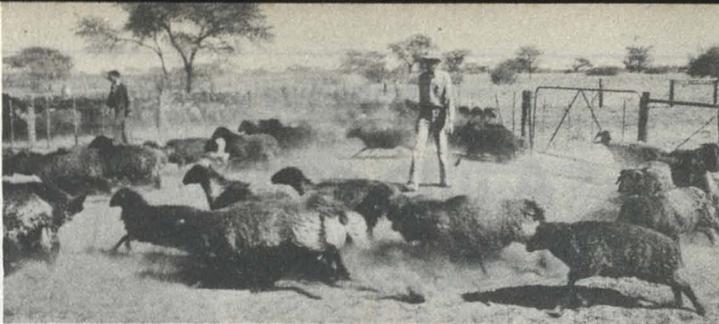
R. da Palmeira, 7
1200 LISBOA

Telefones:
321 054
371 709
366 631

armas de diversão. Uma é a ameaça de realizar, em Março, novas eleições internas na Namíbia. Em Dezembro de 78, os sul-africanos promoveram eleições sem a participação da SWAPO, na tentativa de criar a imagem de um governo supostamente multi-racial, chefiado pelo Partido Aliança Democrática Turnhalle (DTA) totalmente submetido à política de Pretória. As novas eleições visam tentar recompor o abalado prestígio da DTA que não conseguiu concretizar nenhuma das suas promessas eleitorais de 78, nem no plano económico, nem no plano da concessão de maiores direitos para a maioria negra do país. Mas os países da Linha da Frente acreditam que o novo pleito tem objectivos mais amplos, e estaria ligado ao desejo de Pretória de conceder a independência unilateral da Namíbia, numa repetição aproximada da rebelião racista liderada por Ian Smith na antiga Rodésia em 1965.

A outra medida de retardamento é a exigência sul-africana de que a ONU retire o seu reconhecimento da SWAPO, como representante legítima do povo da Namíbia. Porém, os sul-africanos não mencionam um pormenor: foi o regime racista de Pretória que, desde 1971, ignorou a decisão da ONU em considerar ilegal a ocupação da Namíbia, mesmo depois de ultrapassado o prazo de tutela provisória dada pela antiga Liga das Nações (a precursora da ONU).

A África do Sul alega que a ONU não é «imparcial» na questão da Namíbia, portanto não pode participar da elaboração de um acordo e nem mesmo da Força de Paz que eventualmente supervisionará a passagem à independência. Os sul-africanos gostariam que a ONU emitisse um documento renegando o reconhecimento da SWAPO. Só que isso é inviável, no actual contexto da Assembleia Geral. É, pelo contrário, o regime da África do Sul que reiteradamente tem sido objecto de resoluções condenatórias da sua política racista e intervencionista.



Uma herdade na Namíbia. O regime do 'apartheid' tem provocado a acumulação fácil para os colonos brancos

Anel de fortificações

Todos estes factores mostram que a tática sul-africana está claramente orientada no sentido de retardar uma solução aceitável na Namíbia, ganhar tempo e jogar com os acontecimentos do futuro. Esta visão foi compartilhada inclusive pelo jornal liberal sul-africano *Rand Daily Mail* que, num artigo publicado em Abril e assinado por Benjamin Pogrund, afirmou que «vista de Windhoek, a perspectiva de um acordo rápido sobre o Sudoeste Africano aparece claramente como uma miragem».

O jornalista do *Rand Daily Mail* afirma que «através dos anos, a África do Sul construiu um anel de fortificações militares ao longo da fronteira entre a Namíbia e Angola. Se tivesse, num futuro imediato, de dar a independência total à Namíbia, a África do Sul já estaria a desmontar essas fortificações e a construir outras ao longo do rio Orange, a fronteira entre o território da República Sul-Africana e a Namíbia. Mas nada disso está a acontecer».

Noutro trecho da reportagem, o mesmo articulista afirma que a «convocação anual de reservistas foi estendida em 1982 até aos homens de 60 anos, para preencher as necessidades de mobilização militar da Namíbia». Além disso, Benjamin Pogrund diz que «diante de todos os acontecimentos do passado, não há a menor dúvida de que uma eleição sob supervisão internacional na Namíbia, levará a uma vitória da SWAPO».

Por isso, conclui o artigo do *Rand Daily Mail* «deve-se esperar que a

África do Sul continue a jogar com o tempo, alongando as negociações, levantando obstáculos legítimos ou criando outros com aparência de legitimidade. Por outras palavras, a África do Sul vai manter a mesma diplomacia fria dos últimos 36 anos, quando pela primeira vez ela desafiou as ordens da ONU na ocupação da Namíbia. Mais uma vez a África do Sul vai tentar ludibriar o mundo».

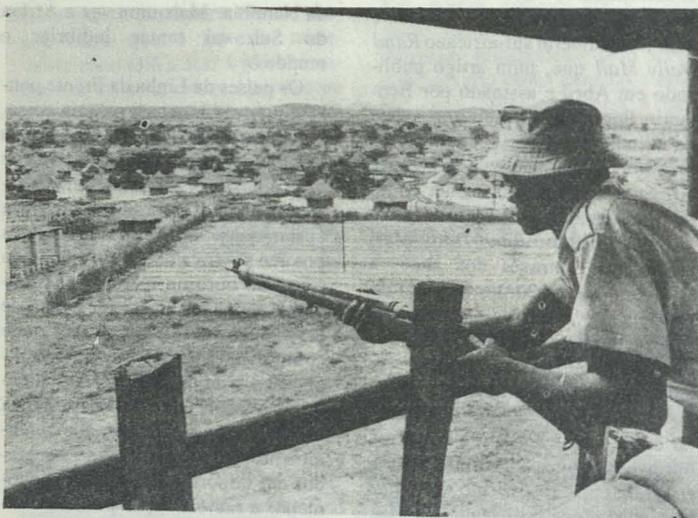
Os países da Linha da Frente pensam mais ou menos a mesma coisa. Os líderes da SWAPO chegam a afirmar que somente para o ano que vem é possível surgir alguma esperança real de acordo. A guerra está a custar quase um bilião de dólares por ano à África do Sul. A queda do preço do ouro no mercado internacional reduziu em 1/3 a entrada de divisas internacionais no país, que continua no entanto solidamente ligado ao sistema financeiro ocidental. Esses dois factores pressionam a favor de uma aceleração dos entendimentos, mas estão sendo superados em importância por outro fenómeno: a radicalização política dentro da própria África do Sul.

Há um fortalecimento constante dos grupos que advogam soluções de força para o problema da Namíbia. A crescente extrema-direita sul-africana tem-se mostrado muito influenciada pela ideologia expansionista de Israel. Na imprensa de Joanesburgo, têm sido frequentes as referências a uma possível «libanização» da Namíbia, com um ataque em larga escala ao território angolano. Embora os sul-africanos não tenham ilusões sobre a capacidade militar angolana de se defender e repelir todo e qualquer invasor. □

Zimbabwe

A luta contra o cerco racista

A desestabilização do governo de Robert Mugabe é um objectivo central da estratégia de Pretória. O surgimento de divergências tribais e as campanhas de boatos sobre o ataque a colonos brancos visam desacreditar os êxitos obtidos pelo primeiro-ministro zimbabwense



Os sintomas de uma tentativa de desestabilização do Governo de Robert Mugabe tornaram-se evidentes no final do mês de Julho, quando seis turistas estrangeiros foram sequestrados e sabotadores destruíram, pouco depois, 13 aviões da Força Aérea, quase um terço do efectivo total do país, num ataque realizado por profissionais contra a base de Tornhill, na cidade de Gweru.

O sequestro foi efectuado por adeptos de Joshua Nkomo, líder do segundo partido mais importante do

Zimbabwe, a União Popular Africana do Zimbabwe (ZAPU). Em troca da libertação dos seis reféns (dois norte-americanos, dois europeus e dois australianos), os sequestradores exigiam a libertação de presos acusados de manter um depósito clandestino de armas do grupo de Nkomo. No caso do ataque contra a base da Força Aérea, seis brancos e cinco negros foram detidos como suspeitos. Todos eles pertenciam à Força Aérea, e todos os negros estavam também ligados à ZAPU.

A ligação dos brancos envolvidos na sabotagem aos serviços secretos da África do Sul surge como muito provável nos primeiros resultados das investigações. Mais recentemente, o primeiro-ministro Robert Mugabe denunciou numa conferência de Imprensa, a que assistiu todo o corpo diplomático em Harare, que no Sul do Zimbabwe, forças sul-africanas cruzaram a fronteira e entraram em choque com unidades militares baseadas ao sul de Rutenga. Cinco soldados teriam morrido nos confrontos.

Estes são os grandes factos, que deram repercussão internacional às manobras de desestabilização do Governo liderado pelo Partido ZANU (União Nacional Africana do Zimbabwe). Mas no dia-a-dia do Zimbabwe, a sabotagem económica e as tentativas de aterrorização dos civis aumentaram muito nos últimos meses. Os alvos principais são a cúpula do Governo e membros da comunidade branca. Os dissidentes estão claramente interessados em criar pânico entre os descendentes dos colonos europeus, numa tentativa de provocar um êxodo que teria imediatas repercussões económicas. Em dois anos de Governo, Mugabe teve como uma das suas preocupações principais evitar que a luta pela independência económica se transformasse num confronto racial. Por isso, procurou e conseguiu convencer os dirigentes da comunidade branca de que o Governo pós-independência não usaria os mesmos recursos discriminatórios da era colonial.

A batalha económica

A economia do Zimbabwe ainda é largamente dependente dos sectores brancos, nomeadamente na agricultura e na indústria. Os técnicos de origem europeia são também os responsáveis pelo sistema de transporte e das comunicações. Um êxodo em massa provocaria o caos económico, criando as condições necessárias para que a África do Sul use a crise interna para interferir mais abertamente no Zimbabwe.

O primeiro-ministro Mugabe está convencido que o seu ex-aliado na



Robert Mugabe: evitar que a luta pela independência económica se transforme num confronto racial

guerra pela independência. Joshua Nkomo, é uma peça importante na crise actual. O Governo afastou Nkomo do Ministério do Interior em Fevereiro passado, quando foi descoberto um depósito clandestino de armas numa fazenda de propriedade da ZAPU. A aliança ZANU-ZAPU no executivo não foi oficialmente desfeita (dois ministros de Nkomo continuam no Governo) e nem o dirigente da ZAPU passou formalmente para a oposição. Mas, nas bases de ambos os partidos, as relações políticas estão muito deterioradas.

Em três meses, calcula-se em cerca de 1200 os soldados da ZAPU, (integrados no Exército regular junto com os da ZANU) que desertaram com armas e uniformes. Também é público que muitos dos membros da ZAPU não entregaram

as armas que tinham em seu poder durante a guerrilha pela independência, quando Mugabe ordenou a desmobilização das unidades insurreccionais, para formar um Exército nacional único. Os depósitos de armas recebidas da União Soviética continuam em lugares secretos da Zâmbia e Botswana. Isso cria um perigoso elemento de tensão racial. A maioria dos membros da ZANU pertence ao grupo étnico dos *shona* (60% da população do Zimbábue) enquanto que os membros da ZAPU são na esmagadora maioria *ndabele* (30% da população). Os dois grupos têm rivalidades históricas que foram sempre habilmente manipuladas pelos colonos brancos. Agora, existe o risco de que essas divergências venham novamente a ser agravadas.

A divisão da ZAPU

A posição de Nkomo na crise actual é bastante dúbia. As pessoas que o conhecem mais de perto garantem que ele está em total oposição ao primeiro-ministro Robert Mugabe. Só não rompeu ainda com a ZANU devido a resistências internas surgidas dentro do seu próprio partido. Vários dirigentes da ZAPU que participaram no governo nos dois anos posteriores à independência não são radicalmente contrários a Mugabe. Discordam em alguns pontos, mas acham que o chefe do governo é um político sério e capaz de levar o país à independência completa.

É essa divisão dentro da ZAPU que, de certa maneira, impediu o rompimento total entre os dois partidos que lutaram juntos contra a dominação colonial. Ela é também o resultado da habilidade política de Mugabe que tem conseguido evitar excessos entre os seus próprios adeptos.

Até agora não surgiu nenhum indício de ligações do movimento de Joshua Nkomo com a África do Sul. No passado, o líder da ZAPU teve contactos com os racistas sul-africanos, e durante o período colonial chegou a ter um encontro reservado com Ian Smith, o dirigente branco da então Rodésia. Nkomo era apontado também como amigo do empresário inglês Tiny Rowlands, o director da poderosa transnacional Lonrho, que tem interesses minerais na Zâmbia, África do Sul e Zimbábue.

Embora sem vínculos directos com Pretória, as manobras desestabilizadoras da ZAPU criaram uma situação delicada. O enfraquecimento do poder de Mugabe beneficia directamente a África do Sul, cujo objectivo prioritário na região é manter uma presença militar e económica hegemónica.

A aspiração de uma presença militar hegemónica faz com que nenhum dos países vizinhos se possa sentir seguro (de facto todos eles têm sido agredidos) e diminuem as possibilidades deles poderem ajudar

Ainda está a tempo de adquirir os números anteriores do I VOLUME de "Africa"...

Africa⁷

LITERATURA-ARTE E CULTURA



Africa⁸

LITERATURA-ARTE E CULTURA



Africa⁹

LITERATURA-ARTE E CULTURA



Se os não encontrar na sua livraria peça-os directamente a **ÁFRICA EDITORA**
Rua Santa Cruz, Lote 9, 3.º E
2780 Oeiras - tel. 2435796



Joshua Nkomo

a oposição anti-racista dentro da própria África do Sul. É o preço que Moçambique e Angola estão a pagar pela solidariedade para com o Congresso Nacional Africano (ANC) e a SWAPO, e pela coerência e independência das suas políticas internas. É o preço que o Zimbabwe começa também a pagar.

Objectivos dos racistas

A hegemonia económica regional é fundamental para o *apartheid*. Ela tem como objectivo fundamental manter a dependência dos países da África Austral em relação ao centro financeiro de Joanesburgo. Por isso, a África do Sul tem boicotado sistematicamente — até mesmo com o recurso à força militar — a tentativa dos países negros vizinhos de criarem uma associação económica alternativa (a SADCC tem sido particularmente combatida por Pretória).

Nesse contexto, o Zimbabwe ocupa um lugar muito importante. Pelo grau de desenvolvimento económico já alcançado por essa ex-colónia inglesa; pelas riquezas minerais do seu subsolo, pela produtividade da agricultura e pelo desenvolvimento da sua infra-estrutura, o Zimbabwe é dos países da África Austral, aquele que tem mais condições, a curto prazo, para se transformar num centro económico alternativo em relação à África do Sul.

O problema é que o Zimbabwe — país sem saída para o mar — depende de transportes e comunicações que, na sua maior parte, passam pelo território sul-africano.

Existe uma saída para o mar, por Moçambique. É a mais curta e mais lógica, mas ela está submetida a um sistemático bloqueio por parte de um grupo armado a soldo da África do Sul. Tanto a linha de caminho-de-ferro Beira-Umtali como o oleoduto que liga Moçambique ao Zimbabwe têm sido atacados com muita frequência pelo MRN (Movimento de Resistência Nacional, ver número 46, Agosto, de **cadernos**) como parte dos planos sul-africanos para sabotar a integração dos países da África Austral.

E nesse contexto, a desestabilização do governo Mugabe é um objectivo chave da estratégia racista. O surgimento de divergências tribais, bem como os exageros sobre ataques contra colonos brancos visam minimizar os êxitos obtidos pelo primeiro-ministro. O problema das divergências tribais abala o eixo da principal preocupação política da ZANU, ou seja, a criação de um sistema de partido forte e ideologicamente coerente. A eventualidade de um partido com estas características é obviamente vista com muita preocupação pela África do Sul. Caso se concretize, haveria uma unificação dos movimentos políticos que lutam pela mudança das estruturas sociais e económicas do país. E nessa unidade não haveria terreno fértil para as intrigas e manobras dos racistas. A África do Sul perderia aliados potenciais. Só lhe restaria o apoio de grupos como a UNITA em Angola ou o MRN, em Moçambique, com os quais, por estarem fora do sistema, por serem marginais, a África do Sul prefere não se identificar abertamente. Porém, na falta de outras alternativas, e diante da importância económica e do prestígio político que Mugabe tem não só entre os governos independentes vizinhos, como também entre membros da comunidade branca do Zimbabwe e entre dirigentes europeus, é fundamental para a África do Sul desestabilizar o seu governo. E para esse objectivo, o regime racista já deixou claro que usará todos os meios disponíveis, inclusive o ataque armado. (C.C.)

Operação Fénix

O massacre de civis nos campos de refugiados de Sabra e Shatila não se tratou apenas de «um excesso condenável» mas parte de um plano premeditado de extermínio

Roberto Remo

«Plano Sharon», denunciado por cadernos do terceiro mundo na última edição, continua a ser cumprido à letra. Para aqueles que não o leram nessa oportunidade, devemos lembrar que os pormenores do plano foram publicados em Março deste ano (três meses antes da invasão do Líbano pelas forças israelitas) na revista *Israel & Palestine*, editada em inglês, em Paris.

Ali podia-se ler textualmente: «Os planos (do ministro da Defesa israelita, Ariel Sharon) prevêem a ocupação da capital libanesa para assassinar ou destruir toda a actual direcção da OLP. A tomada de Beirute seria acompanhada por uma internacionalização da ocupação do Líbano e acabaria com a retirada israelita (logo que terminasse a primeira onda de assassinatos em massa) para ser substituída por uma força internacional sob o controlo norte-americano. Não é por acaso que parte dos actuais funcionários norte-americanos da embaixada de Beirute tinha desempenhado funções, no passado, no Laos, Tailândia e Vietname, onde participaram no planeamento da 'Operação Fénix': o assassinato maciço de vietnamitas suspeitos de serem simpatizantes do Vietcong».

A encarniçada resistência palestina parecia ter driblado Sharon. Israel não conseguiu tomar Beirute Ocidental em dois meses de guerra, e tanto a direcção palestina como os combatentes da OLP retiraram de Beirute sob a escolta — e até com

honras militares — de uma força multinacional norte-americano-franco-italiana.

Mas nem por isso Sharon iria renunciar aos seus objectivos. A força que supervisionava o cessar-fogo retirou de Beirute assim que o último palestino armado partiu, deixando sem defesa milhares de civis palestinos e libaneses muçulmanos, isolados entre os fogos dos seus arqui-inimigos cristãos maronitas, a leste, e o exército israelita, ao sul.

A poeira da explosão que matou o recém-nomeado presidente libanês Bashir Gemayel ainda não havia as-

sentado e já Israel aproveitava o pretexto para avançar sobre Beirute Ocidental e tomar toda a capital, violando descaradamente o cessar-fogo. Gemayel tinha muitos inimigos e nenhum dentre eles assumiu a responsabilidade da bomba (100 quilos de dinamite) que pôs fim à sua vida. Podem ter sido as milícias cristãs do ex-presidente Camille Chamoun — apelidados «os tigres» — contra os quais a falange *Kataeb* de Gemayel lutou várias vezes, até Bashir conseguir impor a sua direcção política e militar sobre toda a comunidade maronita. Podem ter



Os corpos demonstram a hipocrisia das justificativas de Sharon

sido libaneses muçulmanos, contra os quais Gemayel lutou numa sangrenta guerra civil, em 1976. Podem ter sido agentes de qualquer país árabe, já que todos eles foram desafiados por Gemayel quando este se aliou a Israel. Mas de uma coisa se pode ter a certeza: não foram os palestinos, cujos combatentes já estavam fora do Líbano. E, é de surpreender que a ninguém tenha ocorrido levantar a hipótese de que o atentado possa ter sido obra dos próprios israelitas. No fim de contas, qualquer romance policial de segunda ordem ensina que a primeira pergunta a ser feita é quem lucra com o crime. E, por outro lado, muitos judeus devem lembrar-se do papel do clã de Gemayel como aliado dos nazis-fascistas durante a Segunda Guerra Mundial, embora esse passado recente não pareça preocupar Begin e Sharon, que agora acusam o Vaticano de não ter defendido os judeus naquela oportunidade, mas não vacilam em firmar uma aliança com um partido que continua a chamar-se «falangista» e que jamais renegou esse passado.

Monumento à hipocrisia

«As forças israelitas tomaram posições em Beirute Ocidental para prevenir o perigo da violência, o derramamento de sangue e a anarquia», afirmou o gabinete israelita para justificar a invasão.

A frase merece ser gravada em mármore sobre as ruínas dos acampamentos de Sabra e Shatila, para que ninguém esqueça tamanha hipocrisia. Enquanto se comemorava em Israel o Ano Novo do Judeu, os soldados israelitas em Beirute iluminavam o céu com fogos de artifício. Não estavam a festejar. Estavam a iluminar a cena para que as falanges *Kataeb*, no melhor estilo dos seus modelos nazis, vingassem a morte de um líder, assassinando impunemente quase dois mil civis em Sabra e Shatila.

Os pormenores do massacre são conhecidos. Não havia homens com idade ou condições para lutar nesses campos, porque todos os combatentes palestinos tinham sido já evacuados. As vítimas foram crianças,

anciãos, mulheres e houve até animais sacrificados.

A revista *Time* registou que tudo aquilo não poderia ter sido possível sem a «cumplicidade, descuido ou incompetência» das forças israelitas encarregadas de evitar «a violência, o derramamento de sangue e a anarquia». As hipóteses de incompetência ou descuido não resistem a nenhuma análise. E o próprio termo «cumplicidade» é fraco demais. Quem abre a porta do curral de ovelhas, pode ser considerado apenas cúmplice do lobo? Afinal, o próprio Sharon já começa a admitir a sua responsabilidade.

Os pretextos israelitas disfarçavam tão mal o crime, como aquela frase atribuída aos cangaceiros do nordeste brasileiro: «Quem mata é Deus, eu só puxo o gatilho...»

O que não deve ser esquecido, na hora de julgar os criminosos (e o próprio Simon Wisenthal, o famoso «caçador de nazis», afirmou que, se os responsáveis não forem julgados, os judeus não poderão exigir mais o julgamento dos que ordenaram e executaram o *Holocausto*, durante a Segunda Guerra Mundial), é que existe um plano friamente traçado por detrás dos «excessos» em Beirute Ocidental. Um plano que Washington conhece e com o qual a administração Reagan colabora.

Como explicar então a presença de tantos veteranos das guerras da Indochina na embaixada norte-americana do Líbano? Como explicar a rápida retirada das tropas norte-americanas de Beirute Ocidental? Por acaso Reagan acreditou na palavra de Begin depois que ele anexou Jerusalém contra a posição da Casa Branca, anexou os montes Golan contra a opinião da Casa Branca, continua a instalar colónias na Cisjordânia contra a opinião da Casa Branca, e invadiu o Líbano contra a opinião da Casa Branca?

Entretanto, em momento algum a Casa Branca ameaçou sequer cortar os fornecimentos de armas e dólares que sustentam Israel e possibilitam a continuidade desses «desacatos».

A carta trabalhista

Ultimamente, insinua-se que algo

começou a mudar nas relações norte-americano-israelitas. Por um lado, porque a violência inaudita da guerra em Beirute chegou aos vídeos da televisão dos norte-americanos e estes — como todos os homens e mulheres do mundo — reagiram com horror. Por outro, porque poderosos grupos transnacionais já não estão interessados na política agressiva de Israel e prefeririam uma aliança com os árabes «moderados» (Egipto, Arábia Saudita, alguns emiratos do Golfo), impossível de ser alcançada sem forçar Israel a fazer algumas concessões.

Por isso, o *premier* israelita denuncia agora uma campanha de desestabilização contra ele, salientando que «não é Allende». A comparação é um insulto à memória do presidente chileno assassinado, embora seja certo que Washington aposta, cada vez mais, na *carta trabalhista* no Médio Oriente.

O Partido Trabalhista de Shimon Peres explorou, de facto, o escândalo provocado pelo massacre para conquistar posições políticas, mas a sua interpelação ao ministro Sharon no Parlamento israelita ficou muito longe de ser uma contestação radical. Em última instância, foi sob a condução do trabalho que Israel ocupou a Cisjordânia e a Faixa de Gaza em 1967, negando-se desde então a cumprir as resoluções das Nações Unidas, que exigiam a sua retirada.

É muito frágil o argumento de que os trabalhistas poderiam fazer as concessões de que os Estados Unidos precisam para tornar aceitável a sua política perante os aliados árabes. Quando Begin conquistou a posição de primeiro-ministro, em 1977, pensava-se em Washington exactamente o contrário: Begin é um «duro» e, portanto, poderia fazer concessões aos palestinos sem ser acusado de ser fraco, tolerante ou traidor, como o seria, certamente, um governante trabalhista que tentasse fazer a mesma coisa. A história encarregou-se de mostrar a falácia dessa teoria. Poderiam agora os trabalhistas mudar o que já foi feito no caso de chegarem ao poder, sabendo que contariam, apenas, com uma frágil maioria?

Crise de consciência

Mas algo mais profundo que uma simples mudança na coligação governamental está a acontecer em Israel. As 400 mil pessoas (mais de 10% da população do país) que saíram à rua para reivindicar uma investigação honesta das responsabilidades, não estão a pensar em termos de eleições antecipadas ou de renúncias ministeriais, mas atravessam uma dramática crise de consciência. O Estado que se criou como esperança e promessa de que o Holocausto não se tornaria a repetir, utiliza os mesmos métodos criminosos que os judeus sofreram na própria pele há quatro décadas.

Até agora, as denúncias nesse sentido eram consideradas mera propaganda anti-semita pelos cidadãos israelitas e pelas comunidades judaicas do mundo (principalmente nos Estados Unidos), que tornam viável, através do seu apoio, a existência de Israel. Enquanto a guerra era travada entre Israel e os países

árabes vizinhos, em condições de confrontação militar convencional mais ou menos equilibrada, os israelitas viam-se a si próprio no papel de David contra Golias. Agora os papéis inverteram-se e cresce em Israel uma oposição consciente manifestada pelo movimento «Paz Agora» e outras forças político-sociais novas, à margem do tradicional jogo de partidos.

A crise que Israel começa a sofrer é uma crise de Estado, mais do que uma crise de Gabinete. A evolução dessa crise é imprevisível e não depende somente do que aconteça dentro de Israel e das comunidades judias do mundo. A Organização para a Libertação da Palestina está no ápice do seu prestígio internacional: Yasser Arafat recebe honras de chefe de Estado na Europa e a benção papal no Vaticano. Os Estados Unidos procuram redefinir a sua política para com o Médio Oriente e os governos árabes sofrem pressões dos seus povos visando uma tomada de posição mais firme.

Uma sincera autocrítica da maioria dos israelitas poderia conduzir a um diálogo franco com a OLP, um passo prévio para a constituição de um estado palestino ao lado de Israel e, talvez, para uma futura reconciliação que permita — como deseja o programa a longo prazo da OLP — a constituição, em toda a Palestina histórica, de um único Estado, laico e progressista, no qual judeus, muçulmanos e cristãos possam conviver respeitando a igualdade de direitos.

Trata-se de um sonho ainda distante, mas não resta dúvida de que o panorama da região não tornará a ser o mesmo depois de Sabra e Shatila, tal como a situação política no Vietname se tornou irreversível depois do massacre de My Lai. As guerras de libertação não se ganham somente nos campos de batalha, mas também nas manchetes dos jornais, nos canais da televisão e nos púlpitos, onde se forma essa força misteriosa, mas decisiva, que é a consciência da humanidade. □



Os massacres de Sabra e Shatila vieram aumentar em Israel os protestos contra Begin e Sharon

À procura de um Napoleão

O país continua a enfrentar profundas divergências internas. Até onde irá o actual presidente eleito Amin Gemayel?

Beatriz Bissio



NESTE momento, o Líbano precisaria de três homens: Napoleão, para que ganhasse a guerra; Bismarck, para que unificasse a Nação; e Henrique Duntant (fundador da Cruz Vermelha Internacional), para que crurasse as nossas feridas».

Esse comentário da Rádio Nacional do Líbano, nas vésperas da eleição de Bashir Gemayel, ilustra bem as dificuldades que o país dos cedros atravessa; e, sob todos os aspectos, o Líbano não terá no novo presidente, Amin Gemayel, nenhum dos três homens de que precisa.

A saída de Beirute dos combatentes da OLP e a violência inaudita que se desencadeou na cidade depois

dessa retirada demonstram que não era a organização palestina a causa da profunda divisão do Líbano. Existe nesse país uma situação que se arrasta há muitos anos sem solução e que está directamente ligada à luta pelo poder. Uma comunidade cristã maronita, aliada de Israel, domina os principais pilares de um poder que, se fosse democrático, seria pelo menos partilhado em termos reais — não formais como até agora — com a população muçulmana, que é maioritária. Essa mesma população que esteve ao lado dos palestinos nesses difíceis tempos e que agora recebe como herança inesperada da invasão israelita, além de todo o custo material

da guerra, a imposição — disfarçada com uma máscara de eleição indirecta — de um presidente de ideologia fascista; peça fundamental da estratégia israelita para articular, no Líbano, um governo dependente e servil perante Telavive.

Uma segunda África do Sul?

O dirigente máximo da comunidade drusa, Walid Jumblatt, líder do Partido Socialista Progressista, fundado por seu pai, Kamal Jumblatt, em declarações a *Le Matin* de Paris afirmou, ao concretizar-se a retirada da OLP de Beirute, que os libaneses muçulmanos temem ser tratados como a população negra da África do Sul, ou como os palestinos da margem ocidental do Jordão. Isto é, para eles Gemayel na presidência não inspira mais confiança do que se fossem regidos pelas regras do *apartheid*. «Gemayel está preparado para romper o entendimento estabelecido desde 1943 e que, ainda que precariamente, permitiu a maronitas e muçulmanos partilharem o poder no país», declarou Jumblatt.

Representação muçulmana

De acordo com a Constituição do Líbano, o presidente deve ser escolhido entre os membros da comunidade maronita e o primeiro-ministro entre a população muçulmana. Mas será difícil a Gemayel (isso na hipótese de ele estar interessado em respeitar esse preceito constitucional, o que é duvidoso) encontrar um representante dos muçulmanos libaneses

que queira conparticipar na sua gestão sem que ele antes se comprometa a aceitar as reivindicações mínimas dessa comunidade.

O ex-primeiro ministro Saeg Salam, mencionado para o cargo, sem negar nem confirmar que estaria a ser consultado a esse respeito, adiantou que somente começaria a pensar no assunto se Gemayel lhe garantisse que evitaria uma nova guerra civil, dissolvendo todas as milícias, a começar pelas falanges. Afirmou, além disso, que nesse ponto estão de acordo tanto os dirigentes muçulmanos moderados como os líderes da esquerda.

Por outro lado, Salam rejeitou a possibilidade de o Líbano chegar a assinar um acordo de paz com Israel, assinalando que a posição a seguir é a dos demais países árabes, ou seja, de rejeição à aliança formada em Camp David.

Um «triângulo de paz»

Não é essa a versão que anda a espalhar o ministro da Defesa de Israel, Ariel Sharon, que declarou em Nova Iorque que o Líbano ia aderir à estratégia dos acordos de Camp David, criando com Israel e o Egito um «triângulo de paz».

Reunidos em Trípoli, ao norte do Líbano, dirigentes muçulmanos formularam uma declaração na qual qualificaram de «ilegal» a eleição de Bashir Gemayel para a presidência da República e se comprometeram a organizar uma força operacional conjunta político-militar para dirigir o Líbano do Norte (que não foi ocupado por Israel).

Essa posição não mudará com a substituição de um Gemayel por outro. Questões importantes estão ainda sem resposta. Por exemplo: o que irá acontecer às tropas israelitas? Em momento algum, Begin, Sharon ou o próprio Reagan definiram qual era o prazo para a retirada do exército invasor. Tudo permanece no terreno das incógnitas, com declarações contraditórias e evasivas.

Tenta-se condicionar a retirada de Israel à das tropas sírias. Mas não há comparação entre uma e outra. Enquanto Israel entrou no Líbano

como um exército invasor, os sírios estão em território libanês, com a aquiescência das autoridades do país. E poucos libaneses duvidam de que, se não fosse pela presença dos mísseis sírios no Vale de Bekaa e pela importante actuação das suas forças, a invasão israelita teria podido avançar muito mais.

Alguns observadores calculam que, no caso de não se conseguir a retirada israelita ou a dos dois exércitos de forma conjunta, com alguns compromissos por parte do novo presidente, poderia ocorrer uma situação perigosa: a divisão do território libanês entre os dois exércitos. Além de ser um permanente convite para uma nova guerra, isso deixaria o Líbano sem qualquer autoridade real para começar a discutir o seu futuro.

Contudo, uma coisa é clara: no caso de Israel (e Gemayel) insistir em condicionar a retirada das suas forças a uma decisão igual das tropas sírias, a guerra será a espada de Dâmocles que pesará sobre o território libanês durante muito tempo.

Para os sírios, não se trata apenas da defesa dos seus aliados libaneses. Damasco está a menos de 20 quilómetros da fronteira com o Líbano. Tanto o presidente Hafez Assad como os estrategos militares sírios sabem que a hipótese de uma guerra com Israel não pode ser posta de parte. E, nesse sentido, a presença militar no Vale de Bekaa desempenha também um papel de defesa do próprio território sírio. Esses mesmos analistas militares, ao estudarem a evolução do expansionismo israelita, deduziram que a invasão do Líbano não era um fim em si mesmo, mas parte de uma aspiração estratégica e geopolítica dos governantes de Telavive, pela qual a Síria e a Jordânia estão ameaçadas.

Uma ocasião para deixar bem clara a posição síria teve lugar durante a visita do ex-presidente Frangieh a Damasco, no dia 31 de Agosto passado. Nessa oportunidade, o ex-chefe de Estado libanês disse claramente ser contrário à eleição do líder das falanges direitistas.

Líbano, uma população martirizada, permanentemente na mira das armas



tas para a presidência do Líbano: «As forças e as personalidades nacionais rejeitam o poder que está a colaborar com os ocupantes israelitas. Continuaremos a luta para pôr fim à invasão sionista», afirmou.

E respondendo ao seu hóspede, o presidente Assad comprometeu-se a permanecer ao lado das forças libanesas que lutam contra os invasores.



Para Walid Jumblatt, líder da comunidade drusa, a maioria não cristã dos libaneses teme viver sob um regime de 'apartheid'

A questão palestina

Se não surgiu qualquer solução para o futuro do Líbano através dos acordos estabelecidos nas diversas capitais do Médio Oriente por Philip Habib, muito menos isso aconteceu no que diz respeito ao destino do povo palestino.

O massacre nos campos de refugiados de Sabra e Shatila demonstrou que os palestinos jamais poderão sentir-se seguros enquanto não tiverem uma pátria, do mesmo modo que reavivou, ante a consciência do mundo, a necessidade de ser saldada, quanto antes, a tremenda dívida que a Humanidade tem para com esse povo.

Yasser Arafat tinha adiantado que o Congresso Nacional Palestino (o Parlamento no exílio) aceitava iniciar o diálogo com as forças democráticas israelitas, e que a OLP estava disposta a estabelecer relações com qualquer um que reconheça o direito dos palestinos à autodeterminação. E aumenta, inclusive dentro de Israel, o sentimento de que uma solução justa passa pela cons-

trução de uma pátria palestina.

Segundo um inquérito do *Jerusalem Post*, enquanto em Maio passado só 38,5% dos israelenses adultos eram favoráveis à devolução dos territórios ocupados, em Agosto esse número tinha aumentado para 51,2%. E isso antes dos massacres de Beirute, que sensibilizaram, ainda mais, os israelitas não cegos pelo fanatismo de Begin e Sharon.

A proposta norte-americana

Enquanto Begin prosseguia na sua política de estabelecimento de colónias em territórios ocupados, e quando já se esperava que o próximo passo do seu governo fosse a anexação de Gaza e da Cisjordânia, o presidente Reagan lançou «uma iniciativa de paz para o Médio Oriente», ampliando o alcance dos Acordos de Camp David.

Numa mensagem dirigida a Begin, o presidente dos Estados Unidos, não somente instava com o primeiro-ministro israelita para pôr fim ao estabelecimento de novas colónias, como anunciava também a intenção de propiciar a criação de uma entidade palestina com *autogoverno*, ampliando assim os conceitos de *autonomia palestina* previstos nos acordos firmados por Carter em 1978.

«A paz não pode ser alcançada com base na soberania ou no controlo de Israel (sobre os territórios ocupados)», assinala a comunicação oficial de Reagan a Begin. Essa pro-

posta está longe de satisfazer as aspirações palestinas — já que Washington continua a opor-se à criação de um Estado palestino independente. A comunidade internacional também encara com desconfiança uma iniciativa que, em vez de ser colocada no seio das Nações Unidas — o foro natural para se discutir o problema palestino, já que o Estado de Israel foi uma criação da ONU —, é canalizada exclusivamente para os interlocutores da Casa Branca nos Acordos de Camp David — Egipto e Israel — e para os Estados árabes mais próximos da política norte-americana.

Essa iniciativa significa, no entanto, um recuo de Washington em relação à sua própria estratégia — traçada em Camp David — já que implicitamente reconhece que a autonomia, nos termos em que foi colocada, é inaceitável e inviável.

Para a OLP, continua em primeiro lugar a questão do seu reconhecimento. Os Estados Unidos não poderão discutir o autogoverno palestino — se realmente pretendem estabelecê-lo — sem falarem com os palestinos. E falar com os palestinos, significa hoje mais do que nunca, a OLP sentar-se à mesa das negociações. Se esse passo fosse dado, ainda que se começasse a discutir um projecto que já nasce viciado pelo seu espírito restritivo e pelo seu carácter neocolonial, a negociação política dos problemas do Médio Oriente poderia estar em gestação. □

Yasser Arafat: «dialogar com as forças democráticas israelitas»



«Foi obra de Israel»

O assassinato do presidente eleito do Líbano, Bechir Gemayel, não deixou dúvidas aos palestinos quanto à sua autoria e objectivos. O crime foi cometido por alguém de dentro dos falangistas, onde Israel continua a ter gente infiltrada.

Natal Vaz



Bechir Gemayel: quem com ferro mata...

ATENAS, numa manhã de Setembro. Pelotões antagonistas de carros cruzam-se ferozmente na Avenida Vassilissis Sofias, a conhecida «rua das embaixadas». Periodicamente, os pneus protestam com guinchos contra as travagens naquele asfalto polido, quase vidrado, da capital grega. É o momento certo para os peões iniciarem uma corrida zigzagante para atravessarem a larga artéria, pois as hesitações podem pagar-se caro. Estrategicamente colocadas nas proximidades do Parlamento e da Praça da Constituição (Sintagma), as missões diplomáticas assistem ao espectáculo do quotidiano.

À porta do n.º 25, tabuletas indi-

cam a presença de três missões árabes, ao mesmo tempo que três tarjetas, com letras vermelhas, anunciam outros tantos apartamentos vagos para alugar. Em Atenas não há crise de habitação: quem pode, foge da poluição para as zonas periféricas. Mas ali, naquele n.º 25, a razão pode não ser precisamente essa...

Um soldado de metralhadora, à porta, dá o tom. Mas, a serenidade quase indiferente com que observa os visitantes, deixa concluir que os gregos não estão familiarizados com a exportação de violência sobre as missões diplomáticas que a causa palestina já acarretou.

Com a mesma sensação se fica ao franquear a porta da missão diplomática da Organização de Libertação da Palestina, no segundo andar. Um estudante de livro aberto na secretária, preenche as tarefas de porteiro. A amabilidade e simpatia são características de todos os que ali trabalham. «Está com sorte, porque o sr. Armali tem uns minutos livres e pode recebê-la» diz-me Anwar, o adjunto do chefe da missão.

Shawkli Armali recebe-me num gabinete cujo ar condicionado se apressa a ligar. Rejeita amavelmente as fotografias. Se há quem se pareça com um guerrilheiro e quem tenha aspecto de diplomata, Armali pertence decididamente ao segundo grupo. É esse, aliás, o seu estatuto: o governo socialista grego de Andreas Papandreu elevou a dignidade da representação da OLP à de missão diplomática e Armali passou a ter, desde Dezembro de 1981, a categoria equivalente à de embaixador.

Apoio do governo grego

— Abrimos esta missão em Ate-

nas há cerca de dois anos — diz-me Armali. — Inicialmente só funcionava como gabinete de informação. Em Dezembro último, com a visita de Arafat à Grécia, a missão foi credenciada como legítima representante da OLP e, desde aí, passou a funcionar como missão diplomática.

— *Alguma coisa mudou, então, com a subida ao poder dos socialistas...*

— Muito! O governo grego tem apoiado claramente a nossa luta. Importa realçar o papel que tem desempenhado na CEE, onde tem funcionado como nosso advogado. Ainda recentemente, os representantes gregos no Mercado Comum apresentaram uma moção que visava alterar a linha política da CEE quanto à questão palestina. A moção foi rejeitada, como seria de prever, mas, para nós, é já muito importante ter alguém no interior da CEE que possa advogar a nossa causa.

O apoio do governo grego estendeu-se também às actividades humanitárias de recolha e tratamento dos feridos evacuados de Beirute, bem como de centenas de crianças que, temporariamente, estiveram albergadas em colónias balneares gregas.

— A Grécia ofereceu-se para tratar dos nossos feridos — recorda Armali. — Em duas levadas, cerca de 300 feridos foram transferidos pelo Crescente Vermelho e o governo grego prontificou-se a ocupar-se de todos. Ficámos sensibilizados, mas não aceitámos, porque preferimos enviá-los em pequenos grupos para outros países que também se tinham oferecido para os tratar, nomeadamente a URSS, Jugoslávia, Bulgária, Noruega e Egipto.

Chacina em Beirute

Shawkli Armali evidenciava apreensão. A alguns milhares de quilómetros, tropas israelitas tinham recommçado os ataques a Beirute, poucas horas após o atentado à bomba que vitimou o presidente do Líbano, Bechir Gemayel. Despachos das agências internacionais davam já conta de dois mil mortos entre a população indefesa, maiori-

tariamente mulheres e crianças. Abordo o assunto e não é necessária muita argúcia para verificar que o tema lhe é doloroso:

— Arafat já fez uma declaração sobre este assunto, deixando bem claro que a OLP nada tem a ver com o atentado — começa por me dizer. — Bem vê, trata-se de um crime contra o Líbano, praticado pelos israelitas. Os falangistas são, há longos anos, treinados em Israel e os israelitas foram infiltrando os seus agentes. Sobre isso não restam dúvidas a ninguém. Este atentado teve de ser cometido de dentro das forças falangistas e foi-o por elementos israelitas infiltrados.

— Com que motivos?

— Os israelitas foram-se apercebendo de que Gemayel não era exactamente o homem que lhes convinha. Estava a ir longe de mais na sua procura de consenso nacional no Líbano, e o acordo com Israel não seria decerto o seu primeiro acto como presidente libanês, tal como os israelitas queriam. Gamayel, que sempre recebeu apoios de Israel, acabou por pagar a factura. Israel não está longe do Líbano como as

Honduras, por exemplo. Está ali mesmo ao lado, sempre pronto a intervir para cobrar as dívidas. Israel não tem interesse na manutenção do Líbano unido, mas aposta na sua divisão.

— Nessa perspectiva, porque não terão os israelitas esperado que Gemayel tomasse posse como presidente, para depois se certificarem de que ele não pagava a factura?

— Em primeiro lugar, torna-se mais difícil atentar contra a vida de um presidente já no exercício de funções. Em segundo lugar, tendo as suas tropas em Beirute e com a saída dos guerrilheiros, estavam no local e tempo exactos para passarem à segunda acção que tinham planeado: o massacre das populações.

Ao falar do massacre, Armali não esconde a sua dor. Segura a cabeça entre as mãos, ensaia gestos vagos, deixa transparecer revolta e indignação:

— Não tenho palavras para qualificar este acto. É uma verdadeira chacina de populações indefesas, mulheres, crianças e velhos.

Procuru afastá-lo desse terreno e

retomar a análise política.

— Como se explica que, tendo o atentado a Gemayel sido perpetrado pelos israelitas, na vossa opinião, a primeira reacção oficial de alguns países como o Irão e a Líbia tenha sido de um certo regozijo...

— O desaparecimento de Bechir Gemayel da cena política é, de certo modo, benéfico para o Líbano. Tudo indica que quem o irá substituir será o seu irmão mais velho, Amin (*). Bechir foi sempre um sanguinário, tinha as mãos sujas de sangue inocente e gostava disso. Era o chefe dos falangistas e um inimigo declarado da causa palestina. Já Amin, embora seja um homem de direita, foi sempre diferente. Conseguiu sempre um razoável relacionamento com as diversas forças em presença e nunca se viu envolvido em acções militares. □

(*) A previsão do representante diplomático da OLP em Atenas viria de facto, pouco tempo depois desta entrevista, a confirmar-se, vindo Amin Gemayel a ser eleito presidente do Líbano.



FRIO NAVAL E INDUSTRIAL, S.A.R.L.

Projecta e Instala:

- Frio Industrial
- Ar Condicionado
- Ventilação
- Redes de Fluidos
- Equipamentos Electromecânicos Especiais
- Sistemas de captação de energia solar e de recuperação de energia

Av.º Marechal Gomes da Costa, 15 — Telef: 851916/851766/851891/851741

End. Teleg. Frinil — Telex 18510 Frinil P — 1800 LISBOA

Oficinas — Rua do Arco (a Alcântara), 44-46 — Telef: 661825/675247/676026 1300 LISBOA

«Depois da Revolução encontramos-nos em Jerusalém...»

Um professor, um estudante de medicina e um guerrilheiro, são três dos palestinos ainda internados num hospital de Atenas. Eles contam como viram a batalha de Beirute



SHAM conduz-me da missão diplomática da OLP ao hospital da Força Aérea, onde cinco guerrilheiros palestinos se encontram internados há cerca de um mês, depois de evacuados de Beirute. Nas minhas mãos, uma indecifrável credencial em grego (parece) diz que estou autorizado a visitar os feridos. Sham é estudante em Atenas, domina perfeitamente o grego e o inglês. Estar em Atenas é, para ele, uma tarefa militante, mas o seu pensamento não sai de Beirute, de onde, desde há três dias, os noticiários trazem relatos do massacre e as telefotos exibem uma criança morta por entre as vísceras do pai.

À chegada ao hospital, um graduado acompanha-me aos quartos amplos e limpos, com varandas, onde estão os feridos. Com dois deles não foi possível conversar: Abu Allaith, de 34 anos, tinha ido fazer exercícios de recuperação, en-

quanto Abu Eihab, de 39, operado nessa manhã, dormia um sono agitado. Uma jovem médica aparece e recomenda-lhe que respire profundamente. O professor Medien traduz. Eihab, ainda sob o efeito da anestesia, regressa à sua letargia. «Foi atingido por estilhaços de granada no peito e no estômago», explica-me Medien.

Os nomes de todos eles não passam de nomes de guerra. A sua luta clandestina, que não terminou, não lhes permite revelar a identidade. Nem as localidades de nascimento, para evitar eventuais represálias sobre familiares ainda na Palestina. «Escreve só que somos todos da Palestina», recomenda o professor. «A terra exacta não interessa.» A máquina fotográfica não saiu, obviamente, do saco. «Eu tenho ido várias vezes a Telavive, ao serviço da Revolução, e não podemos facilitar, não achas?» dir-me-ia Abu Faris, de 35 anos.

Sem terra há 34 anos

Magro, ossudo, os olhos muito abertos e um sorriso permanentemente amargo, Medien quer tudo explicar, como um bom professor. Quer contar-me tudo sobre a luta do seu povo:

— Nasci há 40 anos e há 34 perdi a minha terra. Comecei a minha vida política ainda como estudante, nos campos da Palestina. Acabados os estudos secundários, fiz-me professor para alimentar a família.

«No campo onde nos meteram só havia poeira, casas apertadas, com tecto de madeira, sem água nem luz. Olhei para a vida que levava e verifiquei que ninguém pode viver fora da terra que é sua. Os israelitas vieram de além-mar instalar-se nos campos que eram nossos, beneficiar das nossas culturas. Essa realidade tornou-nos políticos nas escolas, aos professores e aos alunos.»

Vieram as sucessivas guerras. Os estados árabes só conseguiam imaginar um exército palestino para lutar contra Israel, à semelhança e imagem das suas próprias forças armadas. «De que nos servia ter mais um exército desses, a juntar aos dez que já havia?», interroga Medien. «Era inútil.»

Medien passa de alto pela existência de várias forças palestinas que concorreram para a formação da OLP. «Essas diferenças pertencem ao passado e já não interessam», diz-me. «Agora só há a OLP». Fala-me então com entusiasmo de «pequenas ações», dentro da Palestina, levadas a cabo pela guerrilha. Recorda como foram expulsos da Jordânia e saíram para a Síria e Líbano, depois de 1967.

— Quantas guerras fiz? Muitas,

desde 1973 para cá. Já fui várias vezes ferido e não parei de lutar. Contra Israel e contra os falangistas.

Depois faz uma pausa, denotando apreensão, e insiste:

— Não, não escrevas cristãos! A nossa luta não é contra os cristãos e temos dirigentes palestinos no Líbano que são cristãos. A nossa luta é contra o imperialismo, o capitalismo, o sionismo e o partido falangista. A luta no Líbano não é nada entre cristãos e muçulmanos. Isso é o que a Imprensa internacional tem pretendido fazer crer.

Uma estrada para a Palestina

Peço-lhe que me fale da sua luta no Líbano, imediatamente antes da evacuação. Quero saber como foi ferido. Medien passa a ser muito mais económico nas palavras:

— O Líbano é um país árabe, enquanto todos os países árabes não formarem um só país. Beirute é apenas uma das muitas estradas que nos não-de conduzir à Palestina. Estávamos há três meses em Beirute e destruímos os objetivos de Israel. Eles trouxeram forças mil vezes mais poderosas que as nossas, mas nós não tínhamos medo. Atacaram-nos com milhares de bombas de fósforo e outras armas químicas fabricadas pelos americanos, mas nada podiam contra nós. Só destruindo Beirute inteira, porque os seus tanques não podiam circular, uma vez que tínhamos bloqueado as ruas com pedras enormes.

Não foi preciso perguntar. Medien adivinhou o meu pensamento e trouxe logo a resposta:

— Deixámos Beirute porque os israelitas não deixariam pedra sobre pedra na sua fúria assassina. Saímos para preservar a vida das populações e das crianças. Nada receávamos pelas nossas vidas.

«Deixámos Beirute porque os grandes governos nos garantiram que não haveria perigo para as populações. E, afinal, o que sucedeu? Os israelitas aproveitaram a nossa saída, ganharam o tempo necessário para desimpedir as ruas para os seus tanques, montaram a provocação do

atentado a Gemayel e iniciaram o mais terrível massacre de populações indefesas. Mataram pessoas indefesas com facas, machados e «bulldozers». E, perante tudo isto, onde estava a ONU? Só fala, só fala, só fala, mas nada faz!»

Sentado na cama, Medien está visivelmente agitado. O seu pé ferido sobe e desce ao longo do lençol, como um cavalo nervoso escarva o chão. Olho-lhe para o pé: «Como foi? Medien muda de tom. Aponta:

— Entraram-me aqui duas balas de M-16. Uma delas explodiu dentro do pé e os médicos de cá disseram-me que tenho uns 60 estilhaços espalhados lá dentro. Parece-me que não vão conseguir tirar a maior parte e eu vou ter que viver para sempre com eles. Mas não faz mal: servirá para me lembrar da violência assassina de Begin.

Ferido no primeiro combate

Sustentado por muletas, um jovem aproxima-se de nós. É franzino, usa óculos, ninguém o suporia um guerrilheiro. Tem 25 anos, estuda medicina na Líbia, foi ferido no primeiro combate da sua vida. Estilhaços de bala de canhão trespassaram-lhe um pé e atingiram-no na anca. Menos experimentado que os seus camaradas, diz-me o nome verdadeiro e a terra onde nasceu. Mas nos meus ouvidos martelavam-me os pedidos de Medien e Paris: «Só nomes de guerra e nada de terras...» Não retenho mais nada da identidade do estudante, que fica sendo apenas Abdel.

— Estava de férias em Beirute, onde tinha ido ver os meus amigos e contactar a minha organização — conta-me Abdel. — Treino militar? Tive uns dias, para não dizer horas.

Um sorriso baila-lhe nos lábios enquanto relata os seus azares de «caloiro»:

— Deu-se a invasão israelita e eu fui buscar a minha «Kalashnikov» e tomei o meu lugar. Mal tinha começado a luta, fui apanhado pelo bombardeamento de um tanque: fui atingido por um estilhaço no pé e na anca. Senti uma dor, mas nunca pensei estar seriamente ferido. Os

meus amigos retiraram-me do local e a minha sorte foi passar ali um carro civil, que me levou ao posto de socorros, não muito longe dali. Ataram-me a perna e então, com os curativos, comecei a sentir dores terríveis.

Abdel fala, sorrindo, da inversão de situações: um candidato a médico deitado numa maca. «A primeira coisa que me ocorreu foi já não querer ser médico. Os médicos que me tratavam riam-se. Diziam-me que havia de fazer o mesmo durante toda a minha vida: havia de sorrir como eles, enquanto os feridos sofreriam. Não gostei nada dessa perspectiva...»

O jovem estudante nasceu num campo de refugiados. «Sentimos ali que toda a vida fomos perseguidos.» Procuo dialogar com ele: como resolver agora a situação criada pelas grandes nações, havendo gente inocente e com direito à terra de ambos os lados? Abdel não se esquiva à questão:

— Eu coloco as coisas da seguinte maneira: nós temos direito a uma terra. Podemos viver com os judeus, mas não podemos viver com a ideologia sionista, que é perigosa para os dois, para nós e para os judeus. Queremos na Palestina um estado democrático, sem considerações religiosas e a ideologia sionista recusa esta ideia. Por isso, teremos de continuar a guerra até termos a nossa independência.

O perigo do sionismo

Abdel conclui a sua análise:

— O perigo da ideologia, quando se enraíza nas pessoas, é o de criar mitos absurdos de superioridade. Um judeu, mesmo das classes mais baixas, quando está imbuído da ideologia sionista, já fica satisfeito (ou antes, alienado) ao convencer-se de que, por baixo dele, ainda estão os árabes...

Tirei prova desta tese em Istambul, onde me cruzei com alguns judeus que, singularmente, comunicavam entre si em castelhano. «Somos judeus descendentes dos expulsos de Espanha, há mais de 300 anos, e conservámos sempre, nas

nossas comunidades, o uso da língua castelhana», explicaram-me. Chamam-se a si próprios «los españoles». Formam uma comunidade diferenciada em Israel, separada da dos oriundos da Alemanha e da Polónia. Esta última cultiva o «yidish» e, segundo me disseram os «españoles», menospreza os judeus que não falam aquele dialecto. «Eles chamam-nos «schwarz» (pretos) e julgam-se superiores a nós» comentavam acidamente. Isto passa-se em Israel, mas mesmo assim foi muito difícil encontrar entre os «españoles» qualquer abertura para o problema dos palestinos. É que para a mentalidade sionista, a hierarquia define que abaixo dos «schwarz» ainda há os árabes, tal como Abdel me havia explicado...

Uma jovem médica interrompe a conversa com Abdel:

— Lamento incomodar, mas agora tem de ir ao «barbeiro» rapar a perna, para ser operado.

— A perna toda? Mas tinham-me dito que era só o pé...

— Não. Tem de ser a perna toda. Mas não se preocupe. Fica mais elegante assim e, se quiser, depois rapa-se a outra, para ficar igual...

A vida de um guerrilheiro

Era a hora de ouvir Abu Faris, o guerrilheiro que só tem uma ideia em mente: regressar às tarefas revolucionárias, depois de curado, voltar ao combate pela sua pátria. «Todos os palestinos são guerreiros porque são obrigados a sê-lo, uma vez que a sua terra foi ocupada», sentença.

Tal como Medien, o meu interlocutor, de sobranceiras espessas que se unem numa só e um aspecto indesmentível de combatente, sente a necessidade de explicar toda a origem da luta do povo palestino. Fala-me das responsabilidades da Inglaterra no início deste processo, da cumplicidade dos Estados Unidos. Recorda-me o passado terro-

rista de Begin, que chegou a ser perseguido pela polícia pelas suas actividades terroristas. Caracteriza a liderança militar de Sharon como «criminoso» e demonstra a diferença dos métodos de luta de palestinos e israelitas:

— Eles bombardeiam e destroem tudo, não poupam a vida a nenhum árabe. Não lutam, como nós, por uma causa que temos profundamente enraizada no nosso íntimo. Nós, mesmo em guerra aberta contra os israelitas, como agora sucedeu em Beirute, não perseguimos os judeus.

«E seria muito fácil: sabemos quem são, onde vivem, os locais que frequentam. Se quiséssemos, podíamos ter acabado com eles todos. Mas não o fazemos, nem nunca o faremos, porque a nossa luta não é contra os judeus, nem contra a religião. Convivemos com cristãos, judeus ou muçulmanos. Apenas somos palestinos e revolucionários, lutamos por justiça.»

É a terceira vez que Faris é ferido em combate. Desta vez, foi atingido numa perna, durante o bombardeamento de um F-16 israelita, em Beirute.

— Já estou a recuperar e espero ter alta dentro de duas semanas. Depois irei para onde me mandarem, para continuar a luta. Devo ir para perto da Palestina, quem sabe se volto mesmo a Beirute ou terei de ir para Telavive. Não seria a primeira vez...

Tento, mas sem resultado, que me fale da sua vida. Faris continua distante de si próprio, atento ao que escrevo, abstraindo-se de sentimentos pessoais:

— Somos guerrilheiros, não aprendemos a falar muito. Só aprendemos a actuar. Havemos de ver a nossa revolução vitoriosa. Não foi esta a primeira vez que o nosso povo foi atacado e receio bem que não será a última. Não tenho nada de importante para dizer sobre a minha vida e sobre o que fazia antes de combater. Toda a minha vida é a Palestina.

«Vivo como qualquer palestino

que luta pela sua pátria. A minha história é igual à de qualquer outro lutador empenhado na Revolução Palestina. Não tenho vida privada, nem família. A minha família são todos os palestinos.»

Aquele semblante carregado, finalmente, aligeira-se com um sorriso e uma promessa:

— Depois da Revolução, encontramo-nos em Jerusalém e então eu conto-te a minha vida. □



O governo socialista grego de George Papandreu tem apoiado claramente a luta do povo palestino. Junto da CEE tem actuado como advogado de defesa da causa palestina, e após a batalha de Beirute pôs à disposição os hospitais gregos para tratar dos feridos

A guerra dos planos

Em Setembro foram apresentados mais três planos para solucionar o conflito no Médio Oriente. Mas aquele que se negocia presentemente é um quarto plano: o da «opção jordana» dos trabalhistas de Israel...

Alice Nicolau

Costuma dizer-se que os Estados onde menos se cumprem as leis são precisamente aqueles que mais leis produzem. O mesmo se pode afirmar em relação aos conflitos internacionais — quantas mais normas se tentam para regular certas questões mais insolúveis elas se tornam. Exemplo disso é o caso do Médio Oriente. Para falarmos só dos tempos relativamente recentes, recordemos que desde 1947-48 até aos nossos dias, muitos têm sido os planos propostos para a regulamentação do conflito. Mas até hoje nem um só plano conseguiu deter a guerra ou levar fosse a que solução fosse. E isto logo a começar pelo primeiro, o da partilha da Palestina, sancionado pela ONU, na altura uma organização fresca e na qual ainda era possível depositar muitas esperanças. Assim como as leis dos Estados só conhecem cumprimento generalizado quando correspondem à realidade social desses Estados, assim os planos de solução dos conflitos internacionais só logram resultados concretos quando assentam numa plataforma aceitável para todas as partes envolvidas no problema sem tentarem obter vantagens para uns em detrimento dos interesses dos outros.

Para muitos, a falência de todos os planos até hoje debatidos sobre o problema arabo-israelita prova que os árabes mais radicais ou intransigentes têm razão, isto é, que o Estado israelita (ou, falando de acordo com essa corrente, a «entidade sionista») é um corpo estranho, não assimilável nem admissível na região. Para essa corrente, a Palestina não partilhada deve constituir um Estado único onde os israelitas terão o seu lugar, mas sob a administração árabe. Até agora, nada veio provar que este ponto de vista esteja errado. Até agora os planos que se têm realmente discutido ou que conheceram um começo de execução concreta, apenas serviram para dividir os árabes, beneficiar Israel e defraudar os palestinos.

No entanto, neste momento não se vislumbram quaisquer hipóteses de realização prática dos objectivos defendidos pelos árabes «radicais».

Ainda que o mundo árabe, no seu conjunto, sofresse uma subversão total, ainda que todos os regimes capitulacionistas da zona fossem varridos do mapa, nas presentes circunstâncias, só a via militar permitiria alcançar esses objectivos. Uma guerra global no Médio Oriente poria frente a frente a quarta potência militar do mundo (de acordo com informações do Instituto de Estudos Estratégicos de Londres) e um conjunto de exércitos em cuja eficácia poucos acreditam. Além do mais, é bom não esquecer que Israel está dotado de 20 bombas atómicas (segundo certas informações) ou tem capacidade indesmentível para se dotar delas (de acordo com um estudo oficial feito sob o patrocínio da ONU). Colocando a questão nestes termos, facilmente compreenderemos os riscos catastróficos para a humanidade inteira que esta remota hipótese militar comportaria.

No campo diplomático, também não existem condições que permitam prever a concretização desses objectivos. Tanto o bloco imperialista como o socialista consideram que o Estado de Israel tem o direito de existir na região e é uma formação legítima, segundo as normas internacionais. É significativo a este respeito que nenhuma chancelaria de peso decisivo na cena internacional refira as expoliações judaicas de 1947 e 1948. As fronteiras alargadas que Israel obteve na primeira hora da sua constituição como Estado deixaram já de ser postas em causa pela comunidade internacional. Só os territórios ocupados desde a guerra de 1967 (Cisjordânia, Faixa de Gaza, Golan, Jerusalém-Leste e... o Líbano) estão em causa para certo sector da comunidade internacional. Significa isto que a corrente árabe contrária à existência dum Estado de Israel, como al, se encontra militarmente impedida de fazer valer o seu ponto de vista e diplomaticamente incapacitada de o alcançar.

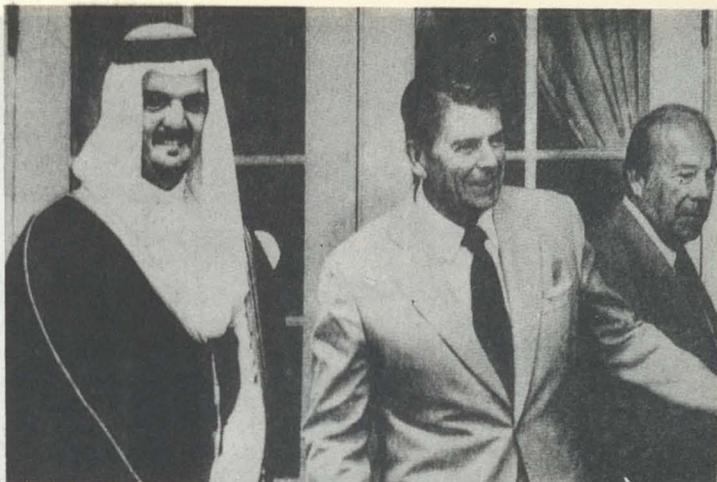
Todas estas circunstâncias poderiam levar-nos a afirmar peremptoriamente que as correntes radicais do mundo árabe estão erradas, que o melhor seria transigirem e aceitarem outra solução, dado que não existe qualquer viabilidade de concretizarem os seus objectivos. Ora a verdade é que nenhuma alternativa está à vista. Nenhum dos planos neste momento em presença foge ao ferrete de sempre: a sua inexequibilidade. E alguns deles repetem os erros de todas as iniciativas que imperialismo promove para a região:

só têm conta os interesses israelitas e desprezam totalmente os árabes.

Três planos

Analisaremos, em rápido exame, os três planos que presentemente foram propostos para a solução do problema árabo-israelita: o do presidente Reagan, o que foi aprovado pela «cimeira» de Fez, e o que o dirigente soviético, Leonid Brejnev, apresentou em Moscovo por ocasião da visita oficial do líder sul-iemenita, Ali Nasser Muhammada.

Comecemos pelo plano de Reagan. No dia 1 de Setembro, depois de a guerra do Líbano ter atingido o ponto aparente de estabilização, o presidente dos EUA lança para a mesa um plano que muitos comentaristas ocidentais entenderam como o princípio da grande viragem de Washington em relação ao mundo árabe e a Israel. Para tornar mais convincente a «mudança» de Reagan, argumenta-se com o efeito erosivo que a invasão do Líbano terá produzido sobre a Administração republicana. Nada de mais falso. O plano não tem rigorosamente nada a ver com a invasão do Líbano. Preparado e discutido há muitos meses entre Israel, os EUA e árabes ditos moderados, o plano esteve para ser apresentado em Janeiro deste ano e em Abril. Contudo, Israel pressionou os EUA e assim impediu a sua divulgação. Em Setembro, aproveitando os resultados da guerra do Líbano, Reagan decide passar por cima de Begin (que só foi advertido acerca do anúncio na véspera) e dar a conhecer a sua «histórica viragem». Porquê nessa altura? Por três razões: 1 — porque a comunidade judaica e sionista dos EUA tinha sofrido uma viragem e começava a pôr em causa o regime de Begin; 2 — porque dentro de Israel, a opinião pública fragmentava-se, e os trabalhistas apresentavam-se cada dia mais como a alternativa para os extremistas de direita no governo; 3 — porque os ocidentais (com os EUA à cabeça) estão convencidos de que a via militar está definitivamente fechada quer aos árabes, em geral, quer aos palestinos, em especial.



A Arábia Saudita terá sido um dos Estados árabes moderados a conhecer antecipadamente o plano Reagan

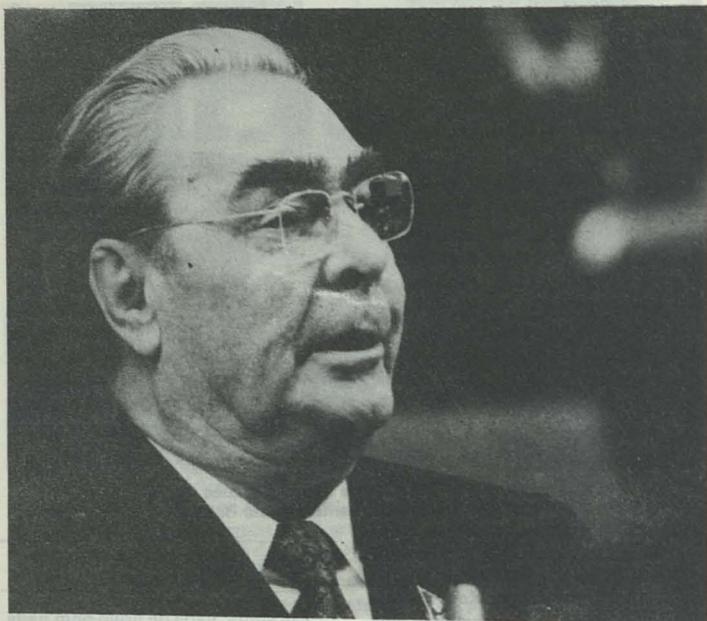
Segundo a própria Imprensa norte-americana, a atitude generalizada na Administração Reagan foi a de, não dando expressamente «luz verde» a Israel para a sua invasão contra o Líbano, nunca a contrariar, apoiá-la, ainda que encapotadamente, e esperar para ver. Ou falando em termos mais crus: os EUA procuraram manter-se atrás da cortina, mas decidiram retirar todós os benefícios eventuais que, para a sua estratégia, adviessem do sujo trabalho de Telavive. Esta tática foi igualmente adoptada pelos Estados árabes empenhados no «consenso estratégico» com Washington e desejosos de verem a OLP militarmente derrotada e anulada.

Quais os pontos proclamados por Reagan no seu famoso «plano»? 1 — reafirmação de que Israel continua a ser a preocupação primacial, o *pivot* da política norte-americana no Médio Oriente; 2 — interpretação restritiva da resolução 242 da ONU (os territórios ocupados a serem restituídos não são todos os «conquistados» em 1967, mas apenas a Margem Ocidental e a Faixa de Gaza); 3 — recusa da partilha de Jerusalém (cujo sector Leste foi ocupado em 1967 por Israel); 4 — inadmissibilidade da criação de um Estado palestino; 5 — continuação do processo de «autonomia» de Camp David e alargamento dessas negociações à Jordânia.

Nada de novo

Em suma: nada de novo nem nada de verdadeiro. Trata-se apenas de um *cocktail* de elementos diversos, que, congregados, dão um todo incoerente. O plano Reagan visa unicamente satisfazer a oposição trabalhista de Israel, uma forte corrente militar e civil israelita e a comunidade judaica e sionista dos EUA, partindo da verificação de que existe nesses círculos o seguinte consenso fundamental: 1) Jerusalém deve ser capital de Israel; 2) não é admissível a criação de um Estado palestino independente sob o comando da OLP; 3) Israel não deve anexar a Cisjordânia nem Gaza e deve estabelecer um «compromisso territorial com os árabes», desde que Washington se mantenha fiel ao seu empenhamento de defesa do Estado judaico» (V. declarações de Joseph Sisco, a «La Vanguardia» de Barcelona, edição de 24 de Setembro deste ano).

Nenhum dos interesses árabes foi pois tomado em consideração. A parte árabe foi unicamente considerada «madura» para a capitulação, uma vez que se partiu do princípio de que a via das armas está doravante vedada aos Estados islâmicos da região, e que a OLP, como entidade militar, se sumiu no pântano sagrento do Líbano.



Para a URSS, a solução do Médio Oriente passa pela restituição aos árabes dos territórios ocupados por Israel em 1967

Dá a poucos dias, os árabes que, nas costas dos «irmãos» tinham dado o seu beneplácito ao plano Reagan, convocam apressada e atabalhoadamente, a «cimeira» de Fez,

tendo o cuidado de evitar, a todo o custo, qualquer reunião prévia das diversas facções palestinas. E acordam num plano de paz para o Médio Oriente.

O conteúdo deste plano é o que menos interessa. É certo que os «fezistas» aprovaram as exigências mínimas que até hoje os árabes têm apresentado (os norte-americanos chamam-lhes *maximalistas*, o que é uma manifesta inverdade), isto é, a criação de um Estado palestino sob a direcção da OLP, o desmantelamento dos colonatos judaicos erigidos de 1967 para cá em territórios ocupados, a fixação da capital desse Estado palestino em Jerusalém-Leste, a paz para *todos os Estados* da região, incluindo o palestino, a atribuição ao Conselho de Segurança da responsabilidade pelo cumprimento e execução destes princípios e das garantias da paz.

Mas que significa isto? Nada, a não ser o reconhecimento tácito do Estado israelita e a renúncia expressa à opção militar. Facto extremamente grave, na medida em que no final de Fez, para lá de todas as lutas que no decorrer da «cimeira» tenham ocorrido, o que o mundo percebeu de concreto foi que a direcção da OLP (Arafat estava presente) e países até agora intransigentes e radicais (como a Síria e o Iraque) avalizaram, com a sua aprovação, estas duas respostas ao Oci-



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva dos «Cadernos do Terceiro Mundo» para todo o território angolano.

Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245
Luanda — República Popular de Angola

dente e a Israel.

O mais grave, porém, é outra coisa: é que, votando um plano (os «fezistas») não votaram esse plano, mas sim outro, completamente distinto. O que votaram foi a «opção jordana» dos trabalhistas de Israel, foi, no fundo, o único plano que está em jogo. Esta «opção jordana» traduz-se em dar à Jordânia a representatividade estatal da nação palestina e em integrar a Cisjordânia numa espécie de federação com a Jordânia, federação dentro da qual os palestinos nunca gozarão da realidade do poder. Trata-se do beijo da morte à OLP, mesmo às suas facções mais favoráveis ao diálogo e à concertação. Porque este é o engodo para a OLP, a qual, como tal, não se destina nem sequer a federar-se com a Jordânia. As grandes esperanças dos trabalhistas de Israel e dos EUA fundam-se se não nas Ligas de Aldeias (bandos colaboracionistas com o sionismo nos territórios ocupados) ao menos nos presidentes das câmaras da Cisjordânia e de Gaza. Tendo em conta certas posições ultimamente proclamadas por alguns desses líderes, estão os israelitas da oposição e os norte-americanos convictos de que os autarcas palestinos não se deixarão «esbulhar» do poder «a favor de uns dirigentes da OLP que foram dispersos por uma série de Estados árabes» (Vide declarações citadas de Joseph Sisco).

Apesar de tudo isto, parece que, afinal, algumas facções da OLP (hoje mais dividida que nunca) estão a deixar-se enredar nessa ideia da «federação».

Só para o futuro

Analisemos, por último, o plano Brejnev. No seu conteúdo, pouco ou nada difere do plano de Fez. Nas suas intenções, no seu substracto, na sua inspiração, este plano da URSS não tem nada a ver nem com o acordo de Fez nem com as «opções jordanas» nem com as posições de Reagan. Quanto a nós, trata-se apenas da reafirmação dos velhos princípios soviéticos sobre a solução do problema do Médio Oriente, prin-

cípios que decorrem, antes do mais, de uma realidade a que Moscovo se mantém naturalmente fiel: o reconhecimento do Estado de Israel.

Esse plano fundamenta-se, além disso em compromissos assumidos simultânea e concertadamente por Moscovo e por Washington, nomeadamente — para só citarmos o último em data — a célebre declaração Carter-Brejnev, da qual nunca a URSS se distanciou, mas que não tardou a ser posta de parte pelos norte-americanos.

Para a URSS, a solução do Médio Oriente passa pela restituição aos árabes dos territórios ocupados em 1967; pela garantia do direito do povo palestino a dispor de si e a criar um Estado independente; pela restituição de Jerusalém-Leste aos árabes e sua integração no Estado palestino; pela garantia do direito de todos os Estados da região a uma existência independente e segura; pela cessação do Estado de guerra e pelo estabelecimento da paz entre países árabes e Israel; por garantias internacionais para o Médio Oriente, sob a égide do C. de S. da ONU, pela participação da OLP em todas as negociações, pela convocação de uma conferência internacional, onde a URSS tenha activa participação.

De tudo isto, que concluir? Que o plano Brejnev, neste momento, e tendo em conta a correlação de forças no mundo árabe, não vai ser discutido nem tido em conta, o que não exclui, evidentemente, as possibilidades de o vir a ser, num futuro mais ou menos próximo e de um dia se transformar numa plataforma de pacificação real do Médio Oriente. No entanto, há que salientar dois obstáculos: os árabes moderados estão envolvidos com os EUA e pretendem afastar a participação da URSS em qualquer negociação sobre o conflito com Israel; os radicais têm uma divergência de fundo, até agora insanável com Moscovo, aquela que já referimos, isto é, a recusa a aceitarem o Estado israelita, como tal.

O plano de Fez já passou à história. Servirá apenas de garrote aos regimes progressistas e às organizações que caíram no laço dos promo-



Hussein, da Jordânia, uma peça-chave nos planos de Washington para o Médio Oriente

tores da «cimeira» marroquina. A menos que qualquer inesperada viragem no Médio Oriente levasse à criação de um sólido bloco negocial URSS-Estados progressistas (excepto, por exemplo, a Líbia, que se mantém indefectível na recusa ao Estado de Israel), o que, de momento, não se afigura verosímil.

Face a isto, temos como certo para os próximos tempos que a «opção jordana» dos trabalhistas israelitas irão ocupar longa e duradouramente as atenções dos fazedores da paz que nunca será paz no Médio Oriente. Se tal processo continuar, ao fim de certo tempo, Israel e os EUA conquistarão uma vitória de peso: depois das concessões diplomáticas dos árabes, conseguirão o desarme completo dos seus regimes. Desarme que coexistirá naturalmente com os fornecimentos de armas dos EUA aos árabes seus «clientes»...

Entretanto, para que essa máquina corrosiva se ponha em marcha, falta apenas um requisito prévio: a queda do governo Begin. Para lá se caminha. Os trabalhistas e os EUA velam por isso. □

Três círculos para a guerra mundial?

Os planos locais, regionais e intercontinentais do actual ministro da Defesa israelita, general Ariel Sharon. Nem mesmo o uso de armas atômicas está posto de parte...

Esteban Valenti

Os interesses e a estratégia de Israel não se limitam aos países árabes do Médio Oriente, ao Mediterrâneo ou ao Mar Vermelho, dado que, por razões da nossa segurança nos anos oitenta, os mesmos deverão expandir-se e abranger países como a Turquia, o Irão, o Paquistão e regiões tais como o Golfo Pérsico e a África, especialmente os países da África Central e do Norte.

Com esta frase, que dá pouco lugar a dúvidas, o ministro da Defesa de Israel, o general Ariel Sharon, definia a estratégia do actual governo de Menahem Begin durante a conferência do Instituto de Estudos Estratégicos, realizada em Dezembro passado, em Telavive.

Ampliando essa ideia, o ministro israelita dizia recentemente: «O caso é que Israel é um país muito especial e é por isso que tem de enfrentar problemas globais de segurança global. Esses problemas estão resumidos em três círculos. O primeiro círculo, é o terrorismo palestino, o segundo círculo, é a confrontação com os países árabes que, de qualquer modo, opõem hoje contra nós treze mil tanques. O terceiro círculo, é o expansionismo soviético, que há muitos anos se vem estendendo ao Médio Oriente e à África».

Esta síntese da ideia da «segurança global» e da teoria dos «três círculos» pode fornecer uma imagem do nível de perigo, não só para aquela região mas para todo o mundo, que implicam os planos bélicos do actual governo israelita:

Os massacres dos campos de refugiados de Shatila e Sabra, cujas imagens atterradoras emocionaram a

opinião pública mundial e obrigaram Israel a pagar um elevado preço político, não são, infelizmente, como pretendem alguns, uma consequência inevitável da guerra. São sim uma ferida que poderá mostrar-nos, se formos observadores atentos, uma doença muito mais profunda e grave que ameaça a convivência pacífica e as relações internacionais.

Os tanques israelitas que invadiram o Líbano numa operação que, mesmo na atormentada história bélica dessa região do mundo, não tem precedentes, constituem uma expressão clara da aplicação que os sectores mais belicistas de Israel pensam dar às teorias expandidas pelo general Sharon.

Shatila e Sabra: uma acção premeditada

Os objectivos declarados da operação «Paz na Galileia», que se-

gundo os serviços secretos norte-americanos causou já de 8 a 12 mil mortos e cinquenta mil feridos, não eram apenas a destruição das bases da OLP. Destinavam-se, de igual modo, a provocar o êxodo maciço de toda a população palestina.

O massacre de Shatila e Sabra «não foi um erro de cálculo», afirmou um observador da ONU em Beirute, mas sim uma operação premeditada para semear o terror e provocar uma fuga maciça da população muçulmana e, em especial, da população palestina da capital.

Nesse quadro, a criação de um governo no Líbano que, de um ponto de vista político, dependesse exclusivamente dos tanques israelitas e das armas de Telavive, constituía um passo obrigatório de todo o plano Begin-Sharon.

Em face disso, surge a pergunta: Que projecção ulterior poderá vir a ter o plano da «segurança global»?

Começarão, naturalmente, a actuar os círculos sucessivos, quer dizer os países árabes da região e, em primeiro lugar, a Síria; um país que tem, neste momento, 30 mil homens no Vale de Bekaa, uma concentração que é justificada, não tanto do ponto de vista político interno do Líbano, mas fundamentalmente por um factor militar.

O vale constitui uma posição estratégica insubstituível na defesa do território sírio, através do qual as colunas blindadas de Sharon poderiam penetrar profundamente no



território sírio e cercar a sua capital, Damasco.

Esse vale, que tantas vezes tem mudado de nome através dos séculos, foi teatro, na antiguidade, de todas as invasões dos povos da Península da Anatólia e do resto da Ásia Menor até à Palestina e ao Egipto, e representa um ponto-chave em toda a região.

Uma operação de desestabilização regional

Uma agressão à Síria ou às suas forças concentradas no Líbano poderia provocar uma situação inteiramente nova nessa área. Com efeito, a Síria firmou, em 1980, um tratado de assistência militar com a União Soviética que, conquanto não abranja as forças sírias deslocadas para fora do seu território, estabelece uma co-responsabilidade soviética na defesa do país.

Um ataque às forças sírias que se encontram no Vale de Bekaa implicaria, necessariamente, um ataque à sua retaguarda, às suas zonas de abastecimento, e conduziria a uma espiral mercê da qual entrariam, inevitavelmente, em vigor as cláusulas do tratado sírio-soviético.

Consideram os observadores militares que, em última instância, os altos comandos israelitas, que contam fundamentalmente com o apoio dos sectores mais belicistas dos Estados Unidos, poderiam sentir-se tentados a desencadear uma operação de desestabilização em toda a região.

Desde Fevereiro de 1980 até à data, os Estados Unidos enviaram já mais de mil e oitocentos milhões de dólares em auxílio militar para Israel. Trata-se das armas e dos sistemas bélicos mais sofisticados produzidos pela indústria norte-americana, e vão desde caças-bombardeiros e caças-interceptores bi-sónicos F-15 e F-16, até canhões automáticos de 155 mm e sistemas de mísseis ar-ar, ar-terra e terra-ar, que representam a coluna vertebral do poderoso dispositivo militar de Israel.

Essas armas fazem parte de um esquema que, para qualquer observador militar, demonstra claramente o seu conteúdo fundamentalmente ofensivo. E as operações do Líbano, que combinaram a aviação, a artilharia de campanha e a marinha com penetrações fulminantes de blindados e de infantaria motorizada, constituem bem uma demonstração das doutrinas e dos esquemas operacionais táticos e estratégicos manejados e experimentados por Sharon e pelos seus generais.

Os quarenta e cinco mil homens que intervieram directamente nas operações ou na ocupação dos territórios do Líbano, bem como os quarenta mil das reservas imediatas, não podem ter sido mobilizados unicamente para a luta contra os combatentes da OLP.

É certo que em Tiro, Sidon e Beirute, o exército de Begin encontrou uma resistência duríssima da parte dos combatentes da OLP. E é certo, também, conforme declarou o correspondente do diário israelita, «*Maariv*», que «temos de reconhecer a ferocidade dos combatentes que enfrentamos nesta guerra e tomá-los muito a sério».

Uma onda de terror

Mas o dispositivo militar é, de qualquer maneira, excessivo, sendo os seus objectivos muito maiores, mais vastos e mais complexos.

Que objectivos? A invasão da Síria? A ocupação de todo o território libanês? A perspectiva de uma guerra generalizada na região?

Ou será que o general Sharon e o primeiro-ministro Begin, autores e executores da teoria da segurança global, pretendem manter toda a região num estado de tensão permanente, desferindo golpes em várias direcções?

O ataque ao reactor nuclear experimental do Iraque, realizado pela aviação israelita em Julho de 1981, constitui, nessa óptica, uma sinistra confirmação do ponto até onde poderão chegar os círculos do general Sharon.

A onda de terror que provocaram, no mundo, os massacres de mulheres, crianças e velhos nos campos de refugiados palestinos de Beirute, cometidos com a cumplicidade e a participação das tropas israelitas, teve, sem dúvida, efeitos importantes dentro da própria nação israelita.

Mas nem todos aqueles que ergueram a sua voz num protesto nesses dias se dão claramente conta de que os mil e quinhentos mortos de Shatila e Sabra poderão dar apenas uma pálida imagem do horror que poderá vir a desabar com a aplicação dos planos de Begin e Sharon.

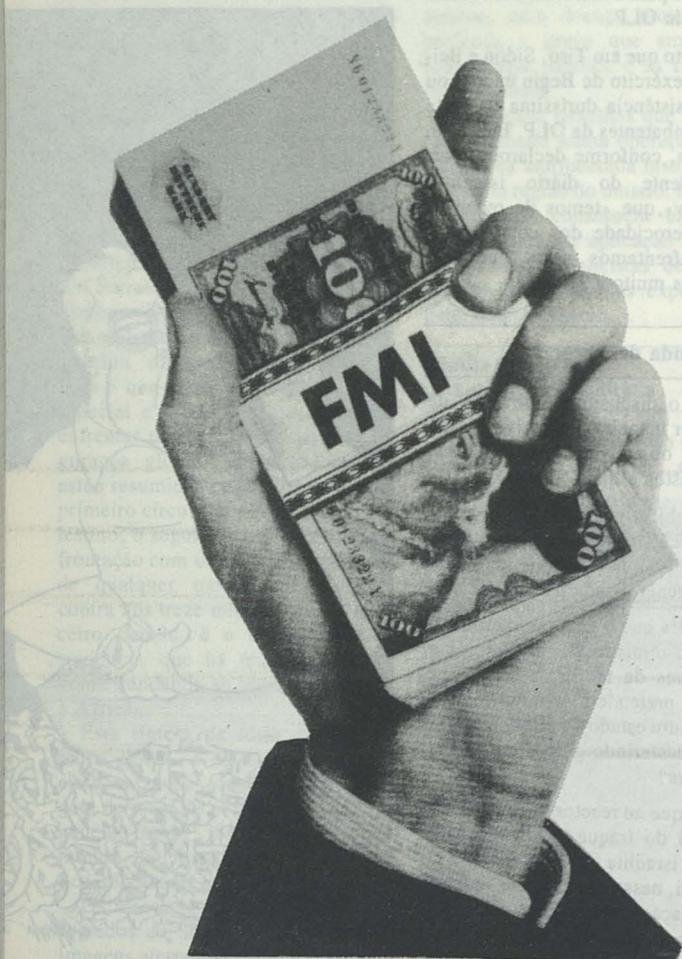
Num dos círculos do general Sharon poderia, perfeitamente, explodir uma bomba atómica, e então seria o fim... □



FMI

Sob o signo da crise

*Os números justificam toda a apreensão.
No mundo das finanças reina a insegurança. Continuará o Terceiro Mundo
a pagar a factura?*



A assembleia conjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial — celebrada este ano em Toronto nos primeiros dias de Setembro — é o encontro mais importante das finanças internacionais.

Ali se reuniram os ministros do sector económico e os directores dos bancos emissores das potências capitalistas e do Terceiro Mundo, com os mais importantes banqueiros privados que operam a âmbito mundial.

A reunião deste ano foi uma das mais concorridas e certamente a mais atribulada desde que foram assinados os acordos de Bretton Woods (1944) que deram origem a tais instituições em 1945.

Os receios de um colapso financeiro e a insegurança surgida das conclusões da assembleia, levaram um banqueiro britânico a exclamar: «Estávamos muito nervosos à nossa chegada e ainda o estamos».

O FMI é a mais importante instituição dedicada à cooperação internacional, mas ao contrário de outras organizações que se regem pelo princípio da representatividade democrática — uma nação, um voto — o FMI e o Banco são controlados por um punhado de nações industrializadas e, na prática, nada pode ser feito que não tenha o beneplácito dos Estados Unidos.

Dado que em ambas as instituições a quantidade de votos é pro-

porcional às contribuições, para certas decisões torna-se necessário contar com quase dois terços dos votos. Os Estados Unidos são os maiores contribuintes, dominando por isso a orientação do FMI e do Banco.

Esta realidade faz com que os países do Terceiro Mundo tenham de sujeitar-se a condicionamentos que muitas vezes lesam a esfera das suas soberanias quando pretendem obter créditos e acordos. Como é sabido, as missões do FMI impõem aos países endividados prescrições capitalistas ortodoxas e desvalorizações monetárias, suspensão de subsídios a certos produtos de consumo, aumento das taxas de juro, etc., etc.

De uma maneira geral, houve, no passado, uma certa coincidência entre os Estados Unidos e as demais potências industrializadas no que respeita à política económica mundial.

A novidade nessa matéria foi a chegada do presidente norte-americano Ronald Reagan, o qual, inspirado na doutrina ultraliberal e na recessão, sujeitou, por um lado, os empréstimos a uma ortodoxia maior e, por outro, reduziu as contribuições dos EUA para essas instituições. A maioria das potências industrializadas não conformes com a linha de Reagan, perante as dificuldades das finanças centrais e do Terceiro Mundo mostra-se convencida, pelo contrário, de que deveriam ser injectados maiores recursos nas duas instituições para atenuar os graves problemas dos défices comerciais e do endividamento.

Foi desse modo que se confrontaram duas posições. Por um lado, um grupo de potências industriais, entre elas a França e a Itália, e numerosas delegações do Terceiro Mundo, que propuseram a duplicação dos recursos do FMI (presentemente, 67 mil milhões de dólares). Uma confrontação virtualmente isolada, como acontece frequentemente nos encontros internacionais desde que os Estados Unidos têm Reagan como presidente.

O Secretário de Estado do Tesouro norte-americano, Donald Regan, chegou a Toronto com a intenção de ceder muito pouco no que

respeita ao aumento de recursos mas mostrando maior simpatia quanto à criação de um fundo de emergência para as situações críticas.

Esse fundo permitiria ao FMI ir em auxílio (condicionado, claro está) dos países em risco de bancarrota. Os norte-americanos tinham em mente casos como o do México, cujo endividamento, juntamente com a redução das receitas do petróleo e as elevadas taxas de juros, colocou esse país em sérias dificuldades para fazer face aos seus compromissos deste ano.

Resulta daí que são os grupos bancários norte-americanos os que maiores prejuízos sofreriam se os países mais endividados do Terceiro Mundo se vissem forçados a interromper a satisfação (juros mais amortizações) das suas dívidas externas.

Os números justificam toda essa apreensão. Os créditos concedidos ao Brasil excedem já os 80 mil milhões de dólares; calcula-se que o México deva um montante aproximado e a Argentina é devedora de 37 mil milhões de dólares.

A proposta norte-americana parecia, portanto, ter mais em conta a sua própria segurança, ao dotar o FMI de um fundo de emergência que poderia ir em auxílio dos países sem condições para efectuar pagamentos regulares, que os problemas financeiros encarados sob uma forma mais ampla.

É possível que a tática do Secretário do Tesouro Regan consistisse em desenvolver uma dureza inicial para ceder, depois, a um nível mais próximo das suas verdadeiras intenções.

De qualquer modo, os seus associados e o Japão, mas, de igual modo, os banqueiros, não deixaram de exercer pressão para que os Estados Unidos fizessem concessões sobre a sua ortodoxia.

Foi acordada, como já se esperava, uma posição intermédia. Não se efectuará a duplicação das reservas do FMI mas sim um aumento importante que atingirá, segundo os observadores mais próximos, os cinquenta por cento. E Washington obteve o necessário consenso para a criação do fundo de emergência.

Não se trata, no entanto, de disposições imediatas. Só na próxima reunião de Abril de 1983 serão adoptadas as decisões definitivas.

O escol das finanças mundiais não comparece às assembleias única e exclusivamente para ouvir os relatórios dos directores do FMI, do Banco e dos delegados, nem para tomar conhecimento dos acordos.

O encontro constitui uma ocasião única para o estabelecimento de contactos pessoais entre numerosas personalidades e para certos ajustamentos à margem das deliberações. É, de igual modo, o melhor ambiente para se colherem informações sobre a situação e sobre as perspectivas das finanças mundiais.

Desse ponto de vista, o diagnóstico alcançado em Toronto está resumido na frase do banqueiro britânico e em muitas outras declarações semelhantes.

Reina a insegurança quanto à recuperação da crise e sobre a eficácia das decisões adoptadas. Se a recessão se mantiver, apesar da severidade das políticas económicas impostas pelos Estados Unidos, o sistema financeiro poderá vir a conhecer a sua pior crise desde a grande depressão de 1929.

Uma excepção flagrante ao pessimismo, ao nervosismo e à incerteza, foi a delegação presidida por Donald Regan. O secretário norte-americano proclamou o fim imediato da recessão e a entrada da superpotência num ciclo de expansão económica de quatro por cento ao ano.

Na opinião de muitos, tal afirmação não passou de um discurso político — destinado a evitar críticas às onerosas taxas de juros impostas por Washington, e motivado, também, possivelmente, pelo período pré-eleitoral norte-americano — bem mais do que de uma análise económica objectiva.

Nenhum dos presentes à reunião tinha o menor interesse no prolongamento da recessão. Não obstante os dados apresentados por Regan, os seus prognósticos foram recebidos com perplexidade, muito em especial os respeitantes ao seu vaticínio de uma saída eminente do túnel recessivo. □

Prémio
CARAVELA
PORTUGUESA
1980



COMETNA

EM ÁFRICA

Equipamentos para:

- caminhos de ferro
- cimenteiras
- cerâmicas (barro vermelho)
- siderurgias
- centrais hidráulicas e térmicas
- construção civil
- saneamento básico
(carros e contentores)

Válvulas industriais

Estudos e Tecnologia

METALOMECÂNICA
E METALURGIA



COMETNA
Companhia Metalúrgica Nacional, S.A.R.L.

Sede: R. Academia das Ciências, 5 • 1200 Lisboa
• Te.: 320011 • Telex 12819 COMEN P

Delegação na R.P. de Moçambique:
Av. Samora Machel, 39 – Flat 603-6.º C.P. 1402
telefone 29461 Maputo

PANORAMA TRICONTINENTAL

A URSS e a ajuda ao Terceiro Mundo

□ É frequente ouvirem-se acusações à União Soviética, alegando-se que esse Estado socialista não contribui para os programas de assistência económica ao Terceiro Mundo. Contudo, um relatório oficial publicado em Outubro deste ano, em Genebra, pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED ou UNCTAD) demonstra exactamente o contrário: enquanto este organismo recomenda como mínimo indispensável de ajuda 0,7% do PNB dos países industrializados, a URSS contribuiu com um por cento do seu PNB, com tendência para aumentar (em 1979, contribuiu com 0,9% e em 1980, com 1,3%).

No entanto, os números da Organização para a Co-Operação e Desenvolvimento Económico (OCDE) indicam que a URSS só consagra 0,14% a 0,16% do seu PNB a programas de assistência ao Terceiro Mundo. Tanto a URSS como os demais países socialistas contestam estas conclusões da OCDE, salientando que tais cálculos não entram em linha de conta com a natureza das relações que os Estados socialistas mantêm com o Terceiro Mundo, a nível económico. A UNCTAD, seguindo os critérios soviéticos para classificar o PNB e o rendimento nacional, chegou à conclusão de que a real contribuição da URSS aos programas de assistência é, em média, de 1% do seu PNB.

Para além disso, analisando o conteúdo das exportações soviéticas para o Terceiro Mundo e as condições de crédito que as acompanham, a UNCTAD chega a conclusões indicativas de que, nas suas relações económicas com o Terceiro Mundo, o bloco socialista segue métodos muito mais benéficos para com os importadores e exportadores do que os países ocidentais.

Petróleo, energia, maquinarias e bens de equipamento constituem o grosso das exportações soviéticas, cujo comércio com o Terceiro Mundo representa 26% do total das trocas com o exterior. Entre 1970 e 1981, o comércio da URSS com o Terceiro Mundo quintuplicou. Os soviéticos exportam para o Terceiro Mundo maquinaria e equipamentos e importam equipamentos de imprensa, pintura industrial, máquinas, ferramentas e manufacturas e algumas matérias-primas. Nas suas relações comerciais com o mundo em vias de desenvolvimento, a URSS aplica um sistema preferencial generalizado e não sobrecarrega as importações com taxas à entrada.

Neste momento a URSS segue dois sistemas de cláusulas de pagamento: o **clearing** (compensação) que foi dominante há anos, e de cotações convertíveis nas operações comerciais (o mais usado agora). Isto é, quando se subscrevem os convénios, não se fixam os preços dos artigos: são fixadas as importações correspondentes, de acordo com a cotação do produto no

mercado internacional. Os créditos concedidos a longo prazo são pagos a 12 anos, ao juro de 2,5% anual e com um período de isenção de juros de três a cinco anos. Estes créditos costumam ser pagos com o valor das exportações dos bens ou com artigos providos de empresas instaladas com cooperação soviética.

A UNCTAD chega assim à conclusão que entre 1976 - 1980 a assistência económica soviética ao Terceiro Mundo se cifrou em 30 mil milhões de rublos, isto é, o equivalente à média de 1% do PNB soviético no mesmo período.

Honduras menos armas e mais dinheiro...

□ «Em vez de armas, enviem-nos ferramentas, capitais, porque não queremos andar a lutar com ninguém. O que queremos é trabalhar e viver em paz, por isso precisamos de dinheiro para reerguer a nossa economia, e garantir a saúde e a educação das nossas populações». Esta frase, por estranho que pareça, foi endereçada aos EUA, não por «barbudos» nem pelos seus sequazes, mas por um respeitabilíssimo porta-voz dos empresários da Costa Norte das Honduras...

Em recente reunião havida entre representantes da maior parte das empresas comerciais e industriais das Honduras e uma missão «exploratória» de enviados do presidente Reagan dos EUA, a política comercial de Washington para a região foi duramente criticada pelos empresários. O tom da reunião é dado pelas palavras acima transcritas, dirigidas por um dos empresários aos enviados de Reagan. A sessão foi de tal maneira tempestuosa que os empresários não hesitaram em condenar o abandono a que os EUA votaram os seus antigos aliados, em verberar violentamente a política de quotas que incide sobre os principais produtos agrícolas regionais de exportação, e em ameaçar veladamente com um forte incremento das relações comerciais com a URSS.

A questão do auxílio militar foi muito sentida pelos empresários, fartos do espírito de confrontação e das aventuras armadas a que os EUA pretendem arrastar Tegucigalpa. Segundo os empresários, os créditos norte-americanos devem ser concedidos através de bancos privados, pois, de outro modo esses financiamentos, tão necessários para a economia nacional, poderão ser, uma vez mais, desviados para outros fins, isto é, para os instrumentos de morte e desestabilização política.



Fome em África

□ Vinte e seis por cento de terras potencialmente produtivas deixadas ao abandono, declínio da produção agrícola nos últimos dez anos à percentagem anual de 1%, fraca produtividade do labor agrícola, perdas anuais de 10% dos cereais colhidos, o predomínio da monocultura herdada do colonialismo - eis alguns dos números e dados explicativos do facto de o continente africano continuar a ser aquele onde a fome mais razias faz.

A monocultura tem contribuído poderosamente para a desertificação de terras, e, apesar disso, regista-se uma crescente tendência para diminuir a produção de víveres e se concentrarem esforços nas plantações de algodão, amendoim, café e cacau.

A falta de um programa adequado de culturas de sequeiro e de uma política de conversão do solo e água e de protecção contra inundações, são outros factores muito sérios de agravamento das tendências da situação actual.

Calcula-se que em 20 países africanos (catalogados entre os mais pobres do mundo) 80 milhões de pessoas são afectadas pela fome. Segundo a FAO (organização da ONU que se dedica aos problemas da Agricultura e Alimentação) a produção agrícola no continente africano deve aumentar 5% ao ano. Mas, para isso, exigem-se como requisitos prévios toda uma série de transformações e de execução de programas. Transformações e programas cuja concretização não está à vista.

I. A. N. I.

INSTRUMENTAÇÃO, AUTOMAÇÃO
NAVAL E INDUSTRIAL, LDA.

Electricidade Instrumentação Hidráulica Automação Naval e Industrial



Reparação naval e industrial

- Electricidade alta/baixa tensão
- Electrónica
- Pneumática e electro-pneumática
- Hidráulica e electro-hidráulica
- Reparação e rebobinagem em motores eléctricos incluindo geradores

Montagem naval e industrial

- Em todos os sectores de automação e electricidade

Controlo técnico de montagem e reparação

Av. 25 de Abril, 9-1.º Dt.º

Paivas — 2840 Seixal — Portugal

Telex 43702 I.A.N.I.-P Tel. 2217231/30

Sistema Económico Latino-americano:

A luta pela integração regional

□ Pela primeira vez nos seus sete anos de vida, o Sistema Económico Latino-Americano (SELA) vai promover um «programa bienal de cooperação regional 1982-1983», a fim de enfrentar as repercussões negativas da recessão mundial.

A proposta da secretaria permanente do SELA foi debatida pelos representantes ministeriais dos 26 países membros na reunião do 8.º conselho do organismo, realizada em Caracas (Venezuela) entre 16 e 25 de Agosto. Até agora, a cooperação regional era efectuada através dos comités de acção criados a partir de dois ou mais países interessados em desenvolver um projecto comum.

O programa bienal prevê o fortalecimento dos comités de acção, e vai ainda mais longe ao identificar áreas prioritárias de cooperação, estabelecer novos mecanismos para desenvolver os projectos e fixar um cronograma de continuidade que assegure a sua execução.

As áreas onde se fortalecerá a cooperação regional incluem agricultura, energia, pesquisa científica e tecnologia aplicada ao aparelho produtivo, mecanismos financeiros e de pagamento, além de infra-estruturas de informação, transportes e comunicações.

Estreitamente vinculado a estes sectores, o programa promove a coordenação com outros organismos regionais de cooperação e com os verdadeiros expoentes da economia, ao incorporar, não somente os representantes oficiais, mas também o empresariado e os sindicatos.

No sector agrícola, será promovida a cooperação através de um «comité de acção sobre a segurança alimentar regional». O projecto está praticamente pronto e é de esperar que seja aprovado no próximo conselho. A longo prazo, tratar-se-ia de criar reservas sub-regionais de produtos agro-pecuários, projectos pilotos para incrementar a produção de alimentos e inclusive uma empresa transnacional para comercializar esses alimentos.

Outro dos aspectos críticos é o energético, onde se verifica o paradoxo da América Latina exportar para outras regiões 80% da sua produção de hidrocarbonetos, e ter de importar, por sua vez, 90% do seu consumo de petróleo. Neste campo, o programa prevê acções conjuntas com a Organização Latino-Americana de

Energia (OLADE) para promover uma segurança energética regional, baseada na solidariedade entre produtores e consumidores.

No sector financeiro, dado o incipiente nível de estudos sobre fórmulas de cooperação financeira, o programa pretende promover uma reunião de especialistas governamentais de alto nível para explorar novas modalidades, que sirvam também de suporte económico aos programas de desenvolvimento. Neste contexto generalizado da recessão, os especialistas do SELA consideraram que deverá ser reforçada a cooperação regional, para consolidar o poder negociador da América Latina na economia mundial.

Panamá

Estados Unidos

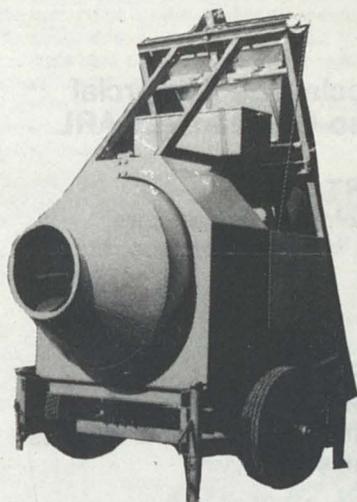
estudam mudança de Comando Militar

Os Estados Unidos estão a estudar a possível mudança do Comando Sul do seu Exército, acantonado presentemente na área do Canal do Panamá, para Porto Rico ou Gayo Hueso, na península da Flórida, segundo declarações fornecidas, em fins de Agosto, pelo coronel Mark Richards, oficial da Força Aérea norte-americana. A decisão teria sido motivada pela oposição do governo do Panamá à existência de instalações com fins ofensivos na Zona do Canal, o que fere os acordos estabelecidos em 1977. Richards assegurou que se encontra, presentemente, na área do canal, um total de 10 600 soldados, versão que contradiz os dados panamianos que avaliam em 20 mil os militares norte-americanos estacionados nessa zona. Segundo o oficial norte-americano, estão a ser treinados nas bases situadas em território panamiano um total de 2500 soldados latino-americanos por ano, cifra que se situava em 1432 antes de Reagan assumir a presidência dos Estados Unidos. Richards admitiu ainda que os Estados Unidos mantêm assessores militares em El Salvador e Honduras, mas salientar que todos eles têm carácter de «treinadores», negando que estivessem a intervir directamente nos assuntos bélicos desses países.

GRUFER

Cooperativa de Responsabilidade Limitada

Fabricante de Máquinas
para a Construção Civil



- Betoneiras Rotativas Eléctricas e Diesel/Hidráulicas de 350 e 500 litros com e sem Pá e Arrasto.
- Betoneiras Basculantes com e sem Guincho de 160, 250 e 280 lit.
- Gruas de Torre e de Profundidade.
- Gruetas de 500 kg e Guinchos Pórticos.
- Carros de Mão Basculantes.
- Baldes Basculantes c/ descarga lateral e pelo fundo de várias capacidades.
- Silos para cimento (várias capacidades).
- Monta Cargas vários tipos.
- Guinchos Pórticos.
- Mesas de Corte e Serras de Fita.
- Prensas enfardadeiras.

BARREIRA ALVA - 2350 TORRES NOVAS 5

TELEFONE 22367

SOGUIPAL

(ex-ACTIMESA)

Sociedade Comercial
Luso-Guineense, SARL

IMPORTAÇÃO:

Amendoim, coconote, cera,
couros, borracha, bagaço, etc.

EXPORTAÇÃO:

Produtos alimentares, têxteis,
materiais de construção e bens de
equipamento

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Áreas administrativa e financeira

ÁREA GEOGRÁFICA DE ACTUAÇÃO:

Larga experiência dos mercados
africanos e europeus

SOGUIPAL

LISBOA — Tel. 54 83 16/54 83 47/54 82 69
TELEX 14238 ACTIME/P
R. Tomás Ribeiro, 50-4.º
1000 LISBOA/PORTUGAL

ARMAZEM — R. Vale de Formoso de Cima,
125-B e C Tel. 38 62 85

PANORAMA TRICONTINENTAL

Litígio territorial

□ Os variadíssimos litígios territoriais entre Estados latino-americanos continuam a ser preocupação importante da política regional. Apesar das consequências que o conflito das Malvinas teve, reforçando a solidariedade inter-americana (com exclusão do «grande irmão do Norte») e contribuindo para uma esperada redefinição do sistema intercontinental, o certo é que se voltam a colocar, com bastante acuidade, os litígios fronteiriços.

Neste momento, ganha grande relevo o conflito entre a Venezuela e a Guiana à volta da região de Esequibo, reivindicada pelo primeiro país citado. A recente visita que o presidente da Guiana, Forbes Burnham, fez ao Brasil, causou grande inquietação em Caracas, onde, apesar de todos os desmentidos de Brasília se tem por garantido que os brasileiros deram o seu apoio à Guiana. Uma coisa é certa: foram assinados entre os dois países acordos de cooperação para projectos de desenvolvimento a realizar na zona contestada.

Círculos políticos venezuelanos apontam o «hegemonismo» brasileiro como responsável por esta marcha dos acontecimentos: pensa-se que o Brasil vendeu aviões e transportes militares à Guiana, para, no caso de um conflito com a Venezuela, prestar ajuda militar indirecta àquele Estado. Tudo isto, segundo se pensa em Caracas, porque o Brasil pretende obter uma saída para o Mar das Caraíbas.

Depois do «choque das Malvinas», os latino-americanos sentem-se muito esperançados em que a próxima celebração do 490.º aniversário da descoberta da América seja um marco decisivo para a reformulação do sistema latino-americano. Contudo, estas suspeitas entre Caracas e Brasília nada auguram de bom.

Argentina

Mais de 300 mil crianças abandonadas

□ Segundo o titular da Direcção Nacional de Protecção à Infância e à Família, Jorge Calcagno, a Argentina conta actualmente mais de 300 mil menores abandonados. Em declarações à agência de notícias Dyn, Calcagno disse que não há estatísticas precisas que corroborem esse número, mas esses cálculos são os mais próximos da realidade. Calcagno, que tem sob a sua responsabilidade 22 institutos especializados que dão assistência a mais de duas mil crianças em situação irregular, acrescentou que o problema dos menores «está intimamente relacionado com a deterioração da situação socio-económica dos últimos anos».

As dificuldades sócio-económicas, salientou Calcagno, relacionam-se, não apenas com problemas de subsistência, mas também com a necessidade de tanto o pai como a mãe terem de trabalhar fora.

Pirataria cultural

□ O Sri Lanka protestou violentamente contra a decisão do governo britânico de não devolver os tesouros culturais do antigo Ceilão, levados para Inglaterra durante a dominação colonial.

No dia 18 de Janeiro, o Ministério dos Negócios Estrangeiros comunicou ao Parlamento inglês que «após uma cuidadosa investigação» havia sido rejeitada a solicitação do Sri Lanka, já que, segundo o mesmo ministério, os objectos artísticos e arqueológicos em questão foram «comprados legalmente».

O governo do Sri Lanka, reagiu afirmando que «a legalidade apregoada pelo colonialismo é uma palavra vazia que também pode significar a pirataria». Tanto as Nações Unidas como a UNESCO apoiam o pedido de devolução das peças, entre as quais figuram objectos em bronze, marfim e prata do Século XII.

A Holanda já devolveu à Indonésia os tesouros artísticos levados para a metrópole durante a dominação colonial. O Sri Lanka sustenta que a coroa britânica tem a «obrigação moral» de fazer algo semelhante. Mas, os ingleses não querem sem dúvida, abrir um precedente. O Museu Britânico (e muitas outras instituições europeias) transformar-se-iam em edifícios vazios se algum dia os antigos impérios devolvessem ao Terceiro Mundo o fruto do saque cultural que acompanhou a exploração colonial.

Quénia

Comunidade asiática perseguida

□ O golpe de 1 de Agosto no Quénia, cujas feridas estão longe de sarar, está a ter algumas repercussões sobre a comunidade asiática (indianos e paquistaneses) que vive naquele Estado africano, desde os finais do século passado, e que actualmente controla cerca de 90 por cento do pequeno comércio e uma apreciável percentagem de grande comércio local.

Os motins que se sucederam ao dia 1 de Agosto tiveram como alvo preferencial as empresas e casas de comércio, muitas das quais de propriedade asiática. No entanto, o governo queniano procurou dissipar o pânico dessa comunidade, lembrando que dos 159 mortos oficialmente admitidos como balanço dos motins nenhum era de origem asiática. Apesar das palavras conciliatórias do governo, a comunidade asiática sente-se inquieta, não só com a pilhagem dos estabelecimentos comerciais, mas também com declarações do presidente Arap Moi, o qual acusou os comerciantes indianos e paquistaneses de lesarem a economia nacional e de açambarcarem produtos básicos. Essa é a grande

acusação que as massas quenianas lhes fazem também. A recordação dos tempos de Idi Amin no Uganda paira como uma ameaça sobre os comerciantes asiáticos, muitos dos quais começaram já a fazer remessas de divisas para o estrangeiro para o caso de terem de encetar nova vida.

Quanto ao Uganda, o regresso dos asiáticos (a quem o presidente Obote prometeu restituir as riquezas) está a fazer-se a ritmo muito lento.



Mandela – Solidariedade

□ O dia 11 de Outubro foi assinalado, um pouco por todo o mundo, por acções de solidariedade para com o dirigente nacionalista sul-africano, Nelson Mandela, que há 20 anos se encontra nas cadeias racistas do regime do «apartheid». Em 1976, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou uma resolução, na qual se apelava ao regime de Pretória para que fosse anulado o processo de Rivónia contra Mandela e outros dirigentes nacionalistas, fixou-se o dia 11 de Outubro como *Dia de Solidariedade para com os Presos Políticos da África do Sul*. Este ano, a ONU apelou a todos os governos mundiais para que transformassem este dia numa campanha intensa, com vista à cessação do regime racista na África do Sul e à libertação incondicional de todas as pessoas detidas ou impedidas de lutarem contra o *apartheid*. O objectivo imediato desta campanha deve ser o da libertação de Nelson Mandela e de outros políticos sul-africanos.

Um teatro que descoloniza

O grupo «acampou» na praça pública em busca do contacto directo com o povo. Seu objectivo: provocar a eclosão de teatro já existente nas ruas e dele extrair as bases de uma linguagem não colonizada



CÉU aberto. Um dia qualquer, sem aviso, você pode estar a andar (ou a visitar) uma cidade qualquer do Brasil e deparar com um alegre bando de pessoas, numa praça ou em algum local público.

Eles acreditam que o futuro está no homem e na instalação de uma nova sociedade. E para que isso aconteça, resgatam a memória histórica do seu povo e, com jogo e sensualidade, tentam driblar as armadilhas da ideologia.

Esse grupo — que já foi o «Grupo de Niterói» — hoje é o «Tá na Rua» e tem em Amir Haddad (ver entrevista) o fio da sua continuidade ao longo dos últimos oito anos, trabalha em busca daquilo a que chamam «a utopia representada», em busca de uma linguagem que descolonize.

Um resumo histórico

Desde 1974, o «Tá na Rua» vem-se dedicando sistematicamente a pesquisas e investigações na área da linguagem e, especificamente, da linguagem teatral.

Nascido da inquietação que levou à produção do espectáculo «Soma» ou «Os melhores anos das nos-

as vidas», esse grupo vem trabalhando ininterruptamente desde aquele ano. Inicialmente isolado em Niterói — para onde se dirigiu depois da interrupção daquele espectáculo pela Censura — o grupo foi aos poucos se reestruturando e gradualmente abandonando o seu isolamento. A sua base é um profundo trabalho de investigação, não apenas do espectáculo teatral mas também de tudo o que o envolve e dele se desenvolve, desde a formação do grupo até à escolha do texto, desde a forma de produção dos espectáculos até às relações internas do trabalho, que podiam — e podem — determinar a natureza do produto final, colocando-o fora do controlo do grupo que o produz.

Dos estudos e conclusões do grupo inicial nasceu o actual «Tá na Rua», juntando os investigadores remanescentes do trabalho em Niterói com alunos dos cursos dados por Amir Haddad, organizador da pesquisa em Niterói e professor de teatro no Rio.

Com três anos de actividades externas, o «Tá na Rua» tem-se apresentado em várias cidades do Brasil e em quase todas as praças e diversas

ruas do Rio de Janeiro, além de realizar vários cursos e oficinas tanto no Rio como em outras cidades brasileiras tais como Juiz de Fora, Volta Redonda, Belo Horizonte, São Paulo, Ouro Preto, e nos estados da Paraíba, Pernambuco, Goiás, através de convénios com instituições como a Fundação Riv, a Universidade Federal da Paraíba, a Prefeitura do Recife, o SESC, etc.

Propostas

O «Tá na Rua» prepara-se agora para ampliar ainda mais as suas actividades, passando para isso uma transformação da sua realidade económico-financeira. Para tanto, dedica-se no momento a uma campanha de recursos que venha permitir o pleno desenvolvimento dos seus vários projectos que compreendem:

I — Transformação do núcleo original do trabalho em um instituto que se dedicará: a) à investigação da linguagem teatral e da educação popular; b) ao crescimento individual e colectivo do ser humano através do teatro; c) ao sector de dramaturgia,

com a montagem de autores nacionais; e d) à continuação — essencial para o grupo e para a sua história — das actividades do teatro de rua, fonte inesgotável de conhecimentos e informações.

II — Procurará, também, uma forma de melhorar as suas actuais condições de trabalho (uma pequena sala cedida pelo Centro Cultural da CEU — Casa do Estudante Universitário, no Rio); dada a necessidade premente da conquista de novos espaços que permitam a expansão das suas actividades, incluindo as didácticas (cursos, palestras, debates teóricos a respeito da história do Teatro e do espectáculo, etc.), além de cursos e actividades de formação de actores, com vista ao desenvolvimento de mão-de-obra qualificada para a execução de novas tarefas que se tornarão necessárias com o crescimento e a expansão do trabalho.

III — Além desses projectos, o grupo pretende também a publica-

ção dos resultados obtidos nas suas pesquisas em todos estes anos. Assim, essas experiências poderão ser melhor compartilhadas por todos aqueles que se interessam pelo problema da Cultura e da liberdade de expressão. O grupo sente que a socialização e a discussão crítica desses resultados poderão trazer uma grande contribuição ao trabalho de renovação da linguagem teatral que vem realizando.

Uma ilusão de óptica

Quando, através da televisão, o Brasil é mostrado como uma terra de brancos, olhos azuis, alegria e mesa farta, Amir diz que «esse teatro é uma ilusão de óptica, porque o actor está a projectar uma imagem que se realiza independentemente da própria pessoa do actor. O teatro burguês trabalha na identificação do actor com o personagem (coloca a máscara e se transforma). No en-

tanto, o nosso teatro desidentifica; por isso dizemos que é uma ilusão de óptica, porque se pode — à primeira vista — imaginar até que se está diante do personagem. Mas quando a gente se aproxima, nota que está diante do actor, com a sua opinião, o



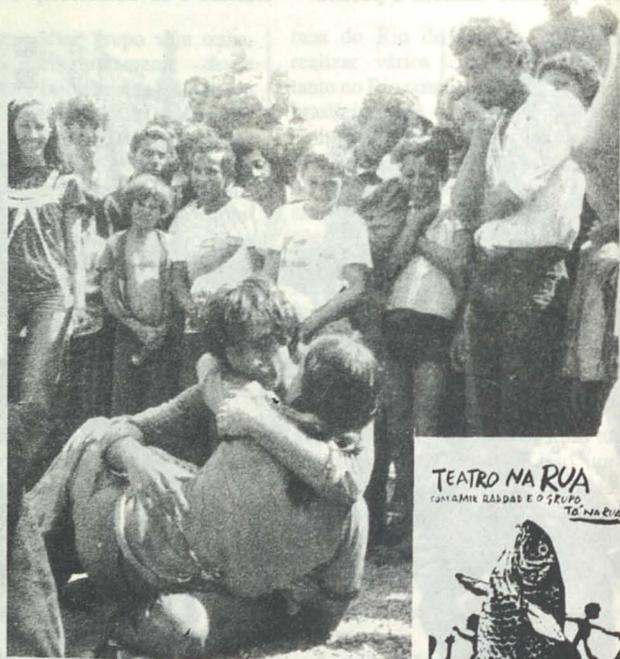
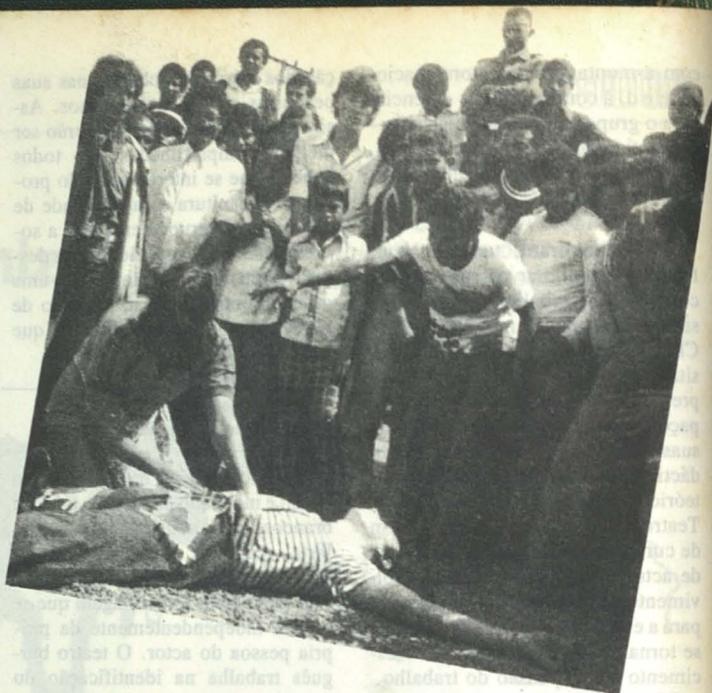
seu humor, a sua ideologia...» E profetiza: «A televisão é a pré-história do actor».

Partindo dos próprios conceitos colonizadores, cuja ideologia é eminentemente de elite, o «Tá na Rua», sabendo disso, surge com as suas lindas mulheres e belos homens — um novo tipo de actor — explorando e valorizando cada detalhe do real que sirva de alusão aos modelos da cultura dominante. A temática, aparentemente baseada nos preconceitos existentes, investiga até à exaustão o filão imaginário do homem urbano, esse depositário da dita cultura de massa que o afoga em lagoa rasa. O homem é que tá na rua.

O trabalho quotidiano do grupo consiste na formação do actor, director da sua própria acção. Não há «ensaios», no sentido comum da realidade teatral. Aprofunda-se na potencialidade do actor e na relação de jogo que existe entre os actores. Busca o rompimento das estruturas formais de relação actor/público. Para quebrar essa forma de relacionamento já estratificada, é necessária uma aproximação real do público, de maneira a possibilitar o desmascaramento da sua condição de receptor de factos e acontecimentos já prontos que não levam em consideração a sua opinião (ao contrário, determinam como ela deve ser).

O grupo não se quer messiânico nem paternalista: «Não vamos à praça para ensinar as pessoas, nem mesmo exibir 'o quanto somos bonitos'. Nós, os 'novos actores', dispensamos as velhas formas de actuação. Fazemos aparecer, quer dizer, provocamos a eclosão do teatro que já existe ali, naquelas pessoas, naquele determinado momento, naquele espaço definido».

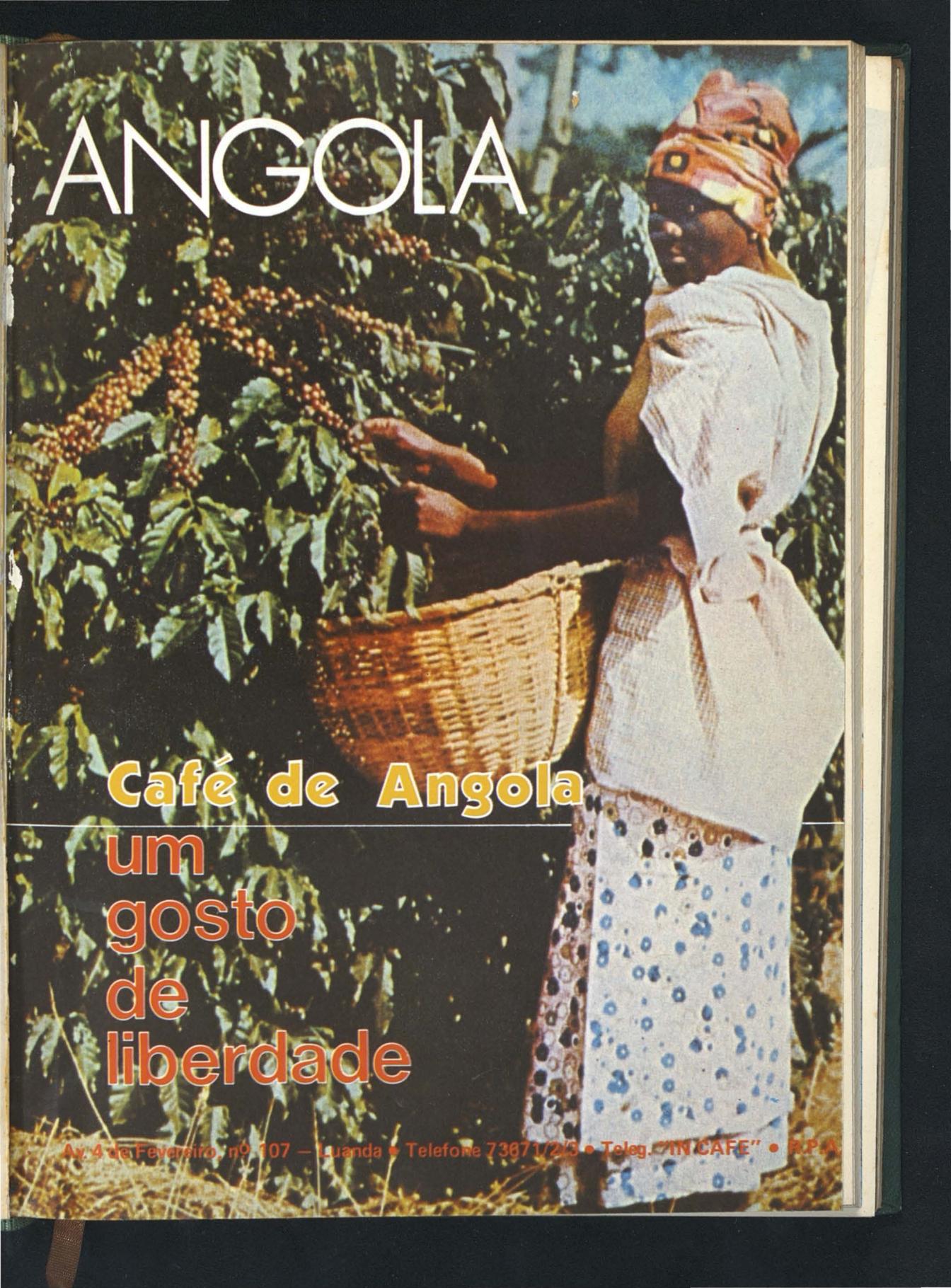
Recusar compromissos com instituições e modelos culturais não foi o suficiente para Amir Haddad; e ele foi pesquisar na história do Teatro, qual o momento em que deixou de existir o actor e este foi substituído pelo personagem e pelo autor; o momento histórico em que o actor passou a ser um instrumento do autor, tornando-se apenas massa expressiva, sem opinião própria. □



“Não vamos à praça ensinar teatro ao povo nem nos mostrar. O que fazemos é provocar a eclosão do teatro que já existe ali na rua, naquelas pessoas, naquele momento determinado”

TEATRO NA RUA
COM AMIR HADDAD E O GRUPO
TE-N-RUA



A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows lush green coffee plants with ripe red beans.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "IN CAFE" • R.P.A.

seu hun
profetiza
tória do

Partin
coloniza
eminente
Rua», s
suas lind
— um n
rando e
real que
da cultu
aparente
ceitos ex
austão o
urbano,
tura de r
rasa. O

O tra
consiste
rector da
«ensaios
realidade
potencia
de jogo
Busca o
formais
Para que
namento
ria uma
blico, d
desmasc
de recep
tos já p
consider
trário, c
ser).

O gr
nem pa
praça pa
mesmo e
tos'. No
pensame
tuação.
zer, pro
que já e
naquele
quele es

Recus
tuições e
suficien
foi pesq
qual o n
existir o
pelo pe
moment
passou a
tor, torn
pressiva

Os diamantes de Angola são mais brilhantes

Estão agora a serviço do povo e da reconstrução nacional

Companhia de Diamantes de Angola

